MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Procuradora-Geral da República

LUCIANO MARIZ MAIA

Vice-Procurador-Geral da República

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

Secretária-Geral

**DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ELETRÔNICO**

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03

CEP: 70050-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3105-5100

<http://www.pgr.mpf.mp.br>**SUMÁRIO**

	Página
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.....	1
Conselho Superior.....	6
6ª Câmara de Coordenação e Revisão.....	19
Procuradoria Regional da República da 3ª Região.....	19
Procuradoria Regional da República da 5ª Região.....	30
Procuradoria da República no Estado do Acre.....	31
Procuradoria da República no Estado de Alagoas.....	31
Procuradoria da República no Estado do Amapá.....	32
Procuradoria da República no Estado da Bahia.....	32
Procuradoria da República no Estado do Ceará.....	38
Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.....	39
Procuradoria da República no Estado de Goiás.....	40
Procuradoria da República no Estado do Maranhão.....	42
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.....	44
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul.....	45
Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.....	45
Procuradoria da República no Estado do Pará.....	46
Procuradoria da República no Estado do Paraná.....	47
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.....	47
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.....	48
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.....	51
Procuradoria da República no Estado de Rondônia.....	57
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.....	58
Procuradoria da República no Estado de São Paulo.....	59
Procuradoria da República no Estado de Sergipe.....	61
Expediente.....	62

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**DECISÃO Nº 505, DE 17 DE AGOSTO DE 2017**

Procedimento Preparatório. Alegação de dificuldade para reagendar perícia médica na agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Informações encaminhadas pelo INSS. Realização da perícia médica na data inicial marcada, com a concessão do benefício pleiteado. Insuficiência dos elementos apresentados pela representante para apurar qualquer responsabilização. Direito individual. Ausência de atribuição do MPF. Homologação do arquivamento. REFERÊNCIA: PP 1.22.010.000177/2017-21 (MPF/PRM – Ipatinga/MG)

1.O Procurador oficiante, Dr. Bruno José Silva Nunes, relatou e promoveu o arquivamento dos autos, nos seguintes termos:
“(…)”

1. Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir de documentação encaminhada pelo Ministério Público Estadual, a qual noticia suposta violência institucional praticada no âmbito do INSS, na agência previdenciária localizada em Ipatinga/MG.

2. Segundo representação ofertada perante o “Disque Direitos Humanos”, Sirlei Aparecida Soares agendou uma perícia médica para o dia 14/03/2017, no INSS, na qual deveria apresentar laudos médicos. Afirmou a representante que somente teria posse dos laudos médicos necessários nos dias 10/04/2017 e 21/04/2017, quando teria consulta com os respectivos médicos psiquiatra e reumatologista. De tal modo, Sirlei Aparecida Soares necessitou remarcar a data da sua perícia médica e, para tanto, se dirigiu presencialmente à agência do INSS. Não obstante diversas tentativas de remarcação da perícia médica, a representante sustenta que não logrou êxito, permanecendo a perícia agendada para a data inicialmente designada. Em sua representação consta, ainda, que os fatos foram levados ao conhecimento da Ouvidoria da Previdência Social, mas a situação permaneceu inalterada.

3. Visando a dar início às investigações, foi determinada a expedição de ofício à Agência do INSS em Ipatinga/MG, para que se manifestasse sobre os fatos articulados na representação, inclusive sobre a sistemática adotada pela autarquia federal para agendamento e alteração de datas de exames médicos perante o INSS.

4. Em resposta, às ff. 12-16, o INSS informou que Sirlei Aparecida Soares compareceu à agência no dia da perícia, em 14/03/2017, às 08h00min, que foi realizada normalmente. Alegou, ainda, que os elementos apresentados pela representante à Ouvidoria foram insuficientes para

análise da situação, uma vez que não constam dados do(s) servidor(es) que teria(am) agido de maneira irregular. Tal resposta também foi enviada à representante.

5. Diante disso, houve necessidade de realização de contato com Sirlei Aparecida Soares, a fim de que ela prestasse maiores esclarecimentos acerca das notícias trazidas em sua representação. Conforme se extrai da certidão de f. 17, a representante informou que realizou a perícia regularmente e que, a despeito de não ter levado os exames médicos pretendidos, teve deferida a concessão do benefício pleiteado, o que lhe garantiu o direito ao afastamento laboral até setembro do presente ano, conforme havia requerido.

6. É o relatório.

7. Da análise dos autos, percebe-se que o objeto principal da investigação era verificar eventual irregularidade praticada, em tese, pela autarquia previdenciária em Ipatinga, uma vez que a representante, a despeito de alegar ter realizado inúmeras tentativas, não conseguiu reagendar a perícia médica naquele órgão.

8. Verificou-se que a representação trouxe uma situação de difícil averiguação, porquanto a representante não trouxe elementos suficientes – como a indicação dos supostos servidores que negaram a remarcação da perícia e a data em que ocorreram as negativas – para se apurar qualquer responsabilização daquele órgão. Ademais, o objetivo da representante era conseguir administrativamente o benefício previdenciário, o qual julgou que lhe seria tolhido por não conseguir remarcar a data da perícia médica. Entretanto, a perícia médica foi realizada na data agendada e a representante obteve êxito no pleito administrativo, não obstante a ausência dos laudos que pretendia levar consigo por ocasião do seu atendimento pericial.

9. Assim, verifica-se, no caso concreto, que não havia necessidade de a representante levar os laudos médicos que pretendia apresentar e, por isso, a própria motivação do pedido de adiamento da perícia médica se esvaiu. Logo, não se constata a necessidade de prosseguir nas investigações.

10. Não bastasse o exaurimento da demanda, verifica-se que se trata de situação específica da representante, por cuidar de questão individual e meramente administrativa, vez que a requerente desejava postergar a data de seu agendamento para atendimento pela autarquia previdenciária. Saliente-se, por oportuno, que o signatário não se recordar de ter aportado anteriormente na PRM- Ipatinga casos semelhantes ao da representante, de dificuldade na alteração de data de agendamento de perícia junto ao INSS.

11. Salienta-se que o Ministério Público deve pautar sua atuação sob a perspectiva coletiva, conforme orientação extraída da Resolução n. 2, do X ENPDC. Também neste sentido é o teor da Resolução n. 6, do XIV ENPDC: “É necessário priorizar as demandas coletivas e valer-se da parceria com as defensorias públicas para encaminhar as demandas individuais”.

12. Assim, tratando-se de questão pontual e individual da representante, já resolvida a partir da concessão do benefício previdenciário, conclui-se que não há qualquer providência a ser adotada neste momento no âmbito desta PRM- Ipatinga.

13. Diante do exposto, promovo o arquivamento do presente feito.

14. Dê-se ciência desta decisão à representante.

15. Após, remetam-se os autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para fins de exame e eventual homologação desta decisão.

(...).”

2.É o relatório.

3.Secundando as razões expostas, voto pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento.

DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 507, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Procedimento Preparatório. Impossibilidade de contratação de financiamento estudantil em virtude de problemas tecnológicos no Sistema de Financiamento Estudantil (SIFES). Esclarecimentos prestados pela Caixa Econômica Federal (CEF). Adoção de medidas para sanar o prejuízo da estudante. Irregularidade sanada. Informações confirmadas pela representante. Homologação do arquivamento. REFERÊNCIA : PP 1.22.013.000069/2017-28 (MPF/PRM – Pouso Alegre/MG)

1. O Procurador oficiente, Dr. Lucas de Moraes Gualtieri, relatou e promoveu o arquivamento do presente feito, nos seguintes termos:
“(...)

O presente expediente foi instaurado a partir de representação de Yasmin Xavier, dando conta de que em razão de problemas no sistema do FIES, teria sido prejudicada no processo de contratação do FIES.

Oficiada, a Caixa reconheceu o problema, informou que o mesmo foi solucionado – embora não a tempo de evitar o prejuízo à notificante – e indicou providência adotada para corrigir o prejuízo a Yasmin (vide f. 15).

A própria suscitante confirmou as informações (f. 16).

Diante da correção da irregularidade que ensejou a instauração deste PP, e da indicação de que os prejuízos causados foram neutralizados, promovo o arquivamento deste expediente.

À PFDC, para revisão.

(...).”

2.É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, voto pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento.

DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 508, DE 2 DE AGOSTO DE 2017

Referência: NF MPF/PRM - Sousa/PB 1.24.002.000023/2017-63

1. Cuida-se de declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual e encaminhamento dos autos à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para a devida homologação.

2. Em sessão realizada pela 1ª CCR/MPF, o colegiado deliberou pelo não conhecimento do declínio e determinou a remessa dos autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão nos seguintes termos:

“DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. TEMA AFETO A OUTRO ÓRGÃO. DIREITO DO CIDADÃO. DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS. ATRIBUIÇÃO DA PFDC. 1. Notícia de fato instaurada em razão de representação formulada pelo Grupo de Amigos Diabéticos em Ação, relatando dificuldades na obtenção de medicamentos

para tratamento do diabetes no Município de Cajazeiras/PB, consistente na não disponibilização de fitas de glicemia para monitoramento do diabetes e seringas para aplicação de insulina aos usuários que necessitam desta intervenção. 2. Foi promovido o declínio de atribuição para o MPE em razão do Enunciado 10 da PFDC. 3. Apuração diretamente orientada para assegurar efetividade do direito à saúde em defesa dos cidadãos.

4. A defesa dos direitos constitucionais dos cidadãos destinada a garantir seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos serviços de relevância pública é matéria atribuída pela LC 75 aos Procuradores dos Direitos do Cidadão (art.

11 e 12), que atuam sob coordenação do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (41, parágrafo único). 5. Interpretação da Res. 148/14, que ressalva expressamente a atribuição da PFDC (art. 1º), em conformidade com a LC 75. PELO NÃO CONHECIMENTO, COM REMESSA À PFDC.”

3. Ciente.

4. Incide, no caso, a Diretriz nº 5 do Provimento nº 1, de 5 de novembro de 2015, da Corregedoria do Ministério Público Federal, assim redigida:

Diretriz nº 5. Todos os declínios de atribuição externos e arquivamentos realizados em notícias de fato, procedimentos investigatórios criminais, procedimentos preparatórios e inquéritos civis estão sujeitos à homologação das respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão, à exceção dos casos previstos nos respectivos enunciados. A regra não se aplica quando se tratar de declínio externo promovido em notícia de fato vinculada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

3. Nos termos do art. 1º do provimento citado, o cumprimento dessa diretriz deverá ser rigorosamente observado pelos membros do Ministério Público Federal, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento dos serviços.

4. O caso dispensa, portanto, a atuação revisional dessa PFDC, devendo os autos retornar à origem para as providências cabíveis.

5. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 509, DE 2 DE AGOSTO DE 2017

Inquérito civil instaurado para apurar supostas irregularidades no Residencial Caminho do Mar, empreendimento do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Utilização de algumas unidades habitacionais como igreja evangélica. Informação da prefeitura municipal, dando conta de que, atualmente, os imóveis estão sendo usados apenas com o fim de moradia. Homologação do arquivamento. REFERÊNCIA: IC 1.14.001.000661/2016-50 (MPF/PRBA)

1. O Procurador oficiente, Dr. Leandro Bastos Nunes, relatou e promoveu o arquivamento do presente feito, nos seguintes termos:

“(…)”

Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades no Residencial Caminho do Mar, empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida em Camaçari.

Narra a reportagem jornalística que deu ensejo ao presente apuratório, que um imóvel do referido empreendimento estaria sendo utilizado como uma igreja evangélica, em violação à sua finalidade precípua.

Instada a se manifestar, a Prefeitura Municipal de Camaçari informou que hoje o imóvel em questão está sendo utilizado única e exclusivamente para fins de moradia, e que os cultos estão acontecendo no quiosque público do empreendimento (fls. 21/22).

É o relatório.

Com efeito, compulsando os autos, percebe-se que o motivo que ensejou a instauração do presente Inquérito Civil, qual seja, a utilização indevida de imóvel do Programa Minha, Casa Minha Vida, não mais subsiste, de forma que o seu arquivamento é medida que se impõe.

Isso porque, de acordo com o Poder Executivo local, a Assistência Social do município verificou que a placa que indicava a existência de uma igreja foi retirada e que o imóvel está sendo utilizado apenas para fins de moradia, trazendo, para comprovar o quanto alegado, uma foto da fachada do local.

Além disso, a referida municipalidade afirmou que diversos moradores do local informaram que os cultos estão acontecendo no quiosque público do empreendimento, aos domingos.

Assim, não há mais que se falar em violação à finalidade do imóvel em questão, uma vez que está sendo devidamente utilizado para moradia, apenas, em consonância com a legislação vigente e com os regulamentos do programa federal.

Ante o exposto, com base no art. 9º, “caput”, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do presente apuratório e determino: a) notifique-se o representante sobre a presente promoção de arquivamento para, querendo, apresentar razões escritas e/ou documentos (art. 9º, § 2º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985); b) remetam-se os autos, com as homenagens de estilo, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em Brasília (DF), na forma da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.1

(...)”

2.É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, voto pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 510, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Inquérito Civil instaurado para apurar infração à legislação consumerista pela negativa de pagamento de meia passagem a estudantes para acesso ao trem do Corcovado – Cristo Redentor. Ausência de irregularidades, ante a falta de lei nacional que ampare tal hipótese. Homologação do arquivamento. REFERÊNCIA: IC 1.30.001.003750/2015-23 (MPF/PRRJ)

1.Trata-se de promoção de arquivamento em Inquérito Civil encaminhado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para revisão.

2. Em sessão realizada pelo referido colegiado, deliberou-se pelo não conhecimento do arquivamento, com remessa dos autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos seguintes termos:

“INQUÉRITO CIVIL. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. PAGAMENTO DE MEIA ENTRADA. CORCOVADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE FEDERAL. ARQUIVAMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO ARQUIVAMENTO E REMESSA DOS AUTOS À PFDC.

1. Suposta violação ao direito a meia entrada de estudante na compra de ingresso ao trem do Corcovado (Cristo Redentor), pela empresa Esfeco Administração Ltda., bem como a não emissão de nota fiscal.

2. Em resposta, a empresa ESFECO informou que aplica descontos e isenções na forma estabelecida no contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte de passageiros na Estrada de Ferro Corcovado com o ICMBio.

3. Por sua vez, o ICMBio informou que o Decreto nº 8.537/2015, que regulamentou a Lei 12.825/13 e 12.933/13 dispôs sobre a meia entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos a estudantes e a reserva de vagas a jovens de baixa renda apenas em veículos de transporte coletivo interestadual, o que não se aplica à Unidade de Conservação (fl. 134).

4. A Procuradora da República na origem promoveu o arquivamento por não vislumbrar infração consumerista.

5. A matéria receberá apreciação mais adequada por parte da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão que mantém o Grupo de Trabalho Comunicação Social.

6. VOTO: NÃO CONHECIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E REMESSA DOS AUTOS À PFDC.”

3. Ciente.

4. A Procuradora oficiante, Dra. Ana Cristina Bandeira Lins, relatou e promoveu o arquivamento dos autos, nos seguintes termos:

“Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir de representação anônima sobre suposta impossibilidade de pagamento de meia passagem a estudante para acesso ao trem do Corcovado – Cristo Redentor e não emissão de nota fiscal pela empresa ESFECO ADMINISTRAÇÃO LTDA.

A ESFECO ADMINISTRAÇÃO LTDA informou ter celebrado em novembro de 2014, com o ICMBio, contrato de concessão para explorar os serviços de transporte de passageiros na Estrada de Ferro do corcovado no trecho Cosme Velho – Corcovado - Parque Nacional da Tijuca. O instituto é o responsável por estabelecer política de descontos e isenções no pagamento de ingressos. Informou, ainda, que, segundo instruções do ICMBio, são isentos do pagamento de ingresso e passagem os guias de turismo devidamente regularizados pelo Ministério do Turismo, e pagam 50% do valor da passagem do Trem do Corcovado pessoas com idade a partir de 60 anos, brasileiro nato ou estrangeiro residente permanentemente no país. Por fim, esclarece não possuir autonomia para estabelecer descontos, funcionando apenas como arrecadador.

O instituto ICMBio informou que cumpre as legislações pertinentes, sendo certo que o Decreto nº 8537/15, que regulamentou as Leis nº 12.852/13 e nº 12.933/13, dispôs sobre a meia entrada para acesso a eventos artísticos-culturais e esportivos a estudantes e a reserva de vagas a jovens de baixa renda apenas veículos de transporte coletivo interestadual, o que não se aplica à Unidade de Conservação. Afirma ainda que, por liberalidade, isentou do pagamento de ingressos a estudantes e acompanhantes cujo estabelecimento de ensino regular agende previamente junto à administração das unidades de conservação a realização de atividades de educação ambiental.

Por fim, a Secretaria Nacional do Consumidor informou que não há qualquer procedimento administrativo instaurado naquele âmbito em virtude dos fatos apontados nas representações.

É o relatório do necessário.

Não restou caracterizada violação à legislação consumerista nos fatos narrados e apurados na instrução deste procedimento. De fato, a Lei 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, dispõe, em seu art. 23, que é “assegurado aos jovens de até 29 (vinte e nove) anos pertencentes a famílias de baixa renda e aos estudantes, na forma do regulamento, o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso cobrado do público em geral”. Em relação aos transportes, garante apenas a reserva de duas vagas por veículo com desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens para o sistema de transporte coletivo interestadual.

A lei nº 12.933/2013, além de dispor de modo similar ao Estatuto da Juventude quanto à possibilidade de concessão de meia entrada para estudantes, também regula a documentação passível de comprovação dessa qualidade.

Quanto ao transporte de estudantes, especificamente, é assegurado ao estudante da rede pública de ensino a gratuidade do transporte para o trajeto residência /escola/residência mediante cadastramento junto à empresa administradora de bilhetagem eletrônica; benefício concedido também a universitários de baixa renda, considerados os beneficiados por programas do Governo Federal, cotas ou Programa Universidade para Todos ou aqueles com renda familiar por capita de até 1 salário mínimo.

Como se vê, não há lei nacional que garanta meia entrada indiscriminadamente em meios de transporte aos estudantes, senão em relação ao transporte coletivo interestadual, observados os requisitos já mencionados e a gratuidade a assegurar a ida e volta do estudante do ensino público e universitário de baixa renda ao estabelecimento de ensino. Fora do disposto em lei, a concessão de quaisquer benefícios é feita mediante a liberalidade do explorador de serviços, não havendo que se falar em obrigatoriedade.

Diante do exposto, não vislumbro infração à legislação consumerista, razão pela qual provomo o arquivamento do procedimento preparatório em epígrafe, submetendo-o à revisão da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão.”

5. É o relatório.

6. Secundando as razões expostas, homologo o arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 512, DE 6 DE JULHO DE 2017

REFERÊNCIA: IC 1.14.004.000119/2012-43 (MPF/PRM – Presidente Dutra/BA). Inquérito civil instaurado para fiscalizar os recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional ao município de Presidente Dutra/BA, destinados a ações em resposta e reconstrução de desastres. Ausência de irregularidades que justifiquem a continuidade das atividades investigativas. Parcela não executada corresponde a aproximadamente 1,47% da quantia repassada à municipalidade. Percentual irrisório. Eventuais pendências administrativas/judiciais visando ao ressarcimento ao erário serão adotadas pela União Federal e pela Advocacia Geral da União (AGU). Homologação do arquivamento.

1. O Procurador oficiente, Dr. Márcio Albuquerque De Castro, relatou e promoveu o arquivamento do presente feito, nos seguintes termos:

“(…)

Trata-se de procedimento instaurado com base em cópia do ICP nº 1.14.004.000035/2012-18 (fls. 02/64 – 11/06/2012).

Então, em decorrência de requisição do MPF, o Município de Presidente Dutra/BA informou que “...celebrou o Convênio nº. 705815/2009-MI com o Ministério da Integração Nacional no valor de R\$1.000.000,00...” (fl. 70 – 23/08/2012).

ICP instaurado por força de portaria datada de 03/10/2012 (fls. 76/77).

Trata-se do Convênio nº 00077/2009 (SIAFI 705815), firmado entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil e a referida municipalidade (cf. fl. 78).

O Ministério da Integração Nacional informou “...que o Convênio encontra-se aguardando inspeção in loco e emissão de Parecer Técnico...” (fls. 87/88 – 20/12/2012).

O Ministério da Integração Nacional informou “...que a inspeção in loco do convênio está prevista para o mês de junho de 2013, após o que será procedida a análise do Projeto Básico respectivo...” (fls. 93/100 – 26/04/2013).

O Ministério da Integração Nacional informou “...que a inspeção in loco está prevista para o mês de junho do ano em curso, após o que será procedida a análise do Projeto Básico respectivo...” (fls. 116/122 – 23/10/2013).

O Ministério da Integração Nacional informou “...que o conveniente, haja vista os termos do Relatório de Inspeção nº 046/2013-ER/DRR, foi cientificado para as devidas relatório. Ademais, aguarda-se a elaboração do Parecer Técnico Conclusivo que subsidiará a apreciação financeira...” (fls. 126/143 – 18/12/2013).

O Ministério da Integração Nacional informou “...que o gestor apresentou as justificativas em relação ao relatório de inspeção...em 07/01/2014, foi realizada nova vistoria, resultando no Parecer Técnico de Execução Física nº 2014_241_PT_LCCS, sendo que, no momento, aguarda-se a elaboração do Parecer Técnico Conclusivo, que subsidiará a análise financeira/contábil...” (fls. 158/167 e 169/172 – 09/10/2014 e 30/10/2014).

O Ministério da Integração Nacional informou que “...após exarado o anexo Parecer Técnico de Execução Física nº 2014_241_PT_LCCS, aguarda-se manifestação técnica conclusiva, que subsidiará a Coordenação-Geral de Convênios na análise das contas apresentadas, em seu aspecto financeiro...” (fls. 177/180 – 29/04/2015).

De fato, o aludido Parecer concluiu que “...considerando que o conveniente não executou 1,47%...da meta física do objeto pactuado segundo Projeto Básico aprovado, do ponto de vista de execução física, concluímos pelo status de Atenção, considerando que a execução física está incompatível com o Projeto Básico aprovado pela SEDEC...”

O Ministério da Integração Nacional informou que “...ratificamos as informações já prestadas...Desta forma, o processo está em fase de instrução, colimando viabilizar as análises técnica conclusiva e financeira...” (fl. 193 – 30/09/2015).

O Ministério da Integração Nacional informou “...a análise solicitada faz parte de lista prioritária com vistas a dar maior celeridade ao atendimento, no entanto, por limitações operacionais, ainda encontra-se em curso...” (fl. 199 – 04/04/2016).

O Ministério da Integração Nacional informou “...que o processo em questão aguarda a emissão do Parecer Técnico Conclusivo pela área técnica desta SEDEC. Após, será elaborado o Parecer Contábil e Financeiro, pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas e Convênios deste MI...” (fl. 207 – 22/09/2016).

Por fim, o Ministério da Integração Nacional informou “...que os autos continuam aguardando análise na área técnica desta Secretaria...No momento, o processo em apreço encontra-se na 114ª posição em uma listagem com 264 processos de análise providências quanto ao esclarecimento dos apontamentos feitos na conclusão do referido prioritária...dada a complexidade do objeto e a vultosa extensão da documentação a ser analisada, bem como ao reduzido número de servidores lotados nesta Secretaria com habilitação técnica exigida par efetuar tal análise, não é possível fixar-se um prazo para a conclusão da tarefa...” (fls. 214/215 – 16/02/2017).

É o sucinto relatório. Passa-se à manifestação.

A continuidade das atividades investigativas revela-se inútil.

Primeiro, o Relatório de Inspeção nº 046/2013-ER/DRR conclui que “...De acordo com a inspeção realizada constatamos que as obras de pavimentação e drenagem foram concluídas, tendo atingido o benefício social esperado...” (fls. 137/141 – grifo nosso).

Ou seja, as obras financiadas com os recursos do referido Convênio alcançaram a funcionalidade prevista.

Segundo, as prestações de contas foram prestadas ao concedente.

Terceiro, o status do citado Convênio é “Prestação de Contas enviada para Análise”, sem ressalva de qualquer espécie, conforme consulta efetivada no sítio eletrônico do Portal da Transparência.

Quarto, o Parecer Técnico de Execução Física nº 2014_241_PT_LCCS aponta “...a inexecução de alguns serviços na obra vistoriada e a presença de alterações de projeto básico com relação ao inicialmente aprovado...” (fls. 178/179).

O valor estimado destes serviços não executados alcança a soma de R\$ 14.698,90.

Todavia, o montante liberado pelo Concedente foi de R\$ 1.000.000,00 (cf. fl. 137).

Isto significa que a parcela inexecutada corresponde a aproximadamente 1,47% da quantia repassada à municipalidade. Trata-se um percentual irrisório, ínfimo.

Quinto, o reduzido valor do dano ao erário enseja a aplicação do disposto no Enunciado nº 34, convertido na Orientação nº 3, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

“O combate à corrupção privilegiará os casos em que o prejuízo ao erário ou o enriquecimento ilícito, atualizado monetariamente, seja superior a vinte mil reais, tendo em vista os princípios da proporcionalidade, da eficiência e da utilidade. Nos casos em que o prejuízo for inferior, é admissível a promoção de arquivamento sujeita à homologação da 5ª Câmara, ressalvadas também as situações em que, a despeito da baixa repercussão patrimonial, verifique-se a ofensa significativa a princípios ou a bens de natureza imaterial merecedores de providências sancionatórias, no campo penal e/ou da improbidade administrativa”.

Aliás, este caso concreto igualmente se ajusta ao previsto no revogado Enunciado nº 14, desta mesma Câmara.

Sexto, a prática cotidiana revela que em situações similares à destes autos, considerável parcela decorre de mera desorganização administrativa da Prefeitura Municipal, circunstância muito comum nos pequenos municípios baianos, infelizmente. Ressalte-se que o pequeno prejuízo ao erário milita nesta direção.

Sétimo, as eventuais providências administrativas/judiciais visando o ressarcimento ao erário serão adotadas pela União Federal e pela AGU.

Oitavo, logicamente, caso eventualmente seja identificada alguma irregularidade nas prestações de contas o Ministério da Integração Nacional, por dever legal, adotará as medidas necessárias, instaurando inclusive Tomada de Contas Especial - TCE. Ao final, apreciada a referida TCE, caso se confirme eventual mácula, o Ministério da Integração Nacional e/ou o TCU obrigatoriamente comunicarão esta decisão ao Parquet Federal, para a adoção das providências cabíveis.

Nono, os presentes autos tramitam há quase 05 (cinco) anos. Revela-se notório que o prolongamento de sua tramitação é dispensável, pelas razões explicitadas retro. Aliado a isto, sua permanência implica no dispêndio de escassos recursos materiais e humanos do MPF, os quais poderiam ser direcionados em outras demandas bem mais prementes.

Assim sendo, é forçoso reconhecer a ausência de interesse do MPF na continuidade da atividade apuratória.

Dessa forma, com base nas considerações acima, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito. Remetam-se os autos à PFDC, para fins de homologação ou outras providências reputadas cabíveis ante o teor do disposto no art. 62, IV, da Lei Complementar nº 75/1993.

Por fim, esclarece-se que não haverá ciência a representante, visto que sua deflagração ocorreu de ofício.

(...)

2.É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, voto pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, iniciou-se, no Plenário, a Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público Federal, sob a presidência do Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presentes os Conselheiros Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Eitel Santiago de Brito Pereira, Maria Caetana Cintra Santos, Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, José Bonifácio Borges de Andrada, Antônio Augusto Brandão de Aras, Carlos Frederico Santos, Mario Luiz Bonsaglia e Mônica Nicida Garcia. Presentes, também, o Subprocurador-Geral da República José Adônis Callou de Araújo Sá (suplente do Corregedor-Geral do MPF), no período matutino e, no período vespertino, o Corregedor-Geral do MPF Hindemburgo Chateaubriand P. Diniz Filho, os Procuradores Regionais da República José Robalinho Cavalcante (Presidente da ANPR), Marlon Alberto Weichert e Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior (Secretário-Geral do CNMP) e o Procurador da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz. Foram objeto de deliberação os seguintes processos: 1) 1.00.001.000016/2012-07. Interessado(a): Ministério Público Federal. Assunto: Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Resolução CSMPF nº 131. Alteração. Anteprojeto de Resolução CSMPF nº 72. Relator(a): Conselheiro Eitel Santiago de Brito Pereira. A sessão foi suspensa às treze horas, reiniciando às quatorze horas e quarenta minutos. Decisão: Em prosseguimento à deliberação do dia 20.4.2015 (2ª Sessão Extraordinária), o Conselho, à unanimidade: a) Após discussão acerca dos destaques, aprovou o projeto. Será editada e publicada resolução. b) Designou comissão composta pelos Conselheiros Eitel Santiago de Brito Pereira (Relator), Maria Caetana Cintra Santos (Presidente), Mario Luiz Bonsaglia e José Bonifácio Borges de Andrada, para revisão da redação final (projeto do Relator e destaques em anexo). 2) 1.00.001.000106/2015-32. Interessado(a): Ministério Público Federal. Assunto: 29º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República. Relator(a): Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho. Decisão: Tendo em vista a comunicação do Procurador-Geral da República acerca da necessidade de publicação de edital para abertura do 29º Concurso para provimento de cargos de Procurador da República, antes do dia 31 de agosto, porque se o Projeto de Lei Complementar nº 257/2016, que estava na pauta de votação da Câmara dos Deputados, desta terça-feira, 2 de agosto, for aprovado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 proibirá o ingresso de pessoal, nos casos de concursos deflagrados após essa data, o Conselho, à unanimidade, reafirmou a autorização anteriormente concedida ao Procurador-Geral da República, de abertura de cinco novos concursos, para que seja deflagrado o 29º Concurso para ingresso na carreira, no momento que entender conveniente, até a data limite, independentemente das alterações do regulamento e da composição da banca examinadora. 3) 1.00.001.000166/2015-55. Interessado(a): Associação Nacional dos Procuradores da República-ANPR. Assunto: Proposta de Resolução administrativa que prevê a participação, com assento e voz, da Associação Nacional dos Procuradores da República nas sessões do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Relator(a): Conselheiro Eitel Santiago de Brito Pereira. Decisão: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, rejeitou a proposta, tendo em vista a falta de amparo

legal. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros. 4) Considerações acerca do término do mandato dos Conselheiros Antônio Augusto Brandão de Aras e Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira: Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros: Gostaria de agradecer aos Conselheiros Antônio Augusto Brandão de Aras e Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, que se ausentam, em face do término do mandato. Nesse período de convivência harmônica..., não podemos confundir divergências temáticas com convivência desarmoniosa..., ressaltar a colaboração dos Conselheiros nesse período e dizer que, segundo meu aviso, a atuação de vocês foi primorosa neste Colegiado. Sem ofensa aos Conselheiros que virão, pessoalmente afirmo que considero, no meu relacionamento pessoal, uma ausência profunda dos dois Conselheiros. Espero contar com a colaboração dos senhores, como meus queridos colegas Subprocuradores-Gerais nesse meu final de mandato, meu final de carreira. Espero e confio que contarei com os senhores. O Colegiado aclamou a atuação de ambos os Conselheiros. Conselheiro Antônio Augusto Brandão de Aras: Aproveito para agradecer a V. Exa. e aos colegas que nos escutam nessa bancada, pela grande oportunidade que obtive com o apoio dos pares Subprocuradores-Gerais, de estar aqui aprendendo a cada reunião, a cada encontro e a cada momento e saber que V. Exa. certamente teve importante contribuição para a mudança dos costumes políticos desse país. Obrigado Sr. Presidente! Conselheira Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira: Queria agradecer muito e dizer que é uma satisfação para mim integrar este Conselho sob a presidência de V.Exa. e tendo esse colegiado, o conjunto desses Conselheiros e Conselheiras como companheiros nessa jornada. Também considero essa uma das melhores composições do Conselho, aquelas em que tivemos mais próximos, com um propósito de chegar a um bom e melhor resultado. Então, quero registrar a minha satisfação e dizer que essa composição se deve muito à maneira como foi conduzida e presidida. Obrigada! Conselheiro Eitel Santiago de Brito Pereira: Todos os Conselheiros aderem à homenagem que V. Exa. presta, muito merecidamente aos queridos colegas Antônio Augusto Brandão de Aras e Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, que estão se despedindo hoje do Colegiado, por tudo que representam na Instituição e pela maneira como atuaram aqui, com brilho, inteligência, cultura e vontade de servir à Instituição e ao Brasil. Os demais Conselheiros aderiram à manifestação. A Sessão encerrou-se às 16h50. Eu, Norma Correia Soares, Secretária Executiva, lavrei esta ata, que, após aprovada, será assinada pelos Conselheiros.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

MARIA CAETANA CINTRA SANTOS

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

CARLOS FREDERICO SANTOS

MARIO LUIZ BONSAGLIA

MÔNICA NICIDA GARCIA

ANEXO

Processo CSMPF nº 1.00.001.000016/2012-07 – Regimento Interno do CSMPF (item 1).

Projeto apresentado pelo Conselheiro Relator Eitel Santiago de Brito Pereira:

“Projeto de Resolução nº 72, de 28 de outubro de 2014.

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício da atribuição prevista no art. 57, inciso I, alínea “a” da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e nos princípios constitucionais da publicidade e da vedação de sigilo, contidos nos artigos 37 e 93, incisos IX e X da Constituição, resolve editar a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 1º. A composição do Conselho Superior é a prevista no artigo 54 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 2º. Os Conselheiros tomam posse formalmente perante o Presidente do Conselho, com a assinatura do termo respectivo.

Art. 3º. O Conselho Superior elegerá, em votação secreta, dentre os Conselheiros que integrem o colegiado na condição de membros eleitos o seu Vice-Presidente.

§ 1º – O Vice-Presidente substituirá o Presidente em seus impedimentos.

§ 2º – Os impedimentos referidos no parágrafo anterior são aqueles previstos na legislação processual civil e penal, bem como os decorrentes da ausência ocasional do Presidente.

§ 3º – O Vice-Presidente sucederá temporariamente o Presidente no cargo até que se complete a escolha e a nomeação do novo Chefe do Ministério Público da União.

§ 4º – A eleição para Vice-Presidência do CSMPF se dará logo após a posse dos Conselheiros eleitos.

§ 5º – Não poderão concorrer à eleição para Vice-Presidente do Conselho Superior os suplentes dos Conselheiros.

§ 6º – O mandato de Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal é de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 7º – Em caso de empate de votos, considera-se eleito Vice-Presidente do Conselho Superior o candidato mais antigo na categoria final da carreira do Ministério Público Federal.

§ 8º – Em caso de vacância do cargo de Vice-Presidente do CSMPF, completará o mandato o Subprocurador-Geral da República mais antigo entre os Conselheiros eleitos.

Art. 4º Os suplentes substituirão os Conselheiros em seus impedimentos, suspeição, afastamentos ou licenças.

§ 1º O Procurador-Geral da República e qualquer membro do Conselho Superior estão impedidos de participar das decisões nos casos previstos nas leis processuais para o impedimento e a suspeição de membros do Ministério Público.

§ 2º O Conselheiro Suplente, convocado para substituir o titular nas hipóteses de afastamento ou licença superior a 30 dias, receberá distribuição durante o período da convocação.

§ 3º O suplente, no período de substituição, receberá distribuição e ficará vinculado aos processos que lhe forem destinados, caso em que deverá apresentá-los para julgamento no prazo equivalente a duas sessões ordinárias do Conselho Superior.

§ 4º O Conselheiro substituído não poderá compor o quórum de votação dos processos nos quais o suplente for Relator ou tiver proferido voto-vista.

§ 5º Em caso de vacância, o suplente assumirá a titularidade, completando o mandato do antecessor.

Art. 5º As competências do Conselho são as previstas no artigo 57 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Parágrafo único. As deliberações relativas aos incisos I, alíneas "a" e "e", IV, XIII, XV, XVI, XVII, XIX e XXI, do artigo 57 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, somente poderão ser tomadas com o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior.

Art. 6º A aprovação do nome do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão obedecerá ao seguinte procedimento, complementar ao disposto no artigo 40, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993:

I - A indicação será lida na segunda sessão plenária do Conselho Superior que anteceder o término do mandato do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão e, imediatamente, será distribuída a Relator, o qual deverá apresentar seu voto na sessão seguinte;

II - O Procurador-Geral da República designará Subprocurador-Geral da República para responder, em caráter provisório, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão se o Conselho Superior não deliberar sobre o nome do indicado antes do término do mandato anterior.

III - O indicado se fará presente na sessão de deliberação para responder eventuais pedidos de esclarecimentos.

Parágrafo único. A dispensa a que alude o art. 40, § 2º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, obedecerá ao seguinte procedimento:

I - A dispensa será lida na primeira sessão plenária do Conselho Superior que a suceder e, imediatamente, será distribuída a Relator;

II - O Relator providenciará a ciência do ocorrido ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão para que este, em 10 (dez) dias, apresente manifestação escrita;

III - O Relator, em seguida, pedirá inclusão do caso na pauta da primeira sessão imediata.

IV - A dispensa só será aprovada mediante o voto da maioria absoluta dos integrantes do Conselho Superior.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DOS CONSELHEIROS

Art. 7º A presidência do Conselho Superior compete ao Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. Não estando presente o Procurador-Geral da República, a presidência será exercida pelo Vice-Presidente do Conselho Superior.

Art. 8º Compete ao Presidente:

I - representar o Conselho Superior do Ministério Público Federal;

II - fazer observar o presente Regimento;

III - tomar as providências destinadas ao bom funcionamento do Conselho Superior;

IV - assinar as atas dos trabalhos do Conselho Superior do Ministério Público Federal, rubricando as suas páginas, juntamente com os demais Conselheiros;

V - assinar as pautas de julgamento organizadas pelo Secretário Executivo;

VI - convocar as sessões do Conselho;

VII - determinar a distribuição a Relator, mediante sorteio, de todos os procedimentos sujeitos à deliberação do Conselho;

VIII - prover cargos em comissão e designar servidores para exercer funções gratificadas no Conselho;

IX - verificar, ao início de cada sessão, a existência do quórum, na forma do disposto no presente Regimento;

X - submeter as questões de ordem à deliberação do plenário;

XI - submeter à deliberação do Conselho Superior as matérias da competência deste e ouvi-lo sobre outras que entender conveniente;

XII - manter a ordem das sessões;

XIII - assegurar a execução das deliberações do Conselho e fazer divulgá-las no âmbito interno do Ministério Público Federal;

XIV - comunicar as providências de caráter administrativo de que se tenha desincumbido ou que tencione levar a efeito, desde que possuam implicação institucional ou em qualquer das competências do Conselho Superior.

XV - Fazer publicar na página do Conselho Superior, na primeira semana de agosto de cada ano, quadro informativo com o número de processos remanescentes de cada Conselheiro.

Parágrafo único. Em casos urgentes, durante o recesso forense e férias coletivas, o Procurador-Geral da República poderá autorizar, ad referendum do Colegiado, o afastamento de membros do Ministério Público Federal.

Art. 9º Compete ao Relator:

I - ordenar e dirigir o processo, determinando as providências e as diligências necessárias a seu andamento e instrução, fixando prazos para os respectivos atendimentos;

II - conceder vista dos autos aos interessados, observadas as hipóteses de sigilo;

III - submeter ao Plenário, à comissão ou à Presidência, conforme a competência, quaisquer questões de ordem para o bom andamento dos processos;

IV - decidir os incidentes que não dependerem de pronunciamento do Plenário, bem como fazer executar as diligências necessárias ao julgamento do processo;

V - conceder, ad referendum do Conselho, medidas liminares ou cautelares em caso de relevância dos fundamentos jurídicos e quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;

Parágrafo Único. As medidas liminares ou cautelares concedidas nos termos do inciso V deverão ser apresentadas ao colegiado na Sessão subsequente, quando terão preferência.

Art. 10. Os Conselheiros têm as seguintes obrigações:

I - participar das sessões plenárias, reuniões e comissões;

II - declarar impedimento, suspeições ou incompatibilidades que lhes afetem;

III - assinar as decisões tomadas pelo Conselho nas quais tiverem atuado como relatores;

Parágrafo único. Ao Conselheiro, afastado por motivo de férias ou licença, é facultado exercer as suas funções no Conselho.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I Da Secretaria Executiva

Art. 11. A secretaria executiva do Conselho Superior terá como Secretário Executivo bacharel em Direito do quadro de servidores do Ministério Público Federal, indicado pelo Presidente do Conselho Superior.

Art. 12. Compete ao Secretário Executivo do Conselho Superior:

I - elaborar e fazer publicar a pauta da sessão, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, exceto nos casos de sessão extraordinária em que não for possível a observância desse prazo;

II - redigir as atas dos trabalhos do Conselho Superior e assiná-las com os membros do CSMPF;

III - dirigir os serviços administrativos do colegiado, bem como praticar outros atos que lhe forem conferidos pelo Presidente;

IV - elaborar o boletim informativo do CSMPF;

V - proceder ao protocolo eletrônico e velar pela correção do registro e da autuação de todos os documentos e feitos que ingressarem no Conselho Superior;

VI - Proceder à distribuição eletrônica, nos termos do artigo 14 deste Regimento;

VII - Promover a juntada de documentos aos autos e fazê-los conclusos em 24 horas;

Art. 13. A movimentação dos autos e a tramitação de petições serão efetuadas por meio do Sistema Único de Informações do Ministério Público Federal.

Parágrafo único. Documentos encaminhados por fac-símile ou por meio eletrônico, se não movimentados pelo Sistema Único, deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidos.

Seção II Da Distribuição

Art. 14. A distribuição de processos será realizada pela Secretaria Executiva, por meio de sorteio eletrônico, em sessão pública, com exclusão do Presidente do Conselho, de maneira imediata, igualitária, impessoal, aleatória e transparente, observada a ordem de autuação e as seguintes classes:

- a) Afastamento;
- b) Atuação Conjunta/Atuação em Instância Diversa;
- c) Audiências Públicas;
- d) Concurso Público de Ingresso na Carreira;
- e) Correição;
- f) Designação para Ofícios;
- g) Eleição;
- h) Estágio Probatório;
- i) Indicação de Membro;
- j) Inquérito Administrativo Disciplinar;
- l) Lista de Antiguidade;
- m) Lista Tríplice;
- n) Processo Administrativo Disciplinar;
- o) Projeto de Resolução;
- p) Promoção na Carreira;
- q) Proposta Orçamentária;
- r) Relatório de Atividades;
- s) Remoção por Interesse Público;
- t) Representação;
- u) Vagas Prioritárias;
- v) Homologação e Aprovação de Portarias;
- x) Diversos.

§ 1º A distribuição eletrônica será feita imediatamente, ao longo do dia, tão logo a petição seja protocolada, e encaminhada ao Relator no prazo máximo de 24 horas.

§ 2º A distribuição será feita por prevenção em hipótese de conexão ou continência.

§ 3º No caso de impedimento ou suspeição do Conselheiro, será realizada nova distribuição, fazendo-se a compensação.

§ 4º O Conselheiro que, afastado por motivo de férias ou licença-prêmio, exercer a faculdade prevista no artigo 11, parágrafo único, desta Resolução, receberá distribuição.

§ 5º No caso de afastamento definitivo do Conselheiro, o acervo dos feitos sob sua relatoria ou revisão será transferido a quem o suceder.

§ 6º No mês da posse do novo mandato para o Conselho Superior do Ministério Público Federal, não haverá distribuição para o Conselheiro que estiver cumprindo o segundo mandato consecutivo.

§ 7º Não haverá distribuição, para o Conselheiro que requereu aposentadoria, nos trinta dias que antecederem ao jubileamento.

§ 8º Findo o mandato, os Conselheiros devolverão imediatamente os processos para redistribuição por sucessão.

§ 9º O Conselheiro reconduzido manterá sob sua relatoria os processos que lhe tenham sido distribuídos durante o exercício do mandato anterior.

Seção III Das Sessões

Art. 15. O Conselho Superior instalará os seus trabalhos estando presente a maioria absoluta de seus membros e, salvo nos casos previstos no parágrafo único do artigo 5º deste Regimento Interno, deliberará por maioria simples de votos, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Superior serão publicadas no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal (DMPF-e).

Art. 16. O Conselho Superior do Ministério Público Federal reunir-se-á, ordinariamente, às 9 horas da primeira terça-feira de cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral da República, ou por proposta da maioria de seus membros.

Parágrafo único. Se a data marcada para a sessão ordinária recair em feriado, será a mesma adiada para a sexta-feira imediatamente subsequente.

Art. 17. Os trabalhos da sessão serão declarados iniciados pelo Presidente, cumprindo-se a seguinte ordem:

I - verificação do número de presentes e consequente leitura da ata da precedente sessão;

II - discussão, votação e aprovação da ata pelos Conselheiros presentes;

III - comunicações do Presidente;

IV - comunicações dos Conselheiros;

V - apreciação das matérias na seguinte ordem: as liminares concedidas monocraticamente, os pedidos de vista, os procedimentos disciplinares e de remoção por interesse público, e quanto aos demais será observada a antiguidade de inclusão.

Parágrafo único. O tempo para cada comunicação é de 5 (cinco) minutos no máximo.

Art. 18. Em caso de urgência, o Relator poderá indicar preferência para o julgamento.

Parágrafo único. O Presidente também poderá dar preferência aos julgamentos nos quais os advogados pretendam produzir sustentação oral.

Art. 19. Os processos que não tenham sido julgados permanecerão em pauta, observada a ordem de inclusão.

§ 1º Os processos serão inseridos automaticamente em pauta.

§ 2º Em qualquer caso, terão preferência obrigatória para julgamento os feitos disciplinares.

§ 3º O Presidente, justificadamente, poderá apontar a preferência de julgamento para processo não especialmente indicado neste artigo.

Art. 20. De cada sessão plenária será lavrada ata pelo Secretário Executivo, contendo a data da sessão, o registro sucinto dos debates e das deliberações adotadas, os nomes do Presidente, do Relator ou, sendo este vencido, do Conselheiro que tenha proferido o primeiro voto divergente, dos demais Conselheiros que tiverem participado do julgamento, dos Conselheiros que firmaram impedimento ou suspeição, dos ausentes, dos advogados e/ou partes que tiverem sustentado oralmente, e das demais partes interessadas.

Art. 21. As atas especificarão se as votações foram por maioria (simples ou absoluta) ou por unanimidade, devendo constar o número exato dos votos emitidos e o sentido de cada um deles.

Art. 22. As sessões do Conselho poderão ser realizadas também em meio eletrônico ou virtual.

Art. 23. O Conselho Superior deliberará por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, obedecido o seguinte:

I - Os feitos deliberados eletronicamente serão levados às sessões presenciais para proclamação do resultado;

II - As discussões e votações eletrônicas somente terão validade, quando manifestadas em programa específico, desenvolvido e disponibilizado pelo Ministério Público Federal;

III - Poderão ser incluídas, no ambiente eletrônico, as minutas das atas anteriores para aprovação;

IV - O feito será incluído no ambiente eletrônico por iniciativa do Relator, o qual deverá apresentar seu voto para que se iniciem as discussões;

V - Nos processos disciplinares, o Relator poderá apresentar apenas o relatório do voto, vedadas a discussão e a votação;

VI - O fórum eletrônico de discussões será suspenso 2 (dois) dias úteis antes da sessão presencial, sem prejuízo do Conselheiro poder visualizar as manifestações virtuais realizadas;

VII - Os feitos nos quais todos os conselheiros já tenham oferecido voto terão preferência de julgamento na sessão presencial;

VIII - Os procedimentos nos quais haja indicação para decisão unânime serão julgados em bloco, sendo facultado, no entanto, aos Conselheiros solicitarem sejam destacados alguns deles;

IX - Os pedidos de vista formulados no ambiente eletrônico deverão ser confirmados nas sessões presenciais;

X - O suplente poderá participar das votações eletrônicas, na forma regimental;

XI - Aplicam-se ao ambiente eletrônico as normas relacionadas a suspeição e impedimento;

XII - O Corregedor-Geral do MPF poderá participar das discussões no ambiente eletrônico, na forma do artigo 65, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

XIII - Deverão estar presentes, no ambiente eletrônico, todas as informações relacionadas ao feito em julgamento, bem como sua reprodução integral em formato digital.

CAPÍTULO IV DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE

Seção I Da Avaliação do Estágio Probatório

Art. 24. A avaliação dos membros do Ministério Público Federal submetidos a estágio probatório será realizada pelo Corregedor-Geral, observado o procedimento estabelecido pelas Resoluções deste Conselho Superior sobre o assunto, no que couber.

Art. 25. O relatório final, elaborado pelo Corregedor-Geral, será encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, seguindo-se a sua distribuição a um único Relator para cada turma de membros em estágio probatório.

Art. 26. O relatório final deverá ser entregue ao Conselho Superior até três meses antes da data do término do estágio probatório.

Parágrafo único. A apresentação do relatório no prazo referido no caput não prejudica a continuidade da avaliação no período restante, em relação a cada um dos membros sujeitos ao estágio probatório.

Art. 27. O relatório contrário à confirmação do membro em estágio probatório ensejará a imediata instauração, pelo Corregedor-Geral, de procedimento de exoneração.

Parágrafo único. O relatório mencionado no caput deverá indicar, de forma pontual, todos os fatos que levaram o Corregedor-Geral a se manifestar contrariamente à confirmação do membro em estágio probatório.

Art. 28. O procedimento de exoneração, a ser instaurado mediante portaria do Corregedor-Geral, será contraditório, assegurada a ampla defesa.

§ 1º A portaria de instauração do procedimento de exoneração designará comissão de três membros para realizá-lo.

§ 2º A comissão, que poderá ser presidida pelo Corregedor-Geral, será composta de integrantes da carreira, vitalícios.

Art. 29. A instauração do procedimento de exoneração deixa sobrestado o período de estágio probatório até o seu julgamento definitivo.

Art. 30. O prazo para a conclusão do procedimento de exoneração é de noventa dias, contados da data da portaria que o instaurar, podendo ser prorrogado, justificadamente, a pedido da comissão.

Art. 31. Na hipótese do art. 26 desta Resolução, o membro em estágio probatório será intimado pessoalmente para apresentar defesa prévia, por si ou por meio de procurador constituído, no prazo de quinze dias.

§ 1º No mesmo prazo para a defesa, o membro em estágio probatório poderá requerer a produção de provas orais, documentais e periciais.

§ 2º A comissão poderá indeferir, fundamentadamente, as provas desnecessárias ou requeridas com intuito manifestamente protelatório.

Art. 32. Encerrada a produção de provas a comissão abrirá vista dos autos ao membro em estágio probatório para oferecer razões finais no prazo de quinze dias.

Art. 33. Decorrido o prazo para razões finais, a comissão remeterá o processo, instruído com relatório dos seus trabalhos, ao Corregedor-Geral, que deverá propor ao Conselho Superior, dentro de quinze dias, a exoneração ou o vitaliciamento do membro em estágio probatório.

Art. 34. O Conselho Superior terá o prazo de duas sessões para decidir, fundamentadamente, sobre a exoneração ou o vitaliciamento do membro em estágio probatório.

§ 1º A decisão referida no caput somente poderá ser tomada com o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, nos termos do art. 57, inciso XVII, combinado com o art. 198, da Lei Complementar nº 75, de 1993.

§ 2º O Conselho Superior encaminhará cópia da decisão ao Procurador-Geral da República, quando for o caso, para ser efetivada a exoneração do membro em estágio probatório.

Art. 35. Cabe, a qualquer tempo, durante o estágio probatório, a instauração de inquérito disciplinar, pelo Corregedor-Geral, ou de procedimento de exoneração, neste último caso nas hipóteses em que os fatos indiquem o não cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo art. 4º, da Resolução CSMPF nº 5, de 1993.

Art. 36. Se o Corregedor-Geral concluir pelo vitaliciamento poderá converter o procedimento de exoneração em inquérito administrativo e formular a súmula de acusação, que conterá a exposição do fato imputado, com todas as suas circunstâncias e a capitulação legal da infração.

Seção II Dos Procedimentos Disciplinares

Subseção I Do Inquérito Administrativo

Art. 37. O inquérito administrativo, de caráter sigiloso, será instaurado pelo Corregedor-Geral, mediante portaria, em que designará comissão de três membros para realizá-lo, sempre que tomar conhecimento de infração disciplinar, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 75, de 1993, e na Resolução CSMPF nº 100, de 2009, no que couber.

§ 1º A comissão, que poderá ser presidida pelo Corregedor-Geral, será composta de integrantes da carreira, vitalícios e de classe igual ou superior à do indiciado.

§ 2º As publicações relativas a inquérito administrativo conterão o respectivo número, omitido o nome do indiciado, que será cientificado pessoalmente. (cópia do artigo 247 da LC 75/93)

Art. 38. O prazo para a conclusão do inquérito e apresentação do relatório final é de trinta dias, prorrogável, no máximo, por igual período. (cópia do artigo 248 da LC 75/93)

Art. 39. A comissão procederá à instrução do inquérito, podendo ouvir o indiciado e testemunhas, requisitar perícias e documentos e promover diligências. (cópia do artigo 249 da LC 75/93)

Art. 40. Concluída a instrução do inquérito, abrir-se-á vista dos autos ao indiciado, para se manifestar, no prazo de quinze dias. (cópia do artigo 250 da LC 75/93)

Art. 41. A comissão encaminhará o inquérito ao Conselho Superior, acompanhado de seu parecer conclusivo, pelo arquivamento ou pela instauração de processo administrativo. (cópia do artigo 251, caput, da LC 75/93)

§ 1º O parecer que concluir pela instauração do processo administrativo formulará a súmula de acusação, que conterá a exposição do fato imputado, com todas as suas circunstâncias e a capitulação legal da infração. (cópia do artigo 251, § 1º, da LC 75/93)

§ 2º O inquérito administrativo disciplinar será distribuído a Relator que, após elaborar o seu voto, fará distribuir cópia aos demais Conselheiros, no prazo mínimo de cinco dias anterior ao julgamento pelo Conselho Superior. (parágrafo novo)

§ 3º O inquérito será submetido à deliberação do Conselho Superior, que poderá:

I - determinar novas diligências, se o considerar insuficientemente instruído;

II - determinar o seu arquivamento;

III - instaurar processo administrativo, caso acolha a súmula de acusação;

IV - encaminhá-lo ao Corregedor-Geral, para formular a súmula da acusação, caso não acolha a proposta de arquivamento. (cópia do artigo 251, § 2º, da LC 75/93)

§ 4º Na sessão de julgamento pelo Colegiado, será facultada a sustentação oral, pelo Corregedor-Geral e pelo indiciado, no prazo de quinze minutos cada. (parágrafo novo)

Subseção II

Do Processo Administrativo

Art. 42. O processo administrativo, instaurado por decisão do Conselho Superior, será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 75, de 1993, e na Resolução CSMPF nº 100, de 2009, no que couber.

§ 1º A decisão que instaurar processo administrativo designará comissão composta de três membros escolhidos dentre os integrantes da carreira, vitalícios, e de classe igual ou superior à do acusado, indicará o presidente e mencionará os motivos de sua constituição.

§ 2º Da comissão de processo administrativo não poderá participar quem haja integrado a precedente comissão de inquérito.

§ 3º As publicações relativas a processo administrativo conterão o respectivo número, omitido o nome do acusado, que será cientificado pessoalmente. (cópia do artigo 252 da LC 75/93)

Art. 43. O prazo para a conclusão do processo administrativo e apresentação do relatório final é de noventa dias, prorrogável, no máximo, por trinta dias, contados da publicação da decisão que o instaurar. (cópia do artigo 253 da LC 75/93)

Art. 44. A citação será pessoal, com entrega de cópia da portaria, do relatório final do inquérito e da súmula da acusação, cientificado o acusado do dia, da hora e do local do interrogatório.

§ 1º Não sendo encontrado o acusado em seu domicílio, proceder-se-á à citação por edital, publicado no Diário Oficial, com o prazo de quinze dias.

§ 2º O acusado, por si ou através de defensor que nomear, poderá oferecer defesa prévia, no prazo de quinze dias, contado do interrogatório, assegurando-se-lhe vista dos autos no local em que funcione a comissão.

§ 3º Se o acusado não tiver apresentado defesa, a comissão nomeará defensor, dentre os integrantes da carreira e de classe igual ou superior à sua, reabrindo-se-lhe o prazo fixado no parágrafo anterior.

§ 4º Em defesa prévia, poderá o acusado requerer a produção de provas orais, documentais e periciais, inclusive pedir a repetição daquelas já produzidas no inquérito.

§ 5º A comissão poderá indeferir, fundamentadamente, as provas desnecessárias ou requeridas com intuito manifestamente protelatório. (cópia do artigo 254 da LC 75/93)

Art. 45. Encerrada a produção de provas, a comissão abrirá vista dos autos ao acusado, para oferecer razões finais, no prazo de quinze dias. (cópia do artigo 255 da LC 75/93)

Art. 46. Havendo mais de um acusado, os prazos para defesa serão comuns e em dobro. (cópia do artigo 256 da LC 75/93)

Art. 47. Em qualquer fase do processo, será assegurada à defesa a extração de cópia das peças dos autos. (cópia do artigo 257 da LC 75/93)

Art. 48. Decorrido o prazo para razões finais, a comissão remeterá o processo, dentro de quinze dias, ao Conselho Superior, instruído com relatório dos seus trabalhos. (cópia do artigo 258 da LC 75/93)

Art. 49. O Conselho do Ministério Público, apreciando o processo administrativo, poderá:

I - determinar novas diligências, se o considerar insuficientemente instruído, caso em que, efetivadas estas, proceder-se-á de acordo com os arts. 264 e 265 da LC 75/93;

II - propor o seu arquivamento ao Procurador-Geral;

III - propor ao Procurador-Geral a aplicação de sanções que sejam de sua competência;

IV - propor ao Procurador-Geral da República o ajuizamento de ação civil para:

a) demissão de membro do Ministério Público da União com garantia de vitaliciedade;

b) cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único. Para a apreciação, pelo Conselho Superior, do relatório final da comissão do processo administrativo disciplinar, não poderá ser Relator o Conselheiro que tiver sido Relator da proposta de instauração do processo administrativo, devendo o novo Relator produzir relatório e o encaminhar aos demais Conselheiros, no prazo mínimo de cinco dias anterior ao julgamento pelo Conselho Superior. (cópia do artigo 259 da LC 75/93)

Subseção III

Da Revisão do Processo Administrativo

Art. 50. Cabe, em qualquer tempo, a revisão do processo de que houver resultado a imposição de penalidade administrativa:

I - quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de provar inocência ou de justificar a imposição de sanção mais branda; ou

II - quando a sanção se tenha fundado em prova falsa. (cópia do artigo 262 da LC 75/93)

Art. 51. A instauração do processo de revisão poderá ser determinada de ofício, a requerimento do próprio interessado, ou, se falecido, do seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão. (cópia do artigo 263 da LC 75/93)

Art. 52. O processo de revisão terá, no Conselho Superior, o rito do processo administrativo.

Parágrafo único. Não poderá integrar a comissão revisora quem haja atuado em qualquer fase do processo revisando. (cópia do artigo 264 da LC 75/93)

Art. 53. Julgada procedente a revisão, será tornada sem efeito a sanção aplicada, com o restabelecimento, em sua plenitude, dos direitos por ela atingidos, exceto se for o caso de aplicar-se penalidade menor. (cópia do artigo 259 da LC 75/93)

Seção III

Da Remoção por Interesse Público

Art. 54. A remoção por interesse público, prevista no artigo 93, VIII, combinado com o artigo 129, § 4º, ambos da Constituição, será decidida pelo voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, assegurada ampla defesa e com observância do seguinte procedimento:

I - A instauração do procedimento decorrerá de representação do Presidente do Conselho Superior ou do Corregedor-Geral, ou por deliberação do colegiado após provocação de qualquer de seus membros titulares;

II - Em qualquer caso, deverá ser indicado o fato ensejador da proposta de remoção;

III - Distribuído o feito ao Relator, será concedido prazo de 10 (dez) dias para manifestação do interessado.

IV - Colhida a prova que se faça necessária, bem como apreciadas ou decididas as diligências e provas indicadas pelo Relator ou requeridas pelo interessado ou pelo membro do Conselho Superior que propôs a instauração, será intimado o interessado para alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias;

V - Vencido o prazo para alegações finais, o Relator lançará relatório conclusivo e encaminhará os autos para inclusão na pauta da primeira sessão subsequente;

VI - O julgamento observará as disposições contidas no artigo 59 e seguintes deste Regimento.

Seção IV

Da Promoção

Art. 55. As promoções far-se-ão, alternadamente, por antiguidade ou merecimento.

Parágrafo único. O Presidente será comunicado, pela Secretaria Executiva, sobre a existência de vaga e, ato contínuo, ordenará a distribuição do feito a Relator, o qual determinará:

I – a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico do Ministério Público (DMPF-e) de edital de convocação dos membros que compõem a primeira quinta parte da lista de antiguidade, para que possam fazer sua inscrição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo apresentar os documentos que entenderem pertinentes;

II – a disponibilização aos Conselheiros dos dados relativos à vida funcional dos membros inscritos.

Art. 56. Na indicação à promoção por antiguidade, o Conselho Superior somente poderá recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros.

§ 1º Formulado juízo de admissibilidade da recusa, o Relator determinará a intimação do interessado para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa.

§ 2º O Relator apresentará voto na sessão subsequente, devendo o Conselho deliberar.

Art. 57. Na hipótese de promoção por merecimento, com base em critérios objetivos contidos em norma específica, a lista tríplice será formada pelos 3 (três) nomes mais votados pela maioria absoluta, procedendo-se a 3 (três) votações para alcançá-la e, se necessário, a 3 (três) escrutínios com os nomes remanescentes.

§ 1º Se, após o procedimento descrito no caput, não resultar completa a lista, esta será composta pelos mais votados no último escrutínio, observada, em caso de empate, a antiguidade na categoria e, depois, na carreira.

§ 2º A antiguidade, para efeito de promoção por merecimento, será determinada pelo tempo de efetivo exercício no cargo ocupado.

§ 3º Para os fins deste artigo, considerar-se-ão as alterações ocorridas na lista de antiguidade até o encerramento do prazo das inscrições delimitado pelo Conselho Superior, sem prejuízo do contido no artigo 200, § 1º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 58. Elaborada a lista, por merecimento, o Procurador-Geral da República escolherá o membro que será promovido.

Seção V

Do Julgamento dos Procedimentos Administrativos

Art. 59. Iniciada a sessão o Presidente dará a palavra ao Relator para a leitura do voto, de acordo com a ordem estabelecida.

§ 1º A sustentação oral, quando requerida, ocorrerá após a leitura do relatório e antes da prolação do voto pelo Relator, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Se houver litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo, que se contará em dobro, será dividido igualmente entre os do mesmo grupo, se diversamente entre eles não se convencionar.

Art. 60. Após o voto do Relator, o Presidente tomará os votos dos demais Conselheiros, na ordem inversa da antiguidade prevista no § 1º do artigo 202 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, cabendo-lhe votar em último lugar.

Art. 61. A qualquer momento da sessão, os Conselheiros podem pedir a palavra pela ordem, podendo o Presidente concedê-la desde logo.

Art. 62. O termo de deliberação será fundamentado, devendo ser colhida a assinatura do Relator e sendo facultada, aos autores dos votos discordantes, a juntada de suas respectivas manifestações.

Parágrafo único. Deverá constar da ata a resenha do julgamento e o sentido dos votos apresentados.

Art. 63. É facultado a qualquer Conselheiro pedir vista dos autos, ficando o julgamento adiado para a sessão seguinte.

§ 1º Havendo fatos novos, relevantes ao caso, os autos retornarão ao Relator para complementação de diligências ou reabertura da instrução, se for o caso.

§ 2º Havendo pedido de vista dos autos, o Conselheiro que o formular deverá apresentar o processo até a segunda sessão subsequente, para prosseguimento do julgamento, desde que presente o Relator.

§ 3º O pedido de vista impedirá o prosseguimento do julgamento, podendo, entretanto, qualquer Conselheiro, que se declarar habilitado, antecipar seu voto.

Art. 64. Vencido o Relator na questão principal do processo submetido a julgamento, será designado para lavrar o acórdão o Conselheiro que houver proferido o primeiro voto vencedor.

Seção VI Dos Recursos

Art. 65. Das decisões monocráticas do Presidente e do Relator caberá recurso interno ao Plenário, a ser interposto por escrito no prazo de 5 (cinco) dias, contado da intimação do interessado.

Art. 66. Das decisões do Conselho Superior, do Presidente e do Relator caberão embargos de declaração, no caso de obscuridade, omissão, contradição ou erro material, a serem opostos por escrito no prazo de 5 (cinco) dias, contado da intimação do interessado.

§ 1º Verificando o Relator que os embargos de declaração possuem potenciais efeitos infringentes, deferirá o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação do eventual embargado.

§ 2º O recurso interno e os embargos de declaração serão apresentados em mesa para deliberação do Plenário, na primeira sessão subsequente.

Seção VII Das Resoluções do CSMPF

Art. 67. Qualquer Conselheiro poderá apresentar anteprojeto de Resolução, escrito e de forma articulada.

Parágrafo único. Será admitida a apresentação de anteprojeto por membros do MPF, desde que subscrito por cinco por cento dos integrantes da carreira.

Art. 68. Autuado na Classe “Projeto de Resolução”, o procedimento será distribuído a um Relator, devendo ser remetida cópia aos Conselheiros.

§ 1º Recebido os autos, o Relator divulgará o projeto a todos os membros, concedendo prazo de 15 dias para emendas.

§ 2º As propostas de emendas devem ser apresentadas por escrito e com justificativas sucintas.

Art. 69. Findo o prazo, o Relator consolidará o Projeto de Resolução e emitirá voto podendo, para tanto, incluir emendas de sua iniciativa ou optar pela apresentação de substitutivo.

Parágrafo único. Cópia integral dos autos, em meio digital, deverá ser distribuída aos demais Conselheiros, antes da inclusão do feito na pauta de julgamento.

Art. 70. O Plenário votará em primeiro lugar a proposta do Relator, ressalvados os destaques dela requeridos e as emendas, que serão votados em separado.

Parágrafo único. A proposição considerar-se-á aprovada se obtiver o voto favorável da maioria absoluta do Plenário e será publicada no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal (DMPF-e).

CAPÍTULO V DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Art. 71. A proposta orçamentária do Ministério Público Federal, elaborada pelo Procurador-Geral da República, será submetida à aprovação pelo Conselho Superior, na forma do artigo 49, inciso XVIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

§ 1º A discussão da proposta se dará em sessão que ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação ao termo final para seu envio.

§ 2º O Relator poderá solicitar que o Secretário-Geral do Ministério Público Federal dirija-se ao Conselho Superior para demonstrar e explicitar a proposta orçamentária e o plano plurianual.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72. O Conselho poderá organizar súmula dos precedentes em matéria de sua competência, para utilização nos casos semelhantes.

Art. 73. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior.

Art. 74. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução CSMPF nº 131, de 7.8.2012.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 72/2014, nos termos acima delineados.”

Destaques apresentados em sessão:

Art. 3º:

§ 1º (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: O Vice-Presidente substituirá o Presidente em seus impedimentos.

Aprovada a proposta do Presidente: O Vice-Presidente substituirá o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância.

§ 2º (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho):

Proposta do Relator - Os impedimentos referidos no parágrafo anterior são aqueles previstos na legislação processual civil e penal, bem como os decorrentes da ausência ocasional do Presidente.

Aprovada, com supressão da parte final, a proposta do Conselheiro José Bonifácio Borges de Andrada: Os impedimentos referidos no parágrafo anterior são aqueles previstos na legislação processual civil e penal, bem como os decorrentes da ausência ocasional do Presidente.

§ 4º (destaque do Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia):

Proposta do Relator: A eleição para Vice-Presidência do CSMPF se dará logo após a posse dos Conselheiros eleitos.

Aprovadas as propostas do Presidente e da Conselheira Maria Caetana Cintra Santos: A eleição para a Vice-Presidência do CSMPF se dará na primeira sessão ordinária que se seguir à posse dos Conselheiros eleitos.

§ 6º (destaque da Conselheira Mônica Nicida Garcia):

Proposta do Relator: O mandato de Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal é de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Aprovada, por maioria, a proposta da Conselheira Maria Caetana Cintra Santos, vencido o Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia: O mandato de Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal é de um ano, permitida uma recondução.

§ 8º (destaque da Conselheira Mônica Nicida Garcia):

Proposta do Relator: Em caso de vacância do cargo de Vice-Presidente do CSMPF, completará o mandato o Subprocurador-Geral da República mais antigo entre os Conselheiros eleitos.

Aprovada a proposta da Conselheira Mônica Nicida Garcia: Vagando o cargo de Vice-Presidente, será convocada sessão extraordinária do Conselho Superior, no prazo máximo de 10 dias, nos termos do art. 55 da Lei Complementar n. 75/93, para promover a eleição do substituto que completará o mandato em curso.

Art. 4º, § 3º (destaque da Conselheira Mônica Nicida Garcia):

Proposta do Relator: O suplente, no período de substituição, receberá distribuição e ficará vinculado aos processos que lhe forem destinados, caso em que deverá apresentá-los para julgamento no prazo equivalente a duas sessões ordinárias do Conselho Superior.

Aprovadas as propostas das Conselheiras Mônica Nicida e Maria Caetana Cintra Santos: Nos afastamentos do Conselheiro titular por período superior a 30 dias, os processos a ele distribuídos poderão ser encaminhados ao seu suplente, acaso convocado, que os devolverá finda a substituição, a eles não se vinculando.

Art. 7º parágrafo único (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho):

Proposta do Relator: Não estando presente o Procurador-Geral da República, a presidência será exercida pelo Vice-Presidente do Conselho Superior.

Aprovada a proposta de supressão dos Conselheiros Mônica Nicida Garcia e José Bonifácio Borges de Andrada, por maioria. Vencidos os Conselheiros Mario Luiz Bonsaglia, Carlos Frederico Santos e Eitel Santiago de Brito Pereira.

Manteve-se apenas o caput: A presidência do Conselho Superior compete ao Procurador-Geral da República.

Art. 9º, inciso V (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho):

Proposta do Relator: conceder, ad referendum do Conselho, medidas liminares ou cautelares em caso de relevância dos fundamentos jurídicos e quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;

Aprovada a proposta do Presidente: opinar, ad referendum do Colegiado, sobre afastamento temporário de membro do Ministério Público Federal, na forma do art. 57, XII da Lei Complementar n. 75/93.

Parágrafo único (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: As medidas liminares ou cautelares concedidas nos termos do inciso V deverão ser apresentadas ao colegiado na Sessão subsequente, quando terão preferência.

Aprovada a proposta do Presidente, para suprimir o parágrafo: supressão no texto definitivo

Art. 10, I (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: I - participar das sessões plenárias, reuniões e comissões;

Aprovada e mantida a proposta do Relator

Art. 11 (destaque do Conselheiro José Bonifácio Borges de Andrada):

Proposta do Relator: A secretaria executiva do Conselho Superior terá como Secretário Executivo bacharel em Direito do quadro de servidores do Ministério Público Federal, indicado pelo Presidente do Conselho Superior.

Aprovada a proposta do Conselheiro José Bonifácio Borges de Andrada: A Secretaria Executiva do Conselho Superior terá como Secretário Executivo bacharel em Direito do quadro de servidores do Ministério Público Federal ou membro do Ministério Público Federal, indicado pelo Presidente do Conselho Superior. (Foi renumerado como artigo 12 no texto definitivo)

Art. 12, inciso I (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: Art. 12 Compete ao Secretário Executivo do Conselho Superior:

I - elaborar e fazer publicar a pauta da sessão, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, exceto nos casos de sessão extraordinária em que não for possível a observância desse prazo;

Aprovada proposta do Conselheiro Carlos Frederico: I - elaborar e fazer publicar a pauta da sessão, com os processos indicados pelos Relatores, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, exceto nos casos de sessão extraordinária em que não for possível a observância desse prazo; (Foi renumerado como artigo 13, I, no texto definitivo)

Art. 12, inciso VII (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: VII - Promover a juntada de documentos aos autos e fazê-los conclusos em 24 horas.

Aprovada a proposta do Conselheiro Carlos Frederico Santos de se retirar o prazo de 24 horas: promover a juntada de documentos aos autos e fazê-los prontamente conclusos ao Relator (renumerado como artigo 13, VII, no texto definitivo)

Art. 13 (destaque do Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros):

Proposta do Relator: A movimentação dos autos e a tramitação de petições serão efetuadas por meio do Sistema Único de Informações do Ministério Público Federal.

Aprovado com alterações propostas pelo Presidente: A movimentação dos autos, a tramitação de petições e de documentos serão efetuadas no sistema eletrônico do Ministério Público Federal (renumerado como artigo 14 no texto definitivo)

Parágrafo único. Documentos encaminhados por fac-símile ou por meio eletrônico, se não movimentados pelo Sistema Único, deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidos.

Aprovada a proposta do Presidente de supressão deste parágrafo único.

Art. 14, § 1º (destaque das Conselheiras Mônica Nicida Garcia e Maria Caetana Cintra Santos):

Proposta do Relator: §1º A distribuição eletrônica será feita imediatamente, ao longo do dia, tão logo a petição seja protocolada, e encaminhada ao Relator no prazo máximo de 24 horas.

Aprovadas as propostas da Conselheira Maria Caetana Cintra Santos e do Presidente: §1º A distribuição eletrônica será feita imediatamente, ao longo do expediente, tão logo a petição seja protocolada, e encaminhada prontamente ao Relator. (renumerado como artigo 15, § 1º, no texto definitivo)

Art. 14, § 4º (destaque dos Conselheiros Carlos Frederico Santos e Mônica Nicida Garcia)

Proposta do Relator: § 4º O Conselheiro que, afastado por motivo de férias ou licença-prêmio, exercer a faculdade prevista no artigo 11, parágrafo único, desta Resolução, receberá distribuição.

Aprovado com a correção feita pelo Conselheiro Carlos Frederico Santos: § 4º O Conselheiro que, afastado por motivo de férias ou licença-prêmio, exercer a faculdade prevista no artigo 10, parágrafo único, desta Resolução, receberá distribuição. (renumerado como artigo 15, § 4º, no texto definitivo)

Art. 15, caput (destaque do Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros):

Proposta do Relator: O Conselho Superior instalará os seus trabalhos estando presente a maioria absoluta de seus membros e, salvo nos casos previstos no parágrafo único do artigo 5º deste Regimento Interno, deliberará por maioria simples de votos, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente.

Aprovada proposta de complementação da Conselheira Mônica Nicida Garcia:

O Conselho Superior instalará os seus trabalhos estando presente a maioria absoluta de seus membros e, salvo nos casos previstos no parágrafo único do artigo 5º deste Regimento Interno, deliberará por maioria simples de votos, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente, exceto em matéria de sanções, em que prevalecerá a solução mais favorável ao acusado. (renumerado como artigo 16, no texto definitivo)

Art. 17, Inciso V (destaque do Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros):

Proposta do Relator: apreciação das matérias na seguinte ordem: as liminares concedidas monocraticamente, os pedidos de vista, os procedimentos disciplinares e de remoção por interesse público, e quanto aos demais será observada a antiguidade de inclusão

Aprovada proposta do Presidente: apreciação das matérias na seguinte ordem: os procedimentos disciplinares, os pedidos de vista e de remoção por interesse público, e quanto aos demais será observada a antiguidade de inclusão. (renumerado como artigo 18, V, no texto definitivo)

Art. 19, caput § 1º (destaque dos Conselheiros Carlos Frederico Santos e Mônica Nicida Garcia) e § 2º (Conselheira Mônica Nicida Garcia):

Proposta do Relator: Os processos que não tenham sido julgados permanecerão em pauta, observada a ordem de inclusão.

§ 1º Os processos serão inseridos automaticamente em pauta.

§ 2º Em qualquer caso, terão preferência obrigatória para julgamento os feitos disciplinares.

Aprovada a proposta de supressão dos parágrafos 1º e 2º, do Presidente e do Conselheiro Carlos Frederico Santos. O § 3º foi realocado para o artigo 18, no texto definitivo. Os processos que não tenham sido julgados permanecerão em pauta, observada a ordem de inclusão. (Renumerado como artigo 20, no texto definitivo).

Art. 23 (destaque dos Conselheiros Carlos Frederico Santos e Mônica Nicida Garcia):

Proposta do Relator: Art. 23. O Conselho Superior deliberará por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, obedecido o seguinte:

I - Os feitos deliberados eletronicamente serão levados às sessões presenciais para proclamação do resultado;

II - As discussões e votações eletrônicas somente terão validade, quando manifestadas em programa específico, desenvolvido e disponibilizado pelo Ministério Público Federal;

III - Poderão ser incluídas, no ambiente eletrônico, as minutas das atas anteriores para aprovação;

IV - O feito será incluído no ambiente eletrônico por iniciativa do Relator, o qual deverá apresentar seu voto para que se iniciem as discussões;

V - Nos processos disciplinares, o Relator poderá apresentar apenas o relatório do voto, vedadas a discussão e a votação;

VI - O fórum eletrônico de discussões será suspenso 2 (dois) dias úteis antes da sessão presencial, sem prejuízo do Conselheiro poder visualizar as manifestações virtuais realizadas;

VII - Os feitos nos quais todos os conselheiros já tenham oferecido voto terão preferência de julgamento na sessão presencial;

VIII - Os procedimentos nos quais haja indicação para decisão unânime serão julgados em bloco, sendo facultado, no entanto, aos Conselheiros solicitarem sejam destacados alguns deles;

IX - Os pedidos de vista formulados no ambiente eletrônico deverão ser confirmados nas sessões presenciais;

X - O suplente poderá participar das votações eletrônicas, na forma regimental;

XI - Aplicam-se ao ambiente eletrônico as normas relacionadas a suspeição e impedimento;

XII - O Corregedor-Geral do MPF poderá participar das discussões no ambiente eletrônico, na forma do artigo 65, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

XIII - Deverão estar presentes, no ambiente eletrônico, todas as informações relacionadas ao feito em julgamento, bem como sua reprodução integral em formato digital.

Aprovada a supressão do artigo, conforme proposta da Conselheira Mônica Nicida Garcia.

Art. 34, caput (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: O Conselho Superior terá o prazo de duas sessões para decidir, fundamentadamente, sobre a exoneração ou o vitaliciamento do membro em estágio probatório.

Aprovada proposta da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho: O Conselho Superior decidirá fundamentadamente sobre a exoneração ou o vitaliciamento do membro em estágio probatório.

Art. 35 (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: Cabe, a qualquer tempo, durante o estágio probatório, a instauração de inquérito disciplinar, pelo Corregedor-Geral, ou de procedimento de exoneração, neste último caso nas hipóteses em que os fatos indiquem o não cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo art. 4º, da Resolução CSMPF nº 5, de 1993.

Aprovada a proposta da Conselheira Mônica Nicida Garcia de se manter a redação elaborada pela comissão: A qualquer momento durante o estágio probatório, configurada hipótese de infração disciplinar, será instaurado o procedimento disciplinar pertinente, sem prejuízo da instauração, pelo Corregedor-Geral, quando for o caso, de procedimento de exoneração.

Art. 36 (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: Se o Corregedor-Geral concluir pelo vitaliciamento poderá converter o procedimento de exoneração em inquérito administrativo e formular a súmula de acusação, que conterà a exposição do fato imputado, com todas as suas circunstâncias e a capitulação legal da infração.

Aprovada a proposta da Conselheira Mônica Nicida Garcia de se manter a redação elaborada pela comissão: Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento de exoneração, as disposições contidas no artigo 252 e seguintes, da Lei Complementar nº 75, de 1993.

Art. 37, caput (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho):

Proposta do Relator: O inquérito administrativo, de caráter sigiloso, será instaurado pelo Corregedor-Geral, mediante portaria, em que designará comissão de três membros para realizá-lo, sempre que tomar conhecimento de infração disciplinar, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 75, de 1993, e na Resolução CSMPF nº 100, de 2009, no que couber.

Aprovada a alteração sugerida pela Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho: O inquérito administrativo, de caráter sigiloso, será instaurado pelo Corregedor-Geral, mediante portaria, que designará comissão de três membros para realizá-lo, sempre que tomar conhecimento de infração disciplinar, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 75, de 1993, e em resoluções específicas do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Art. 41, caput, § 2º (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos) e § 4º (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho)

Proposta do Relator: A comissão encaminhará o inquérito ao Conselho Superior, acompanhado de seu parecer conclusivo, pelo arquivamento ou pela instauração de processo administrativo. (cópia do artigo 251, caput, da LC 75/93).

§ 2º O inquérito administrativo disciplinar será distribuído a Relator que, após elaborar o seu voto, fará distribuir cópia aos demais Conselheiros, no prazo mínimo de cinco dias anterior ao julgamento pelo Conselho Superior.

§ 4º Na sessão de julgamento pelo Colegiado, será facultada a sustentação oral, pelo Corregedor-Geral e pelo indiciado, no prazo de quinze minutos cada.

Aprovadas as alterações sugeridas pelo Corregedor: A comissão encaminhará o inquérito, por meio da Corregedoria-Geral, ao Conselho Superior, acompanhado de seu parecer conclusivo, pelo arquivamento ou pela instauração de processo administrativo.

§ 2º – suprimido - Aprovada a supressão conforme proposta da Conselheira Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

Aprovada a complementação sugerida pela Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho:

§4º Na sessão de julgamento pelo Colegiado, será facultada a sustentação oral, pelo Corregedor-Geral e pelo indiciado, pessoalmente ou por meio de defensor, no prazo de quinze minutos cada. (renumerado como §3º no texto definitivo)

Art. 42 (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho):

Proposta do Relator: O processo administrativo, instaurado por decisão do Conselho Superior, será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 75, de 1993, e na Resolução CSMPF nº 100, de 2009, no que couber.

Aprovada a alteração sugerida pela Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho: O processo administrativo, instaurado por decisão do Conselho Superior, será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 75, de 1993, e em resoluções específicas do Conselho Superior, no que couber.

Art. 44, caput (destaque da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho), § 2º (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: A citação será pessoal, com entrega de cópia da portaria, do relatório final do inquérito e da súmula da acusação, cientificado o acusado do dia, da hora e do local do interrogatório.

§ 2º O acusado, por si ou através de defensor que nomear, poderá oferecer defesa prévia, no prazo de quinze dias, contado do interrogatório, assegurando-se-lhe vista dos autos no local em que funcione a comissão.

Aprovada a complementação sugerida pela Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho: A citação será pessoal, com entrega de cópia da portaria do inquérito, do relatório final do inquérito, da súmula da acusação e da decisão de instauração do processo administrativo, cientificado o acusado do dia, da hora e do local do interrogatório.

§ 2º O acusado, por si ou através de defensor que nomear, poderá oferecer defesa prévia, no prazo de quinze dias, contado do interrogatório, sendo-lhe assegurado o acesso a cópia integral dos autos.

Art. 49, parágrafo único (destaque da Conselheira Mônica Nicida Garcia):

Proposta do Relator: Para a apreciação, pelo Conselho Superior, do relatório final da comissão do processo administrativo disciplinar, não poderá ser Relator o Conselheiro que tiver sido Relator da proposta de instauração do processo administrativo, devendo o novo Relator produzir relatório e o encaminhar aos demais Conselheiros, no prazo mínimo de cinco dias anterior ao julgamento pelo Conselho Superior. (cópia do artigo 259 da LC 75/93)

Aprovada a alteração sugerida pela Conselheira Mônica Nicida Garcia: Não poderá participar da deliberação do Conselho Superior quem haja oficiado na sindicância, ou integrado as comissões do inquérito ou do processo administrativo.

Art. 54, caput, inciso I e V (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator:

A remoção por interesse público, prevista no artigo 93, VIII, combinado com o artigo 129, § 4º, ambos da Constituição, será decidida pelo voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, assegurada ampla defesa e com observância do seguinte procedimento:

I - A instauração do procedimento decorrerá de representação do Presidente do Conselho Superior ou do Corregedor-Geral, ou por deliberação do colegiado após provocação de qualquer de seus membros titulares;

II - Em qualquer caso, deverá ser indicado o fato ensejador da proposta de remoção;

III - Distribuído o feito ao Relator, será concedido prazo de 10 (dez) dias para manifestação do interessado.

IV - Colhida a prova que se faça necessária, bem como apreciadas ou decididas as diligências e provas indicadas pelo Relator ou requeridas pelo interessado ou pelo membro do Conselho Superior que propôs a instauração, será intimado o interessado para alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias;

V - Vencido o prazo para alegações finais, o Relator lançará relatório conclusivo e encaminhará os autos para inclusão na pauta da primeira sessão subsequente;

VI - O julgamento observará as disposições contidas no artigo 59 e seguintes deste Regimento

Aprovada proposta da Conselheira Mônica Nicida Garcia:

A remoção de ofício, por iniciativa do Procurador-Geral, ocorrerá somente por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.

I - Distribuído o feito ao Relator, será concedido prazo de 10 (dez) dias para manifestação do interessado.

II - Colhida a prova que se faça necessária, bem como apreciadas ou decididas as diligências e provas indicadas pelo Relator ou requeridas pelo interessado ou pelo membro do Conselho Superior que propôs a instauração, será intimado o interessado para alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias;

III - Vencido o prazo para alegações finais, o Relator lançará relatório conclusivo e encaminhará os autos para inclusão na pauta da primeira sessão subsequente;

IV - O julgamento observará as disposições contidas no artigo 61 e seguintes deste Regimento.

(renumerado como art. 56 no texto definitivo)

Art. 61. (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: A qualquer momento da sessão, os Conselheiros podem pedir a palavra pela ordem, podendo o Presidente concedê-la desde logo.

Aprovada complementação sugerida pelos Conselheiro Carlos Frederico Santos, Mônica Nicida Garcia e Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira: A qualquer momento da sessão, os Conselheiros podem pedir a palavra pela ordem, podendo o Presidente concedê-la desde logo, sem prejuízo dos apartes que poderão ser concedidos por aquele que estiver com a palavra. (renumerado como Art. 63 no texto definitivo)

Art. 63 e §2º (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: É facultado a qualquer Conselheiro pedir vista dos autos, ficando o julgamento adiado para a sessão seguinte:

§ 1º Havendo fatos novos, relevantes ao caso, os autos retornarão ao Relator para complementação de diligências ou reabertura da instrução, se for o caso.

§ 2º Havendo pedido de vista dos autos, o Conselheiro que o formular deverá apresentar o processo até a segunda sessão subsequente, para prosseguimento do julgamento, desde que presente o Relator.

§ 3º O pedido de vista impedirá o prosseguimento do julgamento, podendo, entretanto, qualquer Conselheiro, que se declarar habilitado, antecipar seu voto.

Aprovada a alteração proposta pelo Conselheiro Carlos Frederico Santos: É facultado a qualquer Conselheiro pedir vista dos autos, ficando o julgamento adiado para a sessão ordinária subsequente.

§ 1º Havendo fatos novos, relevantes ao caso, os autos retornarão ao Relator para complementação de diligências ou reabertura da instrução, se for o caso.

§ 2º O pedido de vista impedirá o prosseguimento do julgamento, podendo, entretanto, qualquer Conselheiro, que se declarar habilitado, antecipar seu voto.

(Renumerado como art. 65 no texto definitivo)

Art. 66, § 2º (destaque do Conselheiro Carlos Frederico Santos):

Proposta do Relator: § 2º O recurso interno e os embargos de declaração serão apresentados em mesa para deliberação do Plenário, na primeira sessão subsequente.

Aprovadas as complementações sugeridas pelas Conselheiras Maria Caetana Cintra Santos e Mônica Nicida Garcia: O recurso interno e os embargos de declaração serão apresentados em mesa para deliberação do Plenário, sempre que possível, na primeira sessão ordinária subsequente.

(Renumerado como art. 68, §2º, no texto definitivo)

Art. 67, parágrafo único (destaque do Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros):

Proposta do Relator: Será admitida a apresentação de anteprojeto por membros do MPF, desde que subscrito por cinco por cento dos integrantes da carreira.

Aprovada proposta do Conselheiro José Bonifácio Borges de Andrada: Será admitida a apresentação de anteprojeto por membros do MPF, desde que subscrito por, no mínimo, dez por cento dos integrantes da carreira. (renumerado como artigo 69, § único, no texto definitivo)

Art. 71 (destaque dos Conselheiros Mario Luiz Bonsaglia e Carlos Frederico Santos)

Proposta do Relator: § 1º A discussão da proposta se dará em sessão que ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação ao termo final para seu envio.

§2º O Relator poderá solicitar que o Secretário-Geral do Ministério Público Federal dirija-se ao Conselho Superior para demonstrar e explicitar a proposta orçamentária e o plano plurianual.

Duprat de Britto Pereira: Aprovadas as alterações propostas pelos Conselheiros Carlos Frederico Santos, Ela Wiecko Volkmer de Castilho e Deborah Macedo

§ 1º O Procurador-Geral encaminhará a proposta orçamentária aos Conselheiros com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da sessão de apreciação.

§ 2º A discussão da proposta se dará em sessão que ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação ao termo final para seu envio.

§ 3º O Relator poderá solicitar esclarecimentos técnicos à Secretaria de Planos e Orçamento para a elaboração de seu voto.

§ 4º O Secretário-Geral do Ministério Público Federal participará da sessão para prestar esclarecimentos sobre a proposta orçamentária e o plano plurianual.

(renumerado como art. 73 no texto definitivo)

Art. 11 - Os Conselheiros poderão solicitar à Administração as informações que forem relevantes para o desempenho de seu mandato, que as fornecerá em prazo razoável. (Proposta aprovada do Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia)

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 7, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Define a composição do Grupo de Trabalho Gestão Territorial e Autossustentabilidade

O COORDENADOR DA 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições, para a defesa dos direitos constitucionais, decorrentes do art. 11 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º- Designar para compor o Grupo de Trabalho Gestão Territorial e Autossustentabilidade, os seguintes procuradores:

Dr. Alexandre Ismail Miguel - PR (PRM - Ji-Paraná/RO)
Dr. Carlos Humberto Prola Júnior PR (PRM- Chapecó/SC)
Dr. Daniel Azevedo Lôbo - PR (PR-RO)
Dr. Daniel Luis Dalberto - PR (PRM- Caçador/SC)
Dr. Joel Bogo - PR (PRM- Guajará-Mirim/RO)
Dr. Malê de Aragão Frazão – PR (PRM- SINOP/MT)
Dr. Paulo Henrique Camargos Trazzi PR (PRM- Linhares/ES)
Dr. Ricardo Galha Massia - PR (PRM- Passo Fundo/RS)
Dr. Ricardo Pael Ardenghi- PR (PR-MT)
Corpo Técnico
Raissa Martins Pinheiro (Técnico Administrativo)
Josi Caixeta Calazans (Técnico Administrativo)
Publique-se.

LUCIANO MARIZ MAIA
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

PORTARIA Nº 8, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Define a composição do Grupo de Trabalho Jaraguá

O COORDENADOR DA 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições, para a defesa dos direitos constitucionais, decorrentes do art. 11 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º- Declarar que, a partir desta data, o Grupo de Trabalho Jaraguá terá a seguinte composição:

Dr. João Akira Omoto PRR (PRR3)
Drª. Maria Luiza Grabner PRR (PRR3)
Dr. Matheus Baraldi Magnani - PR (PR.SP)
Dr. Rogério de Paiva Navarro SPGR (PGR) - Coordenador
Drª. Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein - PR (PR.SP)
Corpo Técnico
Raissa Martins Pinheiro (Técnico Administrativo)
Josi Caixeta Calazans (Técnico Administrativo)
Publique-se.

LUCIANO MARIZ MAIA
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

ATA DA 116ª SESSÃO - NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Aos 12 de setembro de 2017, às 14:00 hs, o Colegiado do NAOP reuniu-se na sala 136, 13º andar, do prédio da PRR/3ª Região, estando presentes os Procuradores Regionais da República e Membros Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva, Dr. Elton Venturi, Dra. Samantha Chantal Dobrowski, Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa, Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dr. Sérgio Monteiro Medeiros. Foi deliberado o seguinte:

TÓPICO 1 – Foram JULGADOS 52 (cinquenta e dois) procedimentos extrajudiciais, sendo 03 (três) declínios de atribuição e 49 (quarenta e nove) promoções de arquivamento, conforme ementas a seguir transcritas:

MEMBROS:

DR. PAULO THADEU GOMES DA SILVA

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO:

DECISÃO Nº 4.883/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.025.000023/2016-78

Requerente: Sigiloso

Procurador da República: Dr. Guilherme Rocha Göpfert – PRM/S. J. da Boa Vista

Relator: Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva

TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPAL. POSSÍVEL IRREGULARIDADE. COBRANÇA DE VALOR MENSAL PARA CUSTEIO PARCIAL DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE EMPREGO DE VERBAS FEDERAIS. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O DECLÍNIO.

Participaram do julgamento Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva (Relator), Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dra. Samantha Chantal

Dobrowolski.

PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO:

DECISÃO Nº 4.848/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.002.000205/2016-15

Representantes: Denis Henrique Garcia Soares e Rosa Maria da Conceição

Representada: União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo - UNIESP / Faculdade Cidade Luz - FACILUZ

Procuradora da República: Dra. Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva – PR/SP

Relator: Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva

EDUCAÇÃO. EVENTUAL FRAUDE NO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES. UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIESP / FACULDADE CIDADE LUZ - FACILUZ. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR FRAUDE. BIS IN IDEM. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva (relator), Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dra. Shamantha Chantal

Dobrowolski.

DECISÃO Nº 4.862/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.001.000978/2016-01

Representante: Kleber Marcel Uemura

Procurador da República: Dr. Rafael Siqueira de Pretto

Relator: Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva

EDUCAÇÃO. INQUÉRITO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA) EM 2015 E FALTA DE PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO EM 2016. RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL PARA A REALIZAÇÃO ANUAL DO ENCCEJA A PARTIR DE 2017. ACATADA A RECOMENDAÇÃO. DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva (Relator), Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dra. Samantha Chantal

Dobrowolski.

DECISÃO Nº 4.873/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO SIGILOSO

Referência: Inquérito Civil Pública nº 1.34.001.001146/2015-13

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva (Relator), Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dra. Samantha Chantal

Dobrowolski.

DECISÃO Nº 4.914/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório n.º 1.34.007.000043/2017-48

Requerente: Fabiana Dal Evedove da Silva

Requerido: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Procurador da República: Dr. Jefferson Aparecido Dias – PRM/Marília

Relator: Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva

EDUCAÇÃO. FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES. QUESTÃO INDIVIDUAL. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva (relator), Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dra. Shamantha Chantal

Dobrowolski.

DECISÃO Nº 4.923/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: NF – 1.34.001.005713/2017-72

Requerente: Taciana Maciel e outros

Requerido: Sistema Brasileiro de Televisão – SBT

Procuradora da República: Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos – PR/SP

Relator: Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva

CIDADANIA. RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. POSSÍVEL ASSÉDIO SOFRIDO POR APRESENTADORA ADOLESCENTE EM PROGRAMA EXIBIDO PELO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO - SBT. FATO ISOLADO, NÃO ATRELADO À TEMÁTICA DA PROGRAMAÇÃO. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva (relator), Dra. Marcela Moraes Peixoto e Dra. Samantha Chantal

Dobrowolski.

DR. ELTON VENTURI

PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO:

DECISÃO nº 4.842/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.21.000.001511/2011-24

Requerente: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande/SP

Procurador da República: Dr. Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves

Relator: Dr. Elton Venturi

INQUÉRITO CIVIL. EDUCAÇÃO. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. IRREGULARIDADES. FATOS TAMBÉM ANALISADOS EM PROCEDIMENTO DIVERSO, ESGOTANDO O OBJETO DO APURATÓRIO. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes Gomes da Silva.

DECISÃO nº 4.858/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.21.000.000727/2014-15

Requerente: Procuradoria da República de Campo Grande

Requerido: Instituições de Ensino Superior

Procurador da República: Dr. Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves

Relator: Dr. Elton Venturi

INQUÉRITO CIVIL. EDUCAÇÃO. ADEQUADA IMPLEMENTAÇÃO DE BRIGADAS PROFISSIONAIS E BRIGADAS DE INCÊNDIO PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SITUADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO EMERGENCIAL DOS USUÁRIOS. PROCESSOS DE SEGURANÇA APROVADOS NOS ÚLTIMOS ANOS COM RELAÇÃO À MAIORIA DAS INSTITUIÇÕES. INSTAURAÇÃO DE NOVO ICP PARA APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES REMANESCENTES APONTADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes Gomes da Silva.

DECISÃO nº 4.866/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.009.000208/2017-61

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Empresa de Transportes Andorinha S/A e Viação Motta LTDA

Procurador da República: Dr. Luís Roberto Gomes – PRM/Presidente Prudente

Relator: Dr. Elton Venturi

CIDADANIA. IDOSO. PASSE LIVRE. TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS. EMPRESAS DE ÔNIBUS QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE. SITUAÇÃO REGULAR. CUMPRIMENTO DA LEI. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes Gomes da Silva.

DECISÃO nº 4.886/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.002.000080/2017-04

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Empresas Reunidas Paulista de Transporte Ltda

Procurador da República: Dr. Paulo de Tarso Astolph

Relator: Dr. Elton Venturi

CIDADANIA. IDOSO. PASSE LIVRE. TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS. EMPRESAS DE ÔNIBUS QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA. SITUAÇÃO REGULAR. CUMPRIMENTO DA LEI. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes Gomes da Silva.

DECISÃO Nº 4.902/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO SIGILOSO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000711/2016-14

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva.

DECISÃO Nº 4.909/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: IC nº 1.21.000.001519/2011-91

Requerente: Ernesto Antonio Figueiró Filho

Procurador da República: Dr. Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves – PRDC/MS

Relator: Dr. Elton Venturi

SAÚDE. SUS. FORNECIMENTO DE HEPARINA DE BAIXO TEOR MOLECULAR (ENOXAPARINA SÓDICA) ÀS GESTANTES DE ALTO RISCO. QUESTÃO SUB JUDICE. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva.

DECISÃO Nº 4.926/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.21.000.000176/2016-41

Requerente: Procuradoria da República de Dourados

Requerido: Município de Dourados/MS

Procurador da República: Dr. Manoel de Souza Mendes Junior

Relator: Dr. Elton Venturi

INQUÉRITO CIVIL. SAÚDE. NOTÍCIA DE RENÚNCIA À GESTÃO PLENA DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO MUNICÍPIO DE DOURADOS/SP. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA SUPORTE DOS GASTOS COM SAÚDE. MODIFICAÇÃO SUPERVENIENTE DO GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE, O QUAL DEMONSTRARA A INTENÇÃO DE SE OBTER NOVOS APORTES FINANCEIROS PARA SUPERAR OS ATUAIS DEFICITS ENTRE REPASSES E GASTOS, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA A RENÚNCIA ANTES ANUNCIADA. PERDA DE OBJETO DO APURATÓRIO. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi (relator), Dr. Sérgio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva.

DECISÃO Nº 4.936/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.035.000011/2017-13

Requerente: Everton Leal Francisco

Requerida: Claretiano – Centro Universitário

Procurador da República: Dr. Gabriel da Rocha – PRM/Barretos

Relator: Dr. Elton Venturi

EDUCAÇÃO. ENSINO SUPERIOR. PROGRESSÃO ESCOLAR. IMPOSSIBILIDADE DE REMATRÍCULA COM REAPROVEITAMENTO DE ESTUDOS AOS ALUNOS COM DISCIPLINAS EM REGIME DE DEPENDÊNCIA. REGRA PREVISTA EM RESOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE. AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA ASSEGURADA ÀS UNIVERSIDADES. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Elton Venturi, Dr. Sergio Monteiro Medeiros e Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva.

DRA. SAMANTHA CHANTAL DOBROWOLSKI:

PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO:

DECISÃO Nº 4.867/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.010.000342/2017-23

Interessados: Jorge Luiz de Paula Junior e Ministério da Saúde

Procurador da República: André Menezes – PRM/Ribeirão Preto

Relatora: Dra. Samantha Chantal Dobrowolski

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. SAÚDE. ATRASO NA ENTREGA DO MEDICAMENTO SOLIRIS. AUMENTO NO NUMERO DE DEMANDAS JUDICIAIS. REGULARIZAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (relatora), Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa e Dr.

Elton Venturi.

DECISÃO Nº 4.870/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

RETIRADO DE PAUTA POR INDICAÇÃO DA RELATORA

DECISÃO Nº 4.877/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.001.006886/2014-65

Representante: Dra. Lisiane Braecher

Requerido: Ministério da Saúde

Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Procurador da República: Dr. Kleber Marcel Uemura – PRM/São Paulo

Relator: Dra. Samatha Chantal Dobrowolski

INQUÉRITO CIVIL. SAÚDE. AUSÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PROTOCOLO CLÍNICO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA TRATAMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA DE HUNTINGTON E PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DOS MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS. NÃO SE VISLUMBRA PREJUÍZO. ADEQUAÇÃO DO MODELO DE POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS NO SUS, CONSIDERANDO A PORTARIA GM/MS Nº 199/2014. ESTADO DE SÃO PAULO É REFERÊNCIA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS RARAS. NÃO HÁ UM CONSENSO DA COMUNIDADE MÉDICA INTERNACIONAL ACERCA DE UM POSSÍVEL PROTOCOLO CLÍNICO PARA O TRATAMENTO SINTOMÁTICO DA DOENÇA DE HUNTINGTON. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DA OBRIGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA ELABORAR PROTOCOLOS CLÍNICOS E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS PARA TODAS AS DOENÇAS CONHECIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR A ELABORAÇÃO DOS PROTOCOLOS CLÍNICOS E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS, SUBSTITUINDO-SE À FUNÇÃO DO ADMINISTRADOR. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (relatora), Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa e Dr.

Elton Venturi.

DECISÃO Nº 4.884/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.030.000055/2017-85

Representante: Renato Rodrigues da Rocha

Representados: Fundo de Financiamento Estudantil - FIES

Ministério da Educação - MEC

Universidade Brasil

Procurador da República: Dr. José Rubens Plates – PRM Jales/SP

Relatora: Dra. Samantha Chantal Dobrowolski

EDUCAÇÃO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA. FALTA DE LIBERAÇÃO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES. IRREGULARIDADES SANADAS. ARQUIVAMENTO. PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (relatora), Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa e Dr.

Elton Venturi.

DECISÃO Nº 4.885/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.033.000070/2017-01

Representante: Beatriz Carolina Andrade Loredó

Representada: Secretaria Municipal de Saúde de Caraguatatuba/SP

Procuradora da República: Dra. Walquiria Imamura Picoli – PRM/Caraguatatuba

Relatora: Dra. Samatha Chantal Dobrowolski

SAÚDE. DIABETES MELLITUS – TIPO 1. DIFICULDADES PARA OBTER A CONTINUIDADE DO TRATAMENTO MÉDICO, APÓS O DIAGNÓSTICO DA DOENÇA. PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE BOMBA DE INSULINA. A SECRETARIA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA NÃO ADOTOU PROVIDÊNCIAS. QUESTÃO INDIVIDUAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. NÃO ESGOTAMENTO DO OBJETO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES PARA SE CONFIRMAR TRATAR-SE DE FALHA PONTUAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE E A EFETIVA AUSÊNCIA DE RISCO SISTÊMICO. PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, NÃO FOI HOMOLOGADA A PROMOÇÃO, CONVERTIDO O FEITO EM DILIGENCIA COM BAIXA À ORIGEM.

Participaram do julgamento a Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (relatora), Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa e Dr. Elton Venturi.

DECISÃO Nº 4.900/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO
Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.004634/2017-44
Representante: Daniel Pereira da Silva
Representado: Agência da Previdência Social de Taboão da Serra
Relatora: Dra. Samantha Chantal Dobrowolski

PREVIDÊNCIA SOCIAL. SUPOSTO ATENDIMENTO INADEQUADO PRESTADO PELO INSS NO QUE DIZ RESPEITO A ORIENTAR E INFORMAR O REPRESENTANTE SOBRE O PROCEDIMENTO NECESSÁRIO PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. ESCLARECIMENTOS SUFICIENTES PRESTADOS PELO INSS. O REPRESENTANTE SE ENCONTRA EM PERÍODO DE GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA. POSSIBILIDADE OU IMPOSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE DEVE SER AVERIGUADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DO AUXÍLIO-DOENÇA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (relatora), Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa e Dr. Elton Venturi.

DECISÃO Nº 4.938/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO
Referência: Notícia de Fato nº 1.34.012.000022/2017-53
Representante: Juarez Lopes dos Santos
Representado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relatora: Dra. Samantha Chantal Dobrowolski

PREVIDÊNCIA SOCIAL. SUPOSTA IRREGULARIDADE NO SITE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, NO QUE TANGE AO ACESSO DOS EXTRATOS DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO. ESCLARECIMENTOS SUFICIENTES PRESTADOS PELO INSS. IRREGULARIDADE SOLUCIONADA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (relatora), Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa e Dr. Elton Venturi.

DRA. PAULA BAJER FERNANDES MARTINS DA COSTA:
DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO:

DECISÃO Nº 4.921/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO
Referência: PP 1.34.001.004731/2017-37

Procuradora da República: Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos – PR/SP
Relatora: Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Notícia de maus tratos em instituição para idosos. Declínio de atribuições para o Ministério Público do Estado de São Paulo. Voto pela homologação de declínio.

POR UNANIMIDADE, foi homologado o declínio.

Participaram do julgamento Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa (relatora), Dr. Elton Venturi e Dr. Sérgio Monteiro Medeiros.

PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO:
DECISÃO Nº 4.835/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO
Referência: IC nº 1.21.001.000200/2014-81

Procurador da República: Dr. Marino Lucianelli Neto – PRM/Dourados
Relatora: Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Universidade Federal da Grande Dourados/MS. Programa de Bolsas de Iniciação Científica. Descumprimento de regras do programa. Notícia de irregularidades na utilização de verbas públicas federais. Execução regular. Arquivamento. Voto pelo não conhecimento. Remessa do procedimento à PFDC, para encaminhamento à 1ª CCR.

POR UNANIMIDADE, NÃO FOI CONHECIDO O ARQUIVAMENTO, DETERMINANDO-SE A REMESSA DO PROCEDIMENTO À PFDC, PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.

Participaram do julgamento a Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa (relatora), Dr. Elton Venturi e Dr. Sérgio Monteiro Medeiros.

DECISÃO Nº 4.865/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO
Referência: IC 1.21.001.000230/2013-14

Procurador da República: Dr. Luiz Eduardo de Souza Smaniotta – PRM – Dourados/MS
Relatora: Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Instalação de Telecentro Comunitário. Município de Novo Horizonte do Sul/MS. Irregularidades sanadas. Voto pela homologação arquivamento.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO

Participaram do julgamento Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa (relatora), Dr. Elton Venturi e Dr. Sérgio Monteiro Medeiros.

DECISÃO Nº 4.878/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: IC 1.34.043.000198/2016-67

Procuradora da República: Dra. Melina Tostes Haber – PRM/Osasco

Relatora: Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Saúde. Hospital Regional de Cotia. Notícias de violência obstétrica. Recomendação expedida pelo Ministério Público Federal.

Arquivamento. Voto pelo prosseguimento.

POR UNANIMIDADE, FOI DETERMINADO PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO.

Participaram do julgamento Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa (relatora), Dr. Elton Venturi e Dr. Sérgio Monteiro

Medeiros.

DECISÃO Nº 4.915/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: PP 1.34.010.000371/2017-95

Procuradora da República: Dra. Daniela Gozzo de Oliveira – PRM/Ribeirão Preto

Relatora: Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Saúde. Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto/SP. Realização de procedimento médico no período pós-operatório de catarata.

Arquivamento. Voto pela homologação.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO

Participaram do julgamento Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa (relatora), Dr. Elton Venturi e Dr. Sérgio Monteiro

Medeiros.

DRA. MARCELA MORAES PEIXOTO:

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO:

DECISÃO Nº 4.911/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório 1.34.007.000404/2016-75

Representante: Angélica de Fátima Soares

Representado: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte de São Paulo - ARTESP

Procurador da República: Dr. Jefferson Aparecido Dias - PRM/Marília

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL. GRATUIDADE NAS PASSAGENS. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PELA CONVERSÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

POR UNANIMIDADE, O ARQUIVAMENTO FOI CONVERTIDO EM DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer

Fernandes Martins

PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO:

DECISÃO Nº 4.788/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Administrativo nº 1.34.008.000294/2014-70

Ofício Circular nº 37/2013/PFDC/MPF

Procurador da República: Dr. Leandro Zedes Lares Fernandes/PRM de Sorocaba

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. ART. 36, § 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO DO SUS. MUNICÍPIOS COMPREENDIDOS PELA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE PIRACICABA. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer

Fernandes Martins

DECISÃO nº 4.791/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.003.000473/2010-23

Representante: Erival Souza da Silva

Representado: Secretaria Municipal de Saúde de Bauru e Secretaria Estadual de Saúde.

Procurador da República: Dr. Fabrício Carrer/PRM de Bauru

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. MUNICÍPIO DE BAURU. FILA DE ESPERA PARA CONSULTAS, EXAMES E TRATAMENTOS MÉDICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. MATÉRIA TRATADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer

Fernandes Martins

DECISÃO Nº 4.808/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.001.003121/2016-35

Representante: Leila Cristina dos Santos

Representado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – Campus São Roque

Procurador da República: Dr. Thiago Lacerda Nobre -PRM Osasco

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

CONCURSO PÚBLICO. OMISSÃO EM NOMEAR CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. QUESTÃO SOLUCIONADA. EXAURIMENTO DO OBJETO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer

Fernandes Martins

DECISÃO nº 4.812/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

- Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000182/2017-35
Representante: Procuradoria do Trabalho no município de Osasco
Representado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA/SP
Procurador da República: Dr. Thiago Lacerda Nobre – PRM Osasco
Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto
INQUÉRITO CIVIL. ACESSIBILIDADE. DUPLICIDADE DE PROCEDIMENTOS. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.
POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.
Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer
Fernandes Martins da Costa.
- DECISÃO nº 4.822/2017/NAOP/PFDC/PRR3*REGIÃO
Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.007.000128/2017-26
Interessado: Fabiana Belmiro Rodrigues de Oliveira
Procurador da República: Dr. Jefferson Aparecido Dias – PRM/Marília
Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. SAÚDE. MEDICAMENTO. ENOXAPARINA SÓDICA 40MG. RECOMENDAÇÃO DO
CONITEC PELA NÃO INCORPORAÇÃO DO FÁRMACO AO SUS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.
POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.
Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer
Fernandes Martins da Costa.
- DECISÃO Nº 4.826/2017/NAOP/PFDC/PRR3*REGIÃO
Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.001800/2017-51
Representantes: Isabel Cristina Geraldo da Silva e outros
Representada: Rede Globo de Televisão
Procuradora da República: Dra. Lisiane Braecher - PR/SP
Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. EMISSORA DE TELEVISÃO. IMAGENS IMPRÓPRIAS (SEXO EXPLÍCITO E
CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS). Programa big Brother Brasil. LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA. VOTO PELA
HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.
Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer
Fernandes Martins da Costa.
- DECISÃO nº 4.837/2017/NAOP/PFDC/PRR3*REGIÃO
Referência: Inquérito Civil nº 1.34.003.000258/2016-18
Representante: Roque José Ferreira - Vereador do Município de Bauru
Representado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Procurador da República: Fabrício Carrer – PRM/Bauru
Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto
INQUÉRITO CIVIL. DENIT. BAURU. ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA. PÁTIO DE TRIAGEM DA FEPASA.
INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO NAOP/PFDC/PRR3*R. VOTO PELO NÃO
CONHECIMENTO DO DECLÍNIO E REMESSA DOS AUTOS À PFDC, COM POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.
POR UNANIMIDADE, não foi conhecido o arquivamento, com a determinação de remessa dos autos à pfdc, para posterior
encaminhamento à 1ª ccr.
Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer
Fernandes Martins da Costa.
- DECISÃO Nº 4.839/2017/NAOP/PFDC/PRR3*REGIÃO
Referência: Inquérito Civil nº 1.34.024.000084/2016-45
Interessado: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC
Representado: Município de Taguaí
Procurador da República: Dr. Antonio Marcos Martins Manvailier – PRM/Ourinhos
Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto
INQUÉRITO CIVIL. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. MUNICÍPIO DE TAGUAÍ. PUBLICAÇÃO DA LISTA DE
BENEFICIÁRIOS. ATENDIMENTO. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.
POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.
Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer
Fernandes Martins da Costa.
- DECISÃO Nº 4.845/2017/NAOP/PFDC/PRR3*REGIÃO
Referência: Inquérito Civil nº 1.34.010.001093/2013-60
Ofício Circular nº 37/2013/PFDC/MPF
Procurador da República: Dr. André Menezes/PRM de Ribeirão Preto
Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto
INQUÉRITO CIVIL. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. ART. 36, § 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012.
PRESTAÇÃO DE CONTAS. MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/SP. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA
HOMOLOGAÇÃO.
POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.
Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer
Fernandes Martins da Costa.
- DECISÃO Nº 4.863/2017/NAOP/PFDC/PRR3*REGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.004393/2016-52

Representante: Maria Angélica da Silva

Representado: Caixa Econômica Federal - CEF

Procurador da República: Dr. Thiago Lacerda Nobre -PRM/Osasco

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E IMPLANTE COCLEAR. CEF. REVISTA PESSOAL COM DETECTOR DE METAIS PORTÁTIL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES QUANTO À PREJUDICIALIDADE AO IMPLANTE E DA DIVULGAÇÃO DA NORMA PROCEDIMENTAL DA CEF. NECESSIDADE PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, NÃO FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DECISÃO Nº 4.864/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.012.000304/2007-89

Interessado: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Procurador da República: Dr. Yuri Corrêa da Luz - PRM/Registro

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO. MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA ÁREA DE ATRIBUIÇÃO DA PRM DE REGISTRO. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE ACOMPANHAMENTO AUTÔNOMOS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DECISÃO Nº 4.871/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório 1.17.000.000197/2017-81

Representante: Prefeitura Municipal de Vitória

Procurador da República: Dra. Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva – PR/SP

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO - FAMOSP. LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS. ATOS AUTORIZATIVOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO NAOP/PFDC/PRR3ªR. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO ARQUIVAMENTO E REMESSA DOS AUTOS À PFDC, PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.

POR UNANIMIDADE, NÃO FOI CONHECIDO O ARQUIVAMENTO, DETERMINANDO-SE A REMESSA DOS AUTOS À PFDC, PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DECISÃO nº 4.880/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Notícia de Fato 1.21.005.000122/2017-27

Interessado: Reginaldo Inojosa da Silva Filho

Procuradora da República: Dr. Luiz Paulo Paciornik Schulman – PRM/Ponta Porã

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

NOTÍCIA DE FATO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL – CAMPUS DE PONTA PORÃ. ARBITRARIEDADES ADMINISTRATIVAS SUPOSTAMENTE PRATICADAS PELO REITOR DA UNIVERSIDADE CONTRA MEMBRO DO CORPO DISCENTE. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. RECURSO DA PARTE. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO NAOP/PFDC/PRR3ªR. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO ARQUIVAMENTO E REMESSA DOS AUTOS À PFDC, COM POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.

POR UNANIMIDADE, NÃO FOI CONHECIDO O ARQUIVAMENTO, DETERMINANDO-SE A REMESSA DOS AUTOS À PFDC, PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DECISÃO Nº 4.882/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.033.000062/2017-57

Representante: José dos Reis Gonçalves

Representado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procuradora da República: Dra. Maria Rezende Capucci – PRM/Caraguatatuba

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

NOTÍCIA DE FATO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. INSS. DEMORA NA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO. REGULARIZAÇÃO SUPERVENIENTE. OBJETIVO ALCANÇADO. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

VOTO nº 4.925/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil 1.21.001.000209/2013-19

Representante: Deputado Federal Geraldo Resende Pereira

Procurador da República: Dr. Luiz Eduardo de Souza Smaniotto - PRM/Dourados

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

INQUÉRITO CIVIL. UFGD. EBSERH. CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA. FISCALIZAÇÃO DA CONDUTA NO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO NAOP/PFDC/PRR3ªR. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO ARQUIVAMENTO E REMESSA DOS AUTOS À PFDC, COM POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR. POR UNANIMIDADE, NÃO FOI CONHECIDO O ARQUIVAMENTO, DETERMINANDO-SE A REMESSA DOS AUTOS À PFDC, PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À 1ª CCR.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DECISÃO nº 4.927/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil Público nº 1.21.001.000114/2016-30

Representante: Esther Faria da Silva

Representado: Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Dourados - HU-UFGD

Procurador da República: Dr. Luiz Eduardo de Souza Smaniotto – PRM/DOURADOS

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

INQUÉRITO CIVIL. HU-UFGD. AUSÊNCIA DO MEDICAMENTO GLICINA. COMPRA EMERGENCIAL REALIZADA. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA REGULARIZAÇÃO DOS ESTOQUES. PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

POR UNANIMIDADE, NÃO FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (Relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DECISÃO Nº 4.934/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.001.002840/2015-58

Procurador da República: Dra. Lisiane Braecher – PR/SP

Relatora: Dra. Marcela Moraes Peixoto

INQUÉRITO CIVIL. DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA. CONEXÃO COM O INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.001.007738/2016-20. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento a Dra. Marcela Moraes Peixoto (relatora), Dra. Samantha Chantal Dobrowolski e Dra. Paula Bajer Fernandes Martins da Costa.

DR. SÉRGIO MONTEIRO MEDEIROS

PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO:

DECISÃO Nº 4.841/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: NF nº 1.34.001.005015/2017-77

Apensado: PP nº 1.15.000.002130/2017-55

Procuradora da República: Dra. Lisiane Cristina Braecher - PR/SP

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

NOTÍCIA DE FATO. RACIONAMENTO DE TESTES DE CARGA VIRAL DO HIV. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SEM PREJUÍZO AOS USUÁRIOS. INDEFERIMENTO DA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. RECURSO DA PARTE INTERESSADA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE A EFETIVA DISTRIBUIÇÃO DOS TESTES DE CARGA VIRAL HIV AOS LABORATÓRIOS. VOTO PELA CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA COM BAIXA À ORIGEM.

POR UNANIMIDADE, DELIBEROU-SE CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, MEDIANTE BAIXA À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.868/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.030.000065/2017-11

Representante: Maria Neide Massini Muniz

Representado: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Jales

Procurador da República: Dr. Carlos Alberto dos Rios Junior – PRM/Jales

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

SAÚDE MENTAL. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. RECUSA DE ATENDIMENTO PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DE JALES. NÃO CONSTATAÇÃO. PACIENTE QUE, NAQUELE MOMENTO, NÃO PREENCHIA OS REQUISITOS PARA ACOLHIMENTO PELO CAPS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.872/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.001452/2017-11

Representante: José Raimundo de Souza

Representado: Instituto Federal de São Paulo - IFSP

Procuradora da República: Dra. Priscila Costa Schreiner Röder – PR/SP

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONCURSO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE PROFESSORES. COTAS A AFRODESCENDENTES. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DA LEI 12.990/2014. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO TOCANTE À ATUAÇÃO DO IFSP. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

Decisão nº 4.881/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: NF nº 1.21.005.000128/2017-02

Requerente: Késia Caroline Ramires Neves

Procurador da República: Dr. Luiz Paulo Paciornik Schulman – PRM/Ponta Porã

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

NOTÍCIA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS POR SERVIDORES DA UFMS. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. INDEFERIMENTO DA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO COM FUNDAMENTO NO ART. 5º-A DA RESOLUÇÃO CSMPPF Nº 87/2010. RECURSO DA PARTE INTERESSADA. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. RESSALVADA SUA POSIÇÃO PESSOAL, O RELATOR ACOMPANHA A MAIORIA PELA CONCLUSÃO. AFASTADA A ATRIBUIÇÃO DO NAOP/3ª REGIÃO, VOTO PELO RECEBIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO COMO DECLÍNIO À COLENDIA 1ª CCR DO MPF.

À UNANIMIDADE, FOI RECEBIDO E HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO COMO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO À COLENDIA 1ª CCR.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.912/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.001834/2017-45

Representante: Ministério Público Federal

Representado: Prefeitura Municipal de Juitituba

Procurador da República: Dr. Kleber Marcel Uemura – PR em São Paulo

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. INVESTIGAÇÃO SOBRE APLICAÇÃO DE IRREGULARIDADES APONTADAS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. IRREGULARIDADES SANADAS. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO. POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.913/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil Público nº 1.34.001.008023/2016-94

Procuradora da República: Dra. Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva – PR/SP

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. EDUCAÇÃO. DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS A EX-ALUNA DA UNISANT'ANNA. FALHAS NA BASE TÉCNICA DO SISTEC. EXAURIMENTO DO OBJETO EM RELAÇÃO À REPRESENTANTE E JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO NO TOCANTE AOS DEMAIS ALUNOS QUE APRESENTAM O MESMO PROBLEMA. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.917/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003441/2017-76

Requerente: Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Itapevi

Procurador da República: Dr. Thiago Lacerda Nobre – PRM em Osasco/MS

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

EDUCAÇÃO. DEMORA NA ENTREGA DE DIPLOMA E DIVERGÊNCIAS CONSTANTES NO HISTÓRICO ESCOLAR. RETORNO À ORIGEM PARA APURAÇÃO DOS FATOS. VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO. POR UNANIMIDADE, NÃO FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.920/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Procedimento Preparatório nº 1.16.000.004056/2016-93

Requerente: Bergman da Silva Santos

Requerido: Luiz Carlos Felix da Silva

Procuradora da República: Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos – PR/SP

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. ARQUIVAMENTO. REPRESENTAÇÃO PARA APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO LOAS. CASO JÁ DECIDIDO JUDICIALMENTE. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes Peixoto.

DECISÃO Nº 4.941/2017/NAOP/PFDC/PRR3ªREGIÃO

Referência: Inquérito Civil nº 1.34.001.000150/2016-45

Representante: Sylvania Cardoso de Almeida

Representado: UNISANTANA

Procurador da República: Dr. Rafael Siqueira de Preto – PR/SP

Relator: Dr. Sérgio Monteiro Medeiros

EDUCAÇÃO. PRONATEC. CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM. NOTÍCIA DE DESCUMPRIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO QUANTO AO ESTÁGIO PROFISSIONAL OBRIGATÓRIO. NÃO CONSTAÇÃO. ARQUIVAMENTO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

POR UNANIMIDADE, FOI HOMOLOGADO O ARQUIVAMENTO.

Participaram do julgamento o Dr. Sérgio Monteiro Medeiros (relator), Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva e Dra. Marcela Moraes

Peixoto.

Nada mais tendo sido deliberado, eu, Andrea Gabriela Albuquerque D'Auria, assessora, com o auxílio do secretário Alucídio Rodrigues Teixeira, lavrei a presente ata, _____ e _____.

Presentes na 116ª Sessão do NAOP3R de 12/09/2017:

DR. PAULO THADEU GOMES DA SILVA

DR. ELTON VENTURI

DRA. SAMANTHA CHANTAL DOBROWOLSKI

DRA. PAULA BAJER FERNANDES MARTINS DA COSTA

DRA. MARCELA MORAES PEIXOTO

DR. SÉRGIO MONTEIRO MEDEIROS

INSTRUÇÃO Nº 2, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, em especial, com fundamento no artigo 127, caput, da Constituição Federal; no artigo 77, in fine, da Lei Complementar nº 75/93; bem como à luz do artigo 24, VIII c/c artigo 27, §3º, ambos do Código Eleitoral;

RESOLVE:

Em complemento à Instrução PRE-SP nº 01, de 07 de agosto de 2017, expedir a seguinte INSTRUÇÃO, voltada à orientação dos Promotores Eleitorais, resguardada, em qualquer hipótese, a independência funcional, a respeito das doações acima do limite legal efetuadas nas eleições de 2016.

Acesso ao SisConta Eleitoral

O acesso aos Relatórios de Conhecimento (RCONs) gerados para cada doação irregular deve ser realizado pela ferramenta SisConta Eleitoral disponível no link: <https://siscontaeleitoral.mpf.mp.br/eleitoral2016/php/index.php>.

Após acessar a página na web, basta inserir o e-mail institucional. Caso seja o primeiro acesso ou tenha esquecido a senha, o usuário deve clicar no "aqui", logo abaixo dos dizeres "esqueceu sua senha ou quer definir uma nova?". Uma nova senha será enviada por e-mail.

Pesquisa dos RCONs

Nos municípios que possuem apenas uma zona eleitoral, o Promotor (a) pode realizar a pesquisa dos RCONs pelo número da zona eleitoral, veja-se:

Doação Irregular > Relatório de conhecimento > Unidade da Federação > Zona.

Já nos municípios em que há mais de uma zona eleitoral a consulta dos RCONs deverá ser feita por bairros, ou seja, adotando-se o seguinte caminho:

Doação Irregular > Relatório de conhecimento > Unidade da Federação > Cidade > Bairros.

O Promotor (a) deverá selecionar todos os bairros referentes a zona eleitoral de sua atuação, conforme a planilha anexa. Ressalta-se que, neste caso, o campo "zona" deve ser ignorado.

Os bairros que não constam no sistema é porque não possuem ocorrência relativa às doações irregulares.

Arquivamento dos RCONs

Para fins de arquivamento dos RCONs, a PRE entende suficiente o preenchimento da providência adotada na ferramenta SisConta Eleitoral, na aba específica "Controle e Avaliação do RCON" do SisConta Eleitoral, sem a necessidade de impressão de cada relatório, ficando a critério de cada Promotor Eleitoral o procedimento a ser adotado.

Atenção: A referida aba - Controle e Avaliação do RCON - ainda não está disponível no sistema e segundo o Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (GENAFE) a previsão de funcionamento é até o final do mês de outubro de 2017.

Caso o (a) Promotor (a) Eleitoral opte pela impressão dos RCONs, é possível a reunião de todos os expedientes semelhantes para arquivamento em bloco em uma única Notícia de Fato. Nessa hipótese, o arquivamento deve ser submetido a esta PRE para homologação, nos termos da Portaria PGR-MPF nº 692/2016, podendo ser encaminhado de forma eletrônica (pre-contato@mpf.mp.br) ou física (Av. Brigadeiro Luís Antônio nº 2.020, 4º andar, Bela Vista – São Paulo, CEP 01318-002).

Vale lembrar que a instauração de Notícia de Fato ou Procedimento Preparatório Eleitoral é facultativa, exercida nos limites da independência funcional, não sendo condição para o ajuizamento de eventual representação por doação acima do limite legal.

Independentemente da forma adotada pelo Promotor (a) para arquivamento dos RCONs, deve ser inserido no SisConta Eleitoral, no campo "Controle e Avaliação do RCON", a providência adotada (arquivamento ou representação), com o número da NF ou PPE instaurado e/ou da representação proposta, conforme o caso.

Sugestão relevante

É entendimento desta PRE a dispensa da representação quanto a doação acima do limite legal quando a extrapolação for de pequena monta, ou seja, que não ultrapassar 1 mil Ufirs.

Publique-se no DMPF-e.

Divulgue-se, por meio eletrônico, aos Excelentíssimos Promotores Eleitorais do Estado de São Paulo, Procurador-Geral Eleitoral, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo e sua Assessoria Eleitoral.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES

Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 51, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, na forma dos artigos 78 e 79 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e da Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 001/2011;

CONSIDERANDO a indicação do Procurador-Geral de Justiça, por meio da Portaria POR-PGJ Nº 1.748/2017, de 18 de setembro de 2017;

RESOLVE:

I - Dispensar a Bela. Maria Aparecida Barreto da Silva, da designação para oficiar perante a Justiça Eleitoral, atribuída por meio da Portaria PRE-PE nº 34/2016, de 21/07/16.

II - Designar a Promotora de Justiça, abaixo relacionada, para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, a partir de 02 de outubro de 2017 até 30 de setembro de 2019, conforme abaixo:

COMARCA	ZONA ELEITORAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Paulista	146ª	Regina Coeli Lucena Herbaud	02/10/2017 a 30/09/2019

III - Determinar que a Promotora de Justiça ora indicada comunique o início do exercício na respectiva Zona Eleitoral, apresentando relatório de produtividade da função eleitoral à Procuradoria Regional Eleitoral, conforme PORTARIA PRE/PE Nº 04/2016;

IV - Advertir que, conforme a referida PORTARIA PRE/PE Nº 04/2016, o envio do relatório é obrigatório e será, nos anos não eleitorais, trimestral, até o quinto dia útil dos meses de abril, julho, outubro e janeiro do ano seguinte. Em ano eleitoral, o envio será semestral, até o quinto dia dos meses de julho e janeiro do ano seguinte. Não serão aceitos relatórios de produtividade enviados por e-mail ou pelos Correios. O relatório deve ser enviado por meio da Área Restrita da PRE/PE (www2.prepe.mpf.mp.br/menu/relatorio-de-productividade), onde disponibilizamos legislação, jurisprudência, modelos de peças, artigos, comunicações, ofícios, etc;

V - Advertir que o promotor que deixar de exercer a função eleitoral deverá repassar todas as informações necessárias ao preenchimento do referido relatório ao promotor que assumir as funções na Zona Eleitoral;

VI - Advertir que, em decorrência da PORTARIA PGR Nº 692/2016, que institui e regulamenta, no âmbito do Ministério Público Eleitoral, o Procedimento Preparatório Eleitoral – PPE, o Promotor de Justiça deverá, ao instaurar Procedimento Preparatório Eleitoral, proceder à comunicação do órgão revisional (PRE/PE) por meio eletrônico (prepe-eleitoral@mpf.mp.br), e, na mesma oportunidade, solicitar a publicação da portaria de instauração. Conforme determina a PORTARIA PGR Nº 692/2016, as promoções de arquivamento dos Procedimentos Preparatórios Eleitorais deverão ser enviadas à PRE/PE, com os autos respectivos, para fins de análise e, sendo o caso, homologação;

VII - Determinar que os novos promotores designados solicitem o cadastro para acesso à Área Restrita (www2.prepe.mpf.mp.br/menu2/registro). Os promotores que já possuem cadastro na referida Área Restrita da PRE/PE ficam dispensados de fazer nova solicitação, devendo apenas, caso necessário, atualizar seus dados;

VIII - Advertir, finalmente, que ocorrendo desistência, promoção ou impedimento de ordem legal, a substituição obedecerá, rigorosamente, às regras contidas na Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 01/2001 e Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 001/2011, salvo a impossibilidade de sua aplicação, quando será observado o disposto no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº 21/98, de 28 de dezembro de 1998.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTONIO CARLOS DE V. C. BARRETO CAMPELLO
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 52, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, na forma dos artigos 78 e 79 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e da Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 001/2011;

CONSIDERANDO a indicação do Procurador-Geral de Justiça, por meio da Portaria POR-PGJ Nº 1.749/2017, de 18 de setembro de 2017;

RESOLVE:

I - Designar a Promotora de Justiça para oficiar perante a Justiça Eleitoral, de primeira instância, conforme a seguir:

COMARCA	ZONA ELEITORAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Paulista	146ª	Mirela Maria Iglesias Luapman	18/09/2017 a 30/09/2017

II - Determinar que a Promotora de Justiça ora indicada comunique o início do exercício na respectiva Zona Eleitoral, apresentando relatório de produtividade da função eleitoral à Procuradoria Regional Eleitoral, conforme PORTARIA PRE/PE Nº 04/2016;

III - Advertir que, conforme a referida PORTARIA PRE/PE Nº 04/2016, o envio do relatório é obrigatório e será, nos anos não eleitorais, trimestral, até o quinto dia útil dos meses de abril, julho, outubro e janeiro do ano seguinte. Em ano eleitoral, o envio será semestral, até o quinto dia dos meses de julho e janeiro do ano seguinte. Não serão aceitos relatórios de produtividade enviados por e-mail ou pelos Correios. O relatório deve ser enviado por meio da Área Restrita da PRE/PE (www2.prepe.mpf.mp.br/menu/relatorio-de-productividade), onde disponibilizamos legislação, jurisprudência, modelos de peças, artigos, comunicações, ofícios, etc;

IV - Advertir que o promotor que deixar de exercer a função eleitoral deverá repassar todas as informações necessárias ao preenchimento do referido relatório ao promotor que assumir as funções na Zona Eleitoral;

V - Advertir que, em decorrência da PORTARIA PGR Nº 692/2016, que institui e regulamenta, no âmbito do Ministério Público Eleitoral, o Procedimento Preparatório Eleitoral – PPE, o Promotor de Justiça deverá, ao instaurar Procedimento Preparatório Eleitoral, proceder à

comunicação do órgão revisional (PRE/PE) por meio eletrônico (prepe-eleitoral@mpf.mp.br), e, na mesma oportunidade, solicitar a publicação da portaria de instauração. Conforme determina a PORTARIA PGR Nº 692/2016, as promoções de arquivamento dos Procedimentos Preparatórios Eleitorais deverão ser enviadas à PRE/PE, com os autos respectivos, para fins de análise e, sendo o caso, homologação;

VI - Determinar que os novos promotores designados solicitem o cadastro para acesso à Área Restrita (www2.prepe.mpf.mp.br/menu2/registro). Os promotores que já possuírem cadastro na referida Área Restrita da PRE/PE ficam dispensados de fazer nova solicitação, devendo apenas, caso necessário, atualizar seus dados;

VII - Advertir, finalmente, que ocorrendo desistência, promoção ou impedimento de ordem legal, a substituição obedecerá, rigorosamente, às regras contidas na Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 01/2001 e Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 001/2011, salvo a impossibilidade de sua aplicação, quando será observado o disposto no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº 21/98, de 28 de dezembro de 1998.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTONIO CARLOS DE V. C. BARRETO CAMPELLO
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

PORTARIA Nº 17, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Designa Promotor de Justiça para atuar interinamente perante a 3ª e 7ª Zonas Eleitorais.

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL em exercício, no uso de suas atribuições legais e, em especial, nos termos dos arts. 72, 77, in fine, e 79, parágrafo único, todos da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelo E. Conselho Nacional do Ministério Público por meio da Resolução CNMP n. 30/2008, de 19 de maio de 2008;

CONSIDERANDO a comunicação formulada pelo Exmo. Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre por meio do Ofício n. 853/2017/GAB-PGJ, de que os Promotores de Justiça que atuam perante a 3ª e 7ª Zonas Eleitorais não irão exercer suas atividades no período de 17 a 31 de setembro de 2017,

RESOLVE:

DESIGNAR o Promotor de Justiça Vanderlei Batista Cerqueira para officiar perante a 3ª e 7ª Zonas Eleitorais do Estado do Acre, no período de 17 a 31 de setembro de 2017, em substituição aos Promotores de Fernando Henrique Santos Terra e Juliana Barbosa Hoff.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência da presente Portaria ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça e ao Exmo. Sr. Presidente do E. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre.

Publique-se no DMPF-e e no D.J.E.

VITOR HUGO CALDEIRA TEODORO
Procurador Regional Eleitoral em exercício

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 46, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- considerando a incumbência prevista nos arts. 6º, VII, b, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;
- considerando que o objeto da presente investigação se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- considerando o disposto na Resolução CSMPF nº 87/2006;
- considerando os elementos constantes no expediente anexo;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto a apuração dos fatos veiculados na Notícia de Fato nº 1.11.000.001089/2017-49.

Autue-se a presente portaria, nos termos do art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, consignando-se os dados apresentados em seguida.

OBJETO: apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao Município de Maribondo nos exercícios de 2012 a 2014, apontadas no Relatório nº 39002, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

REPRESENTANTE: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

REPRESENTADOS: José Márcio Tenório de Melo e Antônio Ferreira de Barros.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCELO JATOBÁ LÔBO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 317, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Instaura Inquérito Civil para apurar irregularidades na proposta de reforma do setor elétrico brasileiro, a qual envolve a privatização da Eletrobrás. Ref.: Notícia de Fato nº 1.12.000.001236/2017-43

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da CF/88;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, “b”, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/83;

Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Coordenação e Revisão, tendo por objeto purar irregularidades na proposta de reforma do setor elétrico brasileiro, a qual envolve a privatização da Eletrobrás.

Após os registros de praxe, publique-se.

Por fim, cumpra-se o despacho inaugural desde procedimento.

Macapá, 19 de setembro de 2017.

RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES

Procurador da República

(Em exercício de substituição no 3º ofício)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 10, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório nº 1.14.000.000525/2017-51, que trata de supostas irregularidades na execução do Contrato nº 206/2012, firmado pelo Município de Mata de São João/BA e a Construtora Franco Araújo Ltda., no âmbito do Contrato de Repasse nº 352.768-10/2011;

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas acerca dos fatos narrados no presente expediente;

ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

“Apura possíveis irregularidades relacionadas à execução do Contrato nº 206/2012, celebrado entre Município de Mata de São João e a Construtora Franco Araújo Ltda., no âmbito do Contrato de Repasse nº 352.768-10-2011.”;

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 – CSMPPF, cópia da presente.

c) Cumpra-se o despacho anexo.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

Procurador da República

PORTARIA Nº 11, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório nº 1.14.000.000526/2017-03, que trata de supostas irregularidades na execução das Tomadas de Preço nº 01/2014 e nº 02/2014, realizadas pelo Município de Mata de São João/BA, que resultaram na contratação do Instituto de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Ambiental (IDETEC);

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas acerca dos fatos narrados no presente expediente;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea “b” e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

“Apura possíveis irregularidades relacionadas à execução dos contratos decorrentes das Tomadas de Preço nº 01/2014 e nº 02/2014, realizadas pelo Município de Mata de São João/BA, que resultaram na contratação do Instituto de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Ambiental (IDETEC).”;

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 – CSMPF, cópia da presente.

c) Reitere-se o ofício de fl. 34.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 12, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório nº 1.14.000.001740/2017-79, que trata de supostas irregularidades perpetradas por servidor do INSS em Salvador/BA;

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas acerca dos fatos narrados no presente expediente;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea “b” e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

“Apura supostas irregularidades perpetradas por servidor do INSS em Salvador/BA.”;

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 – CSMPF, cópia da presente.

c) Cumpra-se o despacho em anexo.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 16, DE 25 DE JULHO DE 2017

Instaura Inquérito Civil Público para apurar o encolhimento da unidade de pediatria do Hospital Professor Edgar Santos-HUPES, com o fechamento do pronto atendimento e de uma enfermaria de 26 leitos, bem como a não existência de uma unidade de terapia intensiva-UTI pediátrica.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º, incisos I, II “d”, V “a”, e 6º, inciso VII, “a” e “b” da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004, alterados pela Resolução CSMPF nº 106 de 06 de abril de 2010, e artigos 2º e 4º da Resolução do CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei nº 7.347/85 e os artigos 5º, III, “b” e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que cuida-se de procedimento preparatório instaurado com o fim de apurar o encolhimento da unidade de pediatria do Hospital Professor Edgar Santos – HUPES, com o fechamento do pronto atendimento e de uma enfermaria de 26 leitos, bem como a não existência de uma unidade de terapia intensiva.

CONSIDERANDO que instado a se manifestar, o Superintendente do Complexo HUPES-UFBA/EBSERH, em resposta (fls.38/39), encaminhada a esta procuradoria, informou que, no tocante ao Pronto Atendimento Pediátrico, ainda se encontra em processo a contratação da empresa de serviços técnicos que tem como finalidade a realização de inventário, elaboração de planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e composição de BDI;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar diligências no sentido de promover o aprofundamento das investigações;

RESOLVE:

Converter o procedimento preparatório nº 1.14.000.003265/2016-94 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando as seguintes providências:

1. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para conhecimento, com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação;

2. Altere-se o objeto presente na capa deste procedimento para a ementa contida no início desta Portaria;

3. Oficie-se ao Hospital Professor Edgar Santos – HUPES, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe acerca do andamento de processo licitatório para a contratação de empresa para conclusão da obra do pronto atendimento pediátrico, encaminhando a esta PRBA, a cópia do contrato eventualmente celebrado, bem assim: do inventário, de planilha orçamentária, do cronograma físico-financeiro e da composição de BDI, caso já tenham sido elaborados.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 18 DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Instaura Inquérito Civil Público para apurar o uso irregular do transporte escolar do Programa Caminho da Escola, bem como as más condições de conservação e superlotação dos veículos, no Município de Jaguaribe-BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º, incisos I, II “d”, V “a”, e 6º, inciso VII, “a” e “b” da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF n.º 87, de 14 de setembro de 2004, alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010, e artigos 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, “b” e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, nesta Procuradoria da República, o Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.001050/2017-10, em que se apura o uso irregular do transporte escolar no Programa Caminho da Escola, assim como más condições de conservação e superlotação dos veículos.

CONSIDERANDO que o Município em comento é beneficiário do PNATE;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público promover as medidas necessárias para que o Poder Público e as entidades que o integre, por meio dos serviços de relevância pública, respeite os direitos assegurados na Constituição Federal e nas normas infraconstitucionais, como o direito a educação e transporte;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar diligências no sentido de promover o aprofundamento das investigações;

RESOLVE:

Converter o procedimento preparatório n.º 1.14.000.001050/2017-10 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando as seguintes providências:

1. Comunique-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação;

2. Altere-se o objeto presente na capa deste procedimento para a ementa contida no início desta Portaria;

4. Oficie-se à Prefeitura de Jaguaribe-BA, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe se as irregularidades quanto ao uso indevido do transporte escolar e suas más condições de conservação já foram sanadas, caso positiva a resposta, encaminhe documentos que certifiquem a regularização do fornecimento de transporte escolar aos alunos desse Município.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício da titularidade do 14º Ofício - Tutela Coletiva – 14º OTC da Procuradoria da República no Estado da Bahia - PR/BA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, no art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, nos autos do Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.000410/2017-66, e

CONSIDERANDO as supostas deficiências na entrega de correspondências nas residências dos moradores do Loteamento Direito de Morar pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema financeiro nacional (art. 5º, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor, propor ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, além de promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à ordem econômica e financeira (art. 6º, VII, XIII e XIV, da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é legitimado para a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas (arts. 81 e 82 do Código de Defesa do Consumidor), resolve:

Converter o procedimento preparatório em inquérito civil visando à coleta regular e legal de elementos a respeito das supostas deficiências na entrega de correspondências nas residências dos moradores do Loteamento Direito de Morar pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei.

Encaminhe-se a presente portaria ao Núcleo Cível Extrajudicial - Nucive desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil.

Em cumprimento ao art. 4º, VI, da Resolução CNMP n.º 23/07, a Assessoria de Comunicação Social desta PR/BA deverá afixar cópia deste ato no local de costume, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Ademais, a assessoria deste 14º OTC deverá remeter cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPF n.º 87/06 e com o art. 7º da Resolução CNMP n.º 23/07.

Em seguida, oficie-se à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, requisitando que informe se já foram regularizados os endereçamentos nos objetos postais, em conformidade com a numeração dos imóveis, tendo em vista o término do prazo de 60 dias, estabelecido pela ECT.

Conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar n.º 75/93, o prazo para atendimento à requisição é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do expediente, ao qual deverão ser anexadas cópias desta portaria e do Ofício n.º 080/2017-GAB/DR/BA (fls. 20-21).

Após o cumprimento da diligência ou o decurso de 60 (sessenta) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMPF n.º 87/06, o Nucive deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PORTARIA Nº 21, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício da titularidade do 14º Ofício - Tutela Coletiva – 14º OTC da Procuradoria da República no Estado da Bahia - PR/BA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, no art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, nos autos do Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.002574/2016-47, e

CONSIDERANDO a notícia de que a Caixa Econômica Federal teria cobrado prêmios de seguro de cliente que não contratou esse serviço;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema financeiro nacional (art. 5º, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor, propor ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, além de promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à ordem econômica e financeira (art. 6º, VII, XIII e XIV, da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é legitimado para a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas (arts. 81 e 82 do Código de Defesa do Consumidor), resolve:

Converter o procedimento preparatório em inquérito civil visando à coleta regular e legal de elementos a respeito da notícia de que a Caixa Econômica Federal teria cobrado prêmios de seguro de cliente que, supostamente, não contratou esse serviço, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei.

Encaminhe-se a presente portaria ao Núcleo Cível Extrajudicial - Nucive desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil.

Em cumprimento ao art. 4º, VI, da Resolução CNMP n.º 23/07, a Assessoria de Comunicação Social desta PR/BA deverá afixar cópia deste ato no local de costume, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Ademais, a assessoria deste 14º OTC deverá remeter cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPF n.º 87/06 e com o art. 7º da Resolução CNMP n.º 23/07.

Em seguida, a Assessoria deste 14º Ofício deverá telefonar para a representante (fl. 3), questionando-lhe se o problema relatado já foi solucionado.

Após o cumprimento da diligência, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMPF n.º 87/06, o Nucive deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício da titularidade do 14º Ofício - Tutela Coletiva – 14º OTC da Procuradoria da República no Estado da Bahia - PR/BA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do

Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, no art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMFP, nos autos do Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.003390/2016-02, e

CONSIDERANDO a notícia de que a Universidade Federal da Bahia – UFBA, em seleções para vagas residuais, não admitiria revisão de correção, recursos e vistas das provas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição da República), resolve:

Converter o procedimento preparatório em inquérito civil visando à coleta regular e legal de elementos a respeito da notícia de que a Universidade Federal da Bahia – UFBA, em seleções para vagas residuais, não admitiria revisão de correção, recursos e vistas das provas, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei.

Encaminhe-se a presente portaria ao Núcleo Cível Extrajudicial - Nucive desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil.

Em cumprimento ao art. 4º, VI, da Resolução CNMP n.º 23/07, a Assessoria de Comunicação Social desta PR/BA deverá afixar cópia deste ato no local de costume, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Ademais, a assessoria deste 14º OTC deverá remeter cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMFP n.º 87/06 e com o art. 7º da Resolução CNMP n.º 23/07.

Em seguida, encaminhe-se a Recomendação n.º 02/2017, que segue em anexo, ao Reitor da UFBA.

Após o cumprimento da diligência ou o decurso de 60 (sessenta) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMFP n.º 87/06, o Nucive deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PORTARIA Nº 27, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório n. 1.14.001.000318/2016-13

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, bem como o art. 5º, III, “d” e 6º, XIV, “g”, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados no expediente em epígrafe;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, bem como art. 6º, VII, alínea “b” e art. 7º, inciso I, da LC 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL.

a) Registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: “Conselho Municipal de Acompanhamento, Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACs FUNDEB), em Canavieiras/BA, encaminha o Parecer nº 001/2016, correspondente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2014.”

TEMÁTICA: Repasse de Verbas Públicas

CÂMARA : 5ª Câmara - Combate à Corrupção

b) Cientifique-se a egrégia Câmara, com cópia da presente Portaria (via Sistema Único);

MARCELA REGIS FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 27, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício da titularidade do 14º Ofício - Tutela Coletiva – 14º OTC da Procuradoria da República no Estado da Bahia - PR/BA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, no art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMFP, nos autos do Procedimento Preparatório n.º 1.14.007.000866/2016-85, e

CONSIDERANDO o teor de representação relatando que o medicamento FLAVENOS (diosmina + flavonoides expressos em hesperidina), utilizado no tratamento de insuficiência venosa crônica, vasculopatias, capilaropatias e hiperpermeabilidade capilar, não foi incorporado à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição da República), resolve:

Converter o procedimento preparatório em inquérito civil visando à coleta regular e legal de elementos a respeito de representação relatando que o medicamento FLAVENOS (diosmina + flavonoides expressos em hesperidina), utilizado no tratamento de insuficiência venosa crônica, vasculopatias, capilaropatias e hiperpermeabilidade capilar, não foi incorporado à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, o que não permite o seu fornecimento à população através do Sistema Único de Saúde (SUS), para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei.

Encaminhe-se a presente portaria ao Núcleo Cível Extrajudicial - Nucive desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil.

Em cumprimento ao art. 4º, VI, da Resolução CNMP n.º 23/07, a Assessoria de Comunicação Social desta PR/BA deverá afixar cópia deste ato no local de costume, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Ademais, a assessoria deste 14º OTC deverá remeter cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPPF n.º 87/06 e com o art. 7º da Resolução CNMP n.º 23/07.

Em seguida, oficie-se à Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular, solicitando que informe se o que consta da Nota Técnica n.º 073/2017-DGITS/SCTIE/MS está cientificamente correto, especialmente quanto a afirmação de que "as evidências disponíveis não fornecem embasamento de forma conclusiva para o uso de diosmina associada com hesperidina para tratamento da doença venosa crônica". Ao expediente, deverão ser anexadas cópias desta portaria e da Nota Técnica n.º 073/2017-DGITS/SCTIE/MS (fl. 19-22, frente e verso).

Após o cumprimento da diligência ou o decurso de 60 (sessenta) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMPPF n.º 87/06, o Nucive deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PORTARIA Nº 28, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício da titularidade do 14º Ofício - Tutela Coletiva – 14º OTC da Procuradoria da República no Estado da Bahia - PR/BA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, no art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPPF, nos autos do Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.003209/2016-50, e

CONSIDERANDO a representação que trata da deficiência de profissionais na área de Terapia Ocupacional, em razão da carência na oferta de cursos de Graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições de Ensino Superior, em todo o país;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição da República), resolve:

Converter o procedimento preparatório em inquérito civil visando à coleta regular e legal de elementos a respeito da representação que trata da deficiência de profissionais na área de Terapia Ocupacional, em razão da carência na oferta de cursos de Graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições de Ensino Superior, em todo o país, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei.

Encaminhe-se a presente portaria ao Núcleo Cível Extrajudicial - Nucive desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil.

Em cumprimento ao art. 4º, VI, da Resolução CNMP n.º 23/07, a Assessoria de Comunicação Social desta PR/BA deverá afixar cópia deste ato no local de costume, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Ademais, a assessoria deste 14º OTC deverá remeter cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPPF n.º 87/06 e com o art. 7º da Resolução CNMP n.º 23/07.

Em seguida, junte-se aos autos o Ofício n.º 303/2017/CGLNES/GAB/SESU/SESU-MEC (PR-BA-00039066/2017), devendo a Assessoria deste 14º Ofício realizar contato telefônico com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES), para questionar acerca do atendimento ao ofício de fl. 43.

Após o cumprimento da diligência, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMPPF n.º 87/06, o Nucive deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.000066/2017-13

1. Trata-se de procedimento preparatório instaurado para apurar "a notícia de supostas irregularidades cometidas pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ao negar o afastamento da servidora do exercício de suas atividades, em razão de sérios problemas de saúde apresentados, conforme relatórios médicos anexados (fls. 3-4)".

2. Foi oficiada a UFBA, que, em resposta, apresentou extenso relatório sobre a situação (fls. 12-14).

3. Pelo que se constata da leitura do relatório encaminhado pela UFBA, a questão envolve direito estritamente individual, para o qual o MPF não tem legitimidade para propor ação civil pública.

4. Assim, conclui-se que não há fundamento para a propositura de ação civil pública, razão pela qual o Ministério Público Federal, por meio do procurador da República subscritor, promove o arquivamento do presente procedimento preparatório, com fulcro no artigo 9º, caput, da Lei n.º 7.347/85.

5. Encaminhe-se à representante, por ofício, cópia da presente promoção de arquivamento, em atenção ao art. 17, § 1º, da Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, informando-lhe que, até que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, poderão ser apresentadas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos para apreciação, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei n.º 7347/85.

Art. 17 - Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a adoção das medidas previstas no artigo 4º, I, III e IV, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou do procedimento administrativo, fazendo-o fundamentadamente.

§ 1º - Nos casos em que a abertura do inquérito civil se der por representação, em havendo promoção de arquivamento, o presidente do inquérito oficiará ao interessado, a fim de lhe dar conhecimento, cientificando-o, inclusive, da previsão inserta no § 3º, deste artigo.

(...)

§ 3º - Até que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento pela Câmara de Coordenação e Revisão ou pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, poderão as associações civis legitimadas ou quaisquer interessados apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntadas aos autos para apreciação, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei n.º 7347/85.

6. Se a representante não for localizada, proceda-se de acordo com o disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, afixando-se aviso neste órgão e lavrando-se o respectivo termo.

7. Finalmente, depois da comprovação da efetiva cientificação pessoal, remetam-se os autos à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para o necessário exame desta promoção, conforme o art. 62, IV, da Lei Complementar n.º 75/93.

8. De qualquer forma, deverá ser providenciada a publicação da presente promoção de arquivamento no portal do Ministério Público Federal, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMFP n.º 87/06.

9. Cumpra-se, dando-se baixa na distribuição.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA CEARÁ

PORTARIA Nº 125, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, e considerando:

- a) a incumbência prevista no art. 6º, "a", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;
- b) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- c) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os fatos narrados na Notícia de Fato anexa, autuada com o escopo de apurar possível oferta irregular de cursos de graduação pela Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED, no Município de Santa Quitéria;

RESOLVE:

Instaurar Inquérito Civil, a partir da NF Nº 1.15.003.000447/2017-27, com o objetivo de delimitar, em toda a sua extensão, os fatos narrados, determinando a adoção das seguintes providências:

1) autue-se a presente portaria e a Notícia de Fato que a acompanha como Inquérito Civil, mantendo-se a respectiva numeração, com distribuição a este 1º Ofício e área de atuação vinculada à 3ª CCR;

2) oficie-se à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – SERES/MEC, a fim de requisitar informações, acompanhadas de documentos, sobre a existência, ou não, de autorização e de reconhecimento dos cursos de graduação (Pedagogia, Administração, História, Contabilidade) oferecidos pela Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED em Santa Quitéria/CE;

3) oficie-se à Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED, para que demonstre a regularidade de sua atuação como instituição de ensino superior, bem como dos cursos que oferta, na cidade de Santa Quitéria/CE, através da apresentação de documentos aptos a tanto (p. ex. Cópia do ato autorizativo emanado do MEC ou do processo de credenciamento de instituição / autorização de curso ainda em tramitação);

4) oficie-se à Prefeitura de Santa Quitéria/CE para que esclareça a que título a FLATED utiliza-se da estrutura da Escola Quiteriense – Escola Municipal de Ensino Fundamental (bem público) para funcionar aos finais de semana;

5) comunique-se à 3ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 223, DE 24 DE JULHO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Preparatório (PP) nº 1.15.000.002138/2016-31, que trata do acompanhamento do projeto de instalação “off shore” de torres eólicas no litoral do Município de Caucaia (parque eólico composto por 48 torres de 6MW e 11 torres de 2MW), com a construção de 11 espigões de contra-partida para contenção permanente do avanço do mar;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Preparatório, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO que se faz imprescindível a continuidade das investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção para execução das medidas cabíveis;

DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

OSCAR COSTA FILHO
Procurador da República
PR/CE

PORTARIA Nº 236, DE 27 DE JULHO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Preparatório (PP) nº 1.15.000.000291/2017-12, que denuncia a negativa de fornecimento de medicamento com prescrição médica no posto de saúde Carlos Ribeiro, no Bairro Jacarecanga, no Estado do Ceará.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Preparatório, de acordo com as normas de regência, já expirou;

DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Oficie-se à Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza para reiterar a requisição de informações circunstanciadas acerca da representação em comento.

6. Após, voltem conclusos para deliberações.

OSCAR COSTA FILHO
Procurador da República
PR/CE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 297, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, em exercício, no Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 77 e no parágrafo único do art. 79 da LC 75/1993 e, ainda, de acordo com o disposto na Resolução CNMP nº 30/2008 (DJ 27/05/2008) e na Portaria PRE/ES nº 396/2015 (DJE 23/11/2015), atendendo à indicação feita pela Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça deste Estado por meio do ofício PGJ nº 2232/2017, RESOLVE:

DESIGNAR os Promotores de Justiça infrarrelacionados para o exercício da função eleitoral no período e localidade especificados abaixo:

Item	Zona	Município	Período	Promotor (a) de Justiça	Justificativa
1	39ª	Pinheiros	01/10/2017 a 30/09/2019	Pedro Rosário de Souza Título de Eleitor: 10865401430	Renovação de biênio
2	40ª	Venda Nova do Imigrante	16/09/2017 a 15/09/2019	Adriana Dias Paes Ristori Cotta Título de Eleitor: 88695070272	Renovação de biênio

Comunique-se ao Exmo. Sr. Presidente do TRE/ES e à Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça.

Publique-se a presente no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/ES e no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico.

FLÁVIO BHERING LEITE PRAÇA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 3, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM GOIÁS, no exercício das atribuições previstas no artigo 6º, VII, e 77, caput, da Lei Complementar 75/93 e no artigo 27, § 3º, do Código Eleitoral, e:

Considerando que a propaganda partidária gratuita, prevista no artigo 45 da Lei nº 9.096/95 é destinada: i) à difusão dos programas partidários; ii) à transmissão de mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido; iii) à divulgação da posição do partido em relação a temas político comunitários e; iv) à promoção e difusão da participação política feminina, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do tempo disponível (art. 10 da Lei 13.165/15);

Considerando que, a teor do que estabelece o art. 45, §1º, II, da Lei 9.096/1995, é vedado, na propaganda partidária – seja a realizada através de transmissão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, seja por meio de inserções, no intervalo da programação normal das emissoras –, a divulgação de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais;

Considerando que o mesmo art. 45, da Lei 9.096/95, prescreve, em seu § 2º, que o partido que contrariar as disposições acima poderá ser punido com a cassação da transmissão no semestre seguinte, quando a propaganda ocorrer em bloco, ou, quando se tratar de transmissão por inserções, com a cassação de tempo equivalente a 05 (cinco) vezes ao da inserção ilícita, punição que também ocorrerá no semestre seguinte;

Considerando que, nos termos do art. 2º, da Resolução TSE nº 20.034/97 (a qual traça as instruções para o acesso gratuito ao rádio e à televisão pelos partidos políticos) c/c arts. 45 e 46, da Lei 9.096/95, as emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a transmitir, em âmbito nacional e estadual, os programas partidários, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos de direção;

Considerando a necessidade de fiscalizar e atuar de forma a combater possíveis ilegalidades no pleito eleitoral que se avizinha, assegurando a idoneidade da propaganda partidária, bem como a igualdade de oportunidades entre os partidos e candidatos;

RESOLVE instaurar Procedimento Preparatório Eleitoral, nos termos do art. 2º, da PORTARIA 692/2016 do PGR e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, para apurar e acompanhar a regularidade na veiculação das propagandas partidárias no segundo semestre de 2017, determinando as seguintes diligências preliminares:

a) a expedição de ofício à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, comunicando a abertura do presente procedimento e solicitando o encaminhamento do plano de mídia dos partidos autorizados pelo TRE/GO para a realização da propaganda partidária no 2º semestre de 2017, acompanhado do respectivo cronograma;

b) Junte-se aos autos os Ofícios nº 262/2017 e 299/2017 – PRESID da AGEKOM referente às peças publicitárias veiculadas em julho e agosto de 2017.

c) seja expedido ofício à AGEKOM, requisitando-se o encaminhamento, até o dia 07 do mês subsequente, de cópia das gravações correspondentes às propagandas partidárias veiculadas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017, bem como os planos de mídia das respectivas peças publicitárias.

Autue-se. Publique-se. Cumpra-se.

ALEXANDRE MOREIRA TAVARES DOS SANTOS

Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos incisos II, III e V, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea “b”, do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos;

Considerando o teor da informação contida na Notícia de Fato nº 1.18.001.000485/2017-98, dando conta da situação de abandono da Casa JK, tombada ao patrimônio histórico de Anápolis e localizada em área da União cedida ao estado de Goiás;

DETERMINO:

- a) A instauração de Procedimento Preparatório, vinculado à 4ª CCR, tendo por objeto “Proteger e promover o imóvel da União denominado Casa JK, objeto de tombamento pelo município de Anápolis/GO.”
- b) Após os registros de praxe, publique-se cópia da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria, bem como no sistema Único.

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

PORTARIA Nº 172, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos incisos II, III e V, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea “b”, do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos;

Considerando a necessidade de verificar a situação em que se encontra o Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Carmo do Rio Verde, cuja supervisão e fiscalização também está a cargo do Ministério da Previdência Social;

DETERMINO:

a) Converta-se esta Notícia de Fato em Inquérito Civil, vinculado à 1ª CCR, com o seguinte objeto: “Apurar possíveis irregularidades na gestão do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Carmo do Rio Verde e a sua situação de certificação (CRP) junto ao Ministério da Previdência Social.”

b) Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª CCR, para os fins previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º, art. 5º, art. 6º e art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPF nº 87/2010.

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

EDITAL Nº 20, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Inquérito civil nº 1.18.000.001969/2017-64. AUDIÊNCIA PÚBLICA SEGURANÇA PÚBLICA E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS LISTA COMPLEMENTAR

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM GOIÁS, por intermédio do Procurador da República em exercício na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, torna pública a lista complementar das pessoas inscritas para assistir à audiência pública a se realizar no dia 21 de setembro de 2017, a partir das 9:00 horas, na sede da Procuradoria da República em Goiás.

1. Data, horário e local de realização

A audiência pública será realizada no dia 21 de setembro de 2017, com credenciamento dos expositores e ouvintes a partir das 8:00h e início do evento às 9:00h, no auditório da Procuradoria da República em Goiás, localizada na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 2, Park Lozandes, Goiânia/GO.

2. Inscritos para participar da audiência

	PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
1	CHRISTIANO AUGUSTO E. SOUZA	GRUPO DIREITA GOIÁS
2	BRENDA BACHHÄUBEL	GRUPO DIREITA GOIÁS
3	LUCAS LÍCIO REIS	GRUPO DIREITA GOIÁS
4	MARCOS DANIEL A. BEZE	GRUPO DIREITA GOIÁS
5	ANGELO RAIMUNDO DE SOUZA	GRUPO DIREITA GOIÁS
6	CÁSSIA FERREIRA	
7	FLANKLIN SILVA LÚCIO	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
8	LUÍS AURÉLIO M. DE OLIVEIRA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
9	DANIEL MARTINS MENDES	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
10	ADENILSON FELICIANO RODRIGUES	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
11	ALEX DE ALMEIDA OLIVEIRA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12	ALFEU FRANCA RODRIGUES JUNIOR	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

13	ANDRESON MOREIRA DAMACENO	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
14	CESAR AUGUSTO A. M. DE ANDRADE	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
15	FLÁVIO JOSÉ PEDROZO	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16	GIULLIANO GOMES R. DE PAULA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17	HUDSON CARLOS PORTELA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18	JAIRO BRAGA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
19	JAMES HALEN PEREIRA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
20	JANAÍNA DIAS LEMES	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
21	JULIA SILVA COELHO COIMBRA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
22	JULIANO RODRIGUES CORREIA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
23	LIVIA MARTINS COSTA E CASTRO	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
24	LUCIENE ALVES FERREIRA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
25	NEWTON MORAIS SOUZA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
26	RÉGIS ALVES DE SOUZA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
27	RENATO OLIVEIRA E CASTRO	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
28	RICHARD HUNGRIA O. SILVA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
29	ROBERTO GONCALVES DE CAMARGO	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
30	VINÍCIUS VEIGA FLEURY	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
31	VIRGINIA NUNES CRUVINEL	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
32	VITOR BARBOSA N. GONCALVES	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
33	OSÉIAS MENDES PEREIRA	
34	LEANDRO VITAL BARBOSA	
35	THIERRY MARQUES MARTINS	
36	MATHEUS PARREIRA ROCHA	
37	ITAECILA M. DA CRUZ LIMA	
38	LENICE GONÇALVES PORTUGUEZ	PÁTRIA BRASIL GOIÁS

3. Disposições gerais

3.1. Além dos órgãos, entidades, movimentos sociais e especialistas que se pronunciarão oficialmente, outros poderão fazer eventuais esclarecimentos e questionamentos pertinentes e oportunos, conforme decisão da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão – PRDC.

3.2. Os certificados de comparecimento ao evento serão disponibilizados no site do MPF, em até 30 (trinta) dias.

3.3. A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão-PRDC não se responsabiliza pelo pagamento das despesas com hospedagem, alimentação, passagens aéreas ou terrestres, entre outras, decorrentes da participação na audiência pública.

3.4. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), pelo endereço eletrônico prgo-ascom@mpf.mp.br, ou pelo telefone: (62) 3243-5454.

3.5. Casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão.

Registre-se. Publique-se.

AILTON BENEDITO DE SOUZA
Procurador da República
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, CF/88);

CONSIDERANDO que o Colegiado da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (3ª CCR), em conjunto com os seus grupos de trabalho e os procuradores da República vinculados à sua temática, em reunião realizada em 5 de dezembro de 2016, definiu como direcionamento estratégico para o biênio 2017/2018, a promoção da segurança jurídica para contribuir com a redução do “custo Brasil”, a melhoria da infraestrutura e a oferta de serviços de qualidade, com vistas a realizar o bem-estar do consumidor;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho – Transportes definiu como tema prioritário, em reunião realizada em 05 de outubro de 2016, a avaliação e o acompanhamento das políticas públicas orientadas à realização de novos investimentos em contratos de arrendamento portuário e de concessões de infraestrutura rodoviária e ferroviária;

CONSIDERANDO que o Colegiado da 3ª Câmara de Coordenação e de Revisão deliberou, em Sessão Ordinária de Coordenação, ocorrida em 30 de maio de 2017, nova estratégia de trabalho, a ser implementada pelos seus sete grupos de trabalho, consistente na elaboração de uma proposta de roteiro de atuação ou de ação coordenada sobre um tema prioritário;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho – Transportes, em consonância com o direcionamento estratégico aprovado pela 3ª CCR, elegeu o tema prioritário: “prorrogação dos contratos de concessão de ferrovias”, com vistas à condução de uma ação coordenada;

CONSIDERANDO que os membros interessados em atuar coordenadamente em relação à possível prorrogação antecipada dos contratos de concessão de ferrovias deliberaram, em reunião ocorrida em 17 de agosto de 2017, pela abertura de Procedimento Administrativo para acompanhar cada um dos contratos passíveis de serem prorrogados;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 8º da Resolução nº. 174/2017, de 4 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: (I) acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; (II) acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; (III) apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; e (IV) embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

CONSIDERANDO, portanto, que o Procedimento Administrativo é um instrumento adequado para o acompanhamento da política pública de transportes do setor ferroviário, que assume especial relevância no atual contexto de desenvolvimento e de expansão da cadeia logística do país;

CONSIDERANDO que a política pública de transporte ferroviário é imprescindível para o fortalecimento e a diversificação da infraestrutura nacional, e tem impacto direto na redução de custos de investimentos e na oferta de serviços públicos de qualidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do Decreto nº. 9.059, de 25 de maio de 2017, foram qualificados, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de prorrogação antecipada os contratos de concessão referente às concessionárias: MRS Logística S/A (MRS), Estrada de Ferro Carajás (EFC), Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), Ferrovia Centro-Atlântica S/A (FCA) e ALLMP;

CONSIDERANDO que a prorrogação antecipada foi instituída pela Lei nº. 13.448/2017, originária da Medida Provisória nº 752/2016, a qual estabelece condições para a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria entre governo e setor privado nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário;

CONSIDERANDO que a Medida Provisória 752, de 24 de novembro de 2016 (MP 752/2016), convertida na Lei nº. 13.448, de 5 de junho de 2017 (Lei 13.448/2017), estabeleceu, entre outras disposições, diretrizes gerais e critérios objetivos de prestação de serviço adequado bastante permissivos, inferiores aos exigidos nos termos contratuais vigentes;

CONSIDERANDO o entendimento da 3ª CCR de que a MP nº 752/2016 e a lei resultante de sua conversão (Lei nº 13.448/2017) apresentam dispositivos eivados de flagrante afronta aos ditames constitucionais que norteiam a Administração Pública e informam seus atos, especialmente, a eficiência, a moralidade e a razoabilidade, previstos no art. 37 e no art. 175, IV, e, ainda, violam o primado fundamental da segurança jurídica e da livre concorrência, art. 170, IV, assegurados pela CF;

CONSIDERANDO que as atuais concessionárias têm apresentado resultado insatisfatório, em grande medida, em decorrência de falhas na execução contratual, da deficiência fiscalizatória dos órgãos reguladores e de comportamentos indesejados das próprias concessionárias;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo deverá ser instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil, conforme dispõe o artigo 9º da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar procedimento administrativo com vistas ao acompanhamento do pedido de prorrogação antecipada da concessão da ferrovia ESTRADA DE FERRO CARAJÁS – EFC, operada pela empresa VALE S.A., no âmbito da ação coordenada empreendida pela Coordenação da 3ª CCR e pelo Grupo de Trabalho Transportes da 3ª CCR.

§ 1º Registre-se como interessadas a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a concessionária Vale S.A.

§ 2º Registre-se como assunto “10073 – Concessão / Permissão Autorização” e como grupo temático 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Art. 2º Publique-se esta Portaria no portal do Ministério Público Federal na internet.

Art. 3º Comunique-se a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal deste ato, para conhecimento e devida publicação.

Art. 4º Designo a servidora Mariana Pavan Pereira, Assessora Nível II, para atuar neste procedimento como secretária, enquanto lotada neste 13º Ofício.

Art. 5º Providencie-se os registros de estilo no sistema de cadastramento informático, notadamente para atualizar a autuação quanto ao resumo dos fatos, partes, assunto/tema, município e prazos de tramitação.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HILTON ARAÚJO DE MELO
Procurador da República

PORTARIA Nº 31, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

A Procuradoria da República no Município de Balsas, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e... Considerando que a Constituição da República determina, no art. 129, III, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, bem como de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando os termos do artigo 8º, inc. I, da resolução nº 174/2017, do CNMP;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Balsas – MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF...

Instaura o Procedimento Administrativo, tendo por objeto, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 e artigo 9º da Resolução nº 174/2017, ambas do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público:

Descrição resumida dos fatos: “acompanhar a execução e a prestação de contas do convênio n. 788.891/2013, firmado entre a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Formosa da Serra Negra/MA, para recuperação de 20 km de estradas vicinais na zona rural, no valor total de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais)”.

Designa, para atuar como secretário do Procedimento Administrativo, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Fernando Augusto Gomes Leite de Carvalho, Mat. 29250.

Estabelece a título de diligências iniciais: Cumprimento das diligências indicadas no despacho de fl. 54.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Balsas – MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Doutra 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

DIEGO MESSALA PINHEIRO DA SILVA

Procurador da República

PORTARIA Nº 74, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, com fundamento nos arts. 129, II e III, da Constituição Federal e 7º, I, da Lei Complementar n. 75/1993 e nos termos da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal:

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil para a proteção dos interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, I e III);

Considerando que é necessária a continuidade das apurações em curso no Procedimento Preparatório 1.19.001.000064/2017-20, que tem como finalidade apurar possíveis irregularidades na execução do convênio 725455/2010 (SIAFI 663492) e do termo de compromisso PAC 202714/2014, firmados entre o FNDE e o município de Amarante do Maranhão;

Resolve converter os presentes autos em INQUÉRITO CIVIL, com o seguinte objeto, a ser registrado na capa dos autos: apurar possíveis irregularidades na execução do convênio 725455/2010 (SIAFI 663492) e do termo de compromisso PAC 202714/2014, firmados entre o FNDE e o município de Amarante do Maranhão;

Publique-se esta Portaria no mural de avisos desta Procuradoria da República, bem como remeta-se cópia para publicação no Portal do Ministério Público Federal na internet e no Diário Oficial.

Comunique-se a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal deste ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP 23/2007, e 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06.

Por fim, façam-se os registros de estilo junto ao sistema informatizado de cadastramento.

JORGE MAURICIO PORTO KLANOVICZ

Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 58, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; e no disposto na Res. n. 174/2017, do CNMP;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF/88, art. 129, II e III);

CONSIDERANDO que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e, ainda, da probidade administrativa, bem como;

CONSIDERANDO que a Constituição estabelece que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

CONSIDERANDO que, por meio de investigação conjunta desenvolvida pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria Geral da União e pela Polícia Federal, resultando na chamada Operação Atlântida, apontou-se a existência de organização criminosa especializada na prática de fraudes licitatórias e de desvios de recursos públicos em vários municípios do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que, nos autos do Inquérito Civil nº 1.20.004.000022/2016-67, dos quais o presente fora desmembrado, verificaram-se sérios indícios de condutas ímprobadas, em tese, praticadas por agentes públicos e particulares, dentre os quais o ex-prefeito de Canarana,

Walter lopes Faria, o presidente da comissão de licitação, Orlando Da Silva Oruê, as empresas ASSECON Assessoria e Construções LTDA e Jeanne Martins Nascimento-ME.

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL no âmbito da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão com o objeto: “5ª CCR. OPERAÇÃO ATLÂNTIDA. FRAUDES À LICITAÇÃO. PROJETOS DE ENGENHARIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ASSECON. CARTAS CONVITE Nº 23/2009 E 05/2010. CANARANA. Apurar a ocorrência de fraudes em licitações de projetos de engenharia, para contratação, com recursos conveniados da União, de obras públicas na gestão do ex-prefeito Walter Lopes Faria no município de Canarana”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à Câmara de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Barra do Garças, na data e horário da assinatura eletrônica.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIAS Nº 95, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições e, em especial, com fundamento nos artigos 72, 77, in fine, 78 e 79, parágrafo único, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelo E. Conselho Nacional do Ministério Público por meio da Resolução CNMP n. 30, de 19 de maio de 2008 (DJ de 27/05/2008, pág. 159);

CONSIDERANDO o teor da Resolução Conjunta n. 1/2008-PRE-PGJ, de 10 de junho de 2008, e da Portaria nº 3038/2017-PGJ, de 11.09.2017;

RESOLVE:

N. 95 – Designar o Promotor de Justiça, FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS, para, sem prejuízo de suas funções, exercer as funções de Promotor Eleitoral perante a 33ª Zona Eleitoral, a partir de 18.09.2017, no período de 2 (dois) anos; e revogar, a partir da referida data, a Portaria PRE/MS n. 79, de 21.07.2017, publicada no DMPF-e N. 140/2017 - EXTRAJUDICIAL, pág. 16, de 27.07.2017, que designou o Promotor de Justiça, PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES.

Dê-se ciência ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, a Exma. Sra. Presidente do E. Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul e ao Exmo. Sr. Promotor Eleitoral designado como Titular.

Publique-se no DMPF-e e no D.J.E.M.S.

PEDRO PAULO GRUBITS GONÇALVES DE OLIVEIRA
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 46, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição de 1988 e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu art. 5º, I, “h” a atribuição do Ministério Público Federal para defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerando especialmente a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade na Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu art. 5º, III, “b” a atribuição do Ministério Público Federal para defesa do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que a notícia de fato nº 1.22.012.000216/2015-16 destina-se a apurar possíveis irregularidades no Instituto de Previdência Social do Município de Conceição do Pará/MG, como o não recolhimento das contribuições descontadas dos servidores municipais, o que, segundo informado, teria acarretado um débito de aproximadamente R\$ 1 milhão e impedido que o Município de Conceição do Pará recebesse repasses de outros entes federados;

CONSIDERANDO que a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão e o Conselho Institucional do Ministério Público Federal, com base na Lei nº 9.717/98, entendem pela competência da União para fiscalizar, orientar, supervisionar e acompanhar os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos demais entes federados;

CONSIDERANDO que são necessárias mais diligências para um adequado desfecho do caso;

DECIDE:

1. instaurar inquérito civil, cujo objeto é a apuração dos fatos acima relatados, com prazo de 1 ano, nos termos do art. 9º da Resolução CNMP nº 23/2007;

2. determinar sejam realizadas as publicações de praxe, no mural desta Procuradoria da República e no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico, conforme art. 4º, VI da Resolução CNMP nº 23/2007;

3. determinar o encaminhamento de cópia desta portaria, por meio eletrônico, à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência; e

4. oficiar à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, requisitando a realização de fiscalização no Instituto de Previdência Social do Município de Conceição do Pará/MG, para apurar os fatos narrados na f. 02 e demais fatos correlatos, com prazo de 60 dias para entrega do respectivo relatório a esta Procuradoria da República.

GUSTAVO DE CARVALHO FONSECA
Procurador da República

DESPACHO DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório n.º 1.22.000.000980/2017-84

Trata-se de Notícia de Fato autuada nesta Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Núcleo dos Direitos do Cidadão, a partir de representação formulada por John Barmens Michael, CPF 018.213.906-95, o qual relata ser nacional da Etiópia e que se encontra no Brasil por aproximadamente 08 a 10 anos. Afiram ter emitido sua Carteira de Trabalho em 2011 e que vinha utilizando tal documento para trabalhar no Brasil. Contudo, disse que referido documento fora roubado (cópia do Boletim de ocorrência em anexo) e que desde então não vem tentando conseguir outra sem sucesso.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o prazo para a tramitação deste procedimento preparatório se esgotou em 22/08/2017, pelo que DETERMINO sua prorrogação por mais 90 (noventa) dias, com os registros e comunicações pertinentes.

No despacho de fls. 32/33 determinou-se fosse expedido ofício à Polícia Federal, com cópia da reapresentação e requisitando para haveria impedimento para que a PF emitisse documentos necessário para que o representante logre a expedição de nova carteira de trabalho.

Em resposta, a Polícia Federal encaminhou o Ofício n.º 79/2017-DELEMIG/DREX/SR/PF/MG informando que o pedido de refúgio foi negado pelo CONARE e que o cidadão John Barmens Michael, foi devidamente notificado da negativa e, portanto, encontra-se em situação irregular em território nacional.

Em consulta ao sítio do Tribunal Regional da Primeira Região (cópia em anexo) constata-se que tramita na 15.ª Vara Federal de Belo Horizonte, Seção Judiciária de Minas Gerais, o processo n.º 0016984-81.2016.4.01.3800 o qual tem por objetivo a naturalização de John Barmens Michael, estando este atualmente com vistas à Defensoria Pública da União.

Desta feita, observa-se que para o deslinde do presente Procedimento Preparatório, necessário se faz o conhecimento por este Parquet do conteúdo e acompanhamento do citado processo. Portanto, imperioso o pedido de vistas dos autos n.º 0016984-81.2016.4.01.3800, por parte deste Procurador da República dos Direitos do Cidadão (cópia em anexo).

Após, mantenham-se os autos acautelados no Núcleo Cível Extrajudicial até a chegada dos autos judiciais n.º 0016984-81.2016.4.01.3800.

HELDER MAGNO DA SILVA
Procurador da República
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Inquérito Civil n.º 1.23.000.000948/2015-08

Trata-se de Inquérito Civil que tem por objeto o imóvel denominado Solar da Beira, que segundo afirmam, encontra-se em estado de abandono e deterioração por parte da Prefeitura de Belém, usa proprietária.

Em última diligência, o MPF requisitou ao IPHAN que informe sobre o resultado da análise procedida pela Diretoria do PAC das Cidades Históricas em Brasília, visando a liberação dos recursos para realização da obra de Restauração e Conservação do Solar da Beira.

Em resposta, o IPHAN relatou pendências na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro e que os ajustes necessários foram requisitados à SEURB.

Deste modo, impõe-se a continuidade do presente.

Assim, considerando o permissivo contido na Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, resolvo PRORROGAR por 1 (um) ano, nos termos do art. 15 da Resolução n.º 87 do CSMPF, o presente apuratório.

Como diligência de instrução, requirite-se informações atualizadas ao IPHAN.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR
Procurador Regional da República

DESPACHO DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Inquérito Civil n.º 1.23.1702/2014-64

Versa o presente IC sobre a restauração da Capela de São Francisco, situada no interior do hospital da Ordem Terceira, tombada pelo IPHAN, e no qual foi firmado TAC com a Venerável Ordem Terceira de São Francisco, tendo por objeto a formulação de projeto de restauração do monumento e seu licenciamento perante o IPHAN.

Posteriormente, foi feito o peticionamento de fl., onde a Venerável comunica ao MPF a transferência do encargo juntando o Contrato de Comodato firmado entre a Arquidiocese de Belém e terceira entidade.

Foi determinada realização de audiência, conforme ata de fl., 101/102 na qual dito que somente ocorrendo a transferência da posse sobre o bem para a Arquidiocese mé que poderia haver a transferência do encargo mediante celebração de um Termo Aditivo ao TAC já existente, o que foi aceito por todos os presentes. No prazo concedido foi feita a escritura pública juntada aos autos às fl., 103 e seguintes.

O Aditivo ao TAC consignou o prazo de 6 (seis) meses para que a Arquidiocese apresente junto ao IPHAN o projeto de restauração da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Esgotado o prazo, impõe-se a prorrogação do presente.

Assim, considerando o permissivo contido na Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF,

Resolvo PRORROGAR por 1 (um) ano, nos termos do art.15 da Resolução nº 87 do CSMPF, o presente apuratório.
Como diligência de instrução, requirite-se a Arquidiocese de Belém a comprovação do projeto de restauração protocolizado junto ao IPHAN.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR
Procurador Regional da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PROCURADORA-CHEFE

PORTARIA Nº 647, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Portaria nº 458/98, de 02 de julho de 1998, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, que delega competência para a chefia da PR/PR, e

considerando o voto de nº 7061/2017, do relator José Adonis Callou de Araújo Sá, acolhido por unanimidade na Sessão Ordinária nº 688 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, resolve:

Designar o Procurador da República RAFAEL BRUM MIRON para, como órgão do Ministério Público Federal, dar prosseguimento à persecução penal nos autos nº 5022965-93.2014.404.7000, em trâmite na 14ª Vara Federal de Curitiba.

PAULA CRISTINA CONTI THÁ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 37, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório n.º 1.26.004.000160/2016-22

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das funções institucionais estabelecidas no art. 129, II e III, da Constituição;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 6º e 38 da Lei Complementar n.º 75/1993, compete ao Ministério Público Federal, dentre outras incumbências, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, promover o inquérito civil, a ação civil pública e outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, para a proteção dos direitos constitucionais, do patrimônio público e social e da probidade administrativa, dentre outros;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e na Resolução n.º 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF);

CONSIDERANDO o que consta dos autos em epígrafe, originados de informações fornecidas pela Câmara Municipal de Belém do São Francisco/PE, noticiando possíveis irregularidades na oferta dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Serviço Social pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional - FADIRE - e pela Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia - UESSBA;

CONSIDERANDO que, numa análise preliminar, o objeto do presente procedimento insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal, em razão de afetar direito social e coletivo fundamental;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil para apurar os fatos noticiados.

Ficam os servidores lotados no Setor Jurídico ou no Ofício de Salgueiro, desta Procuradoria, autorizados a juntar diretamente aos autos os documentos produzidos pelo presidente do feito ou por sua determinação, bem como aqueles recebidos em resposta a requisições. Sempre que houver o cumprimento integral das diligências já determinadas, o vencimento do prazo de conclusão de feito ou quando advierem questões para imediata apreciação do procurador da República, os autos deverão ser feitos conclusos.

Cumram-se as diligências determinadas no despacho já lançado nos autos, datado de 15 de maio de 2017.

ANTONIO MARCOS DA SILVA DE JESUS
Procurador da República
[Em substituição]

PORTARIA Nº 205, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada inciso IV do art. 8º da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do

Ministério Público;

Determina a Instauração de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, para “Apurar suposto óbito de José Carlos Pereira da Silva, o qual figura como réu no bojo da Ação Penal n. 0000449-87.2014.4.05.8310, em trâmite perante a 28ª Vara Federal/PE”.

Após os registros de praxe, cumpra-se para os fins previstos no art. 9º da Resolução CNMP nº 174 e nos arts. 4º e 7º, § 2º, IV e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

POLIREDA MADALY BEZERRA DE MEDEIROS
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO

PORTARIA Nº 1.235, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Portaria PR-RJ Nº 1111/2017 para suspender a licença-prêmio do Procurador da República ANTÔNIO DO PASSO CABRAL no dia 21 de setembro de 2017.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que o Procurador da República ANTÔNIO DO PASSO CABRAL solicitou a suspensão de sua licença-prêmio no dia 21 de setembro de 2017 - anteriormente marcada para o período de 18 a 24 de setembro de 2017 (Portaria PR-RJ Nº 1111/2017, publicada DMPF- e Nº 154 - Extrajudicial de 17 de agosto de 2017, Página 35) - em razão de ter sido escalado como capacitador em curso da ESMPU, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria PR-RJ Nº 1111/2017 para suspender a licença-prêmio do Procurador da República ANTÔNIO DO PASSO CABRAL no dia 21 de setembro de 2017, incluindo-o na distribuição de todos os feitos e audiências nesse dia.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA Nº 1.236, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Portaria PR-RJ Nº 745/2017 para suspender as férias do Procurador da República DOUGLAS SANTOS ARAÚJO no período de 21 a 30 de setembro de 2017.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que o Procurador da República DOUGLAS SANTOS ARAÚJO solicitou suspensão de férias no período de 21 a 30 de setembro de 2017 (Portaria PR-RJ Nº 745/2017, publicada no DMPF-e 104 - Extrajudicial de 6 de junho de 2017, Página 294), por necessidade de serviço, resolve:

Art. 1º Altera a Portaria PR-RJ Nº 745/2017 para suspender as férias do Procurador da República DOUGLAS SANTOS ARAÚJO no período de 21 a 30 de setembro de 2017 incluindo-o, neste período, na distribuição de todos os feitos e audiências.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA Nº 1.237, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui o Procurador da República DOUGLAS SANTOS ARAUJO dos feitos urgentes e audiências no período de 20 a 22 de setembro de 2017.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que o Procurador da República DOUGLAS SANTOS ARAUJO irá participar do curso de Repercussões do Novo CPC no Processo Penal na ESMPU, no período de 20 e 22 de setembro de 2017, em Brasília/DF, resolve:

Art. 1º Excluir o Procurador da República DOUGLAS SANTOS ARAUJO, no período de 20 e 22 de setembro de 2017, da distribuição dos feitos urgentes e audiências que lhe são vinculados, observando-se a devida compensação.

Art. 2º Dê-se ciência à SERAF para cumprimento do disposto na Portaria PGR Nº 462/2013.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA Nº 5, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei nº 7.347/1985;

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando as providências preliminarmente adotadas no âmbito do Procedimento Preparatório nº 1.30.019.000067/2016-26;

Determina a conversão do presente feito em inquérito civil, pelo prazo de 01 (um) ano, com o objetivo de investigar eventual irregularidade em recolhimento de FGTS efetuado pela Prefeitura de Teresópolis noticiado em Termo de depoimento.

Registre-se, autue-se e publique-se a presente Portaria, que deverá ser afixada no local de costume. Comunique-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

JOÃO FELIPE VILLA DO MIU
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República subscritora, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, incisos I, II, VIII e IX, da Constituição Federal, artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93 (Estatuto do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que a Constituição da República incumbiu o Ministério Público de velar pela manutenção da ordem jurídica e do regime democrático de direito, bem como defender os interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CR);

CONSIDERANDO que são funções institucionais promover a ação penal pública, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, incisos I, II e III, CR/88);

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público expedir notificações, requisitar informações e documentos nos procedimentos administrativos de sua competência (art. 129, VI da CR);

CONSIDERANDO que, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, I, II, VIII e IX, da Constituição Federal, artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93 (Estatuto do Ministério Público da União) e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e ainda de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP compete ao Ministério Público a instauração de Inquérito Civil para apurar a defesa do patrimônio público;

CONSIDERANDO os fatos apurados no bojo do Procedimento Preparatório nº 1.30.010.000197/2017-20, originado a partir de representação cadastrada na Sala de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal, por meio da qual são relatadas possíveis irregularidades relacionadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e PDDE/Educação Integral, referentes ao Colégio Estadual São Paulo, localizado no município de Barra Mansa/RJ, as quais deram ensejo à reprovação das respectivas contas, o que pode vir a caracterizar ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Secretaria de estado de Educação do Rio de Janeiro, por meio do Ofício ASJUR/SEEDUC nº 2081/2017, informou a adoção de medidas no âmbito de suas atribuições a fim de apurar a responsabilidade;

RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, nos termos das Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, para apurar os fatos retromencionados, com prazo de até 1 (um) ano para conclusão, prorrogável, sucessivamente, por igual período, por decisão fundamentada do órgão ministerial oficiante, nos termos do artigo 15, caput, da citada Resolução.

Quanto à instrução do feito, DETERMINA-SE:

(a) o cumprimento do despacho de f. 26.

À Assessoria, para efetivar registro e autuação da presente portaria e do expediente que a acompanha, inclusive para fins de comunicação e publicação à 5ª CCR, lançando-se os seguintes dados no sistema:

Referência: PP nº 1.30.010.000197/2017-20.

Interessado: União; Sociedade.

Representante: Douglas Carvalho Vieira

Representado: Alexander Ferreira Santos, CPF 001.531.837-05

Assunto: Verificar a ocorrência de atos de improbidade administrativa e crimes na aplicação de verbas federais oriundas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e PDDE/Educação Integral, referentes ao exercício de 2016, recebidas pela A. A. E. do Colégio Estadual São Paulo, CNPJ 01.799.119/0001-39 e praticados, em tese, por ALEXANDER FERREIRA SANTOS, CPF nº 001.531.837-05.

JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 28 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

DELIBERA POR:

1) Converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.009.000273/2017-36 em inquérito civil, adotando-se a seguinte ementa: “MARCELO FARIAS ALVES - CONSTRUÇÕES EM ÁREA 'NON EDIFICANDI' DA PRAIA DO FOGUETE - MATRÍCULA RGI Nº 12.734 - RUA DAS DUNAS Nº 425 - CABO FRIO/RJ.”

2) Determinar que a assessoria envie a presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por meio eletrônico, para ciência, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e para publicação no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, I da referida Resolução, certificando nos autos o efetivo envio do presente ato.

Cumpra-se.

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 46, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.30.006.000019/2017-78, com o objetivo de apurar os critérios utilizados pela Universidade Federal Fluminense para aferição de “pessoa com deficiência” apta a ocupar vaga reservada em concurso público;

CONSIDERANDO que, de acordo com o novo regimento do CSMPF, o prazo de tramitação do procedimento administrativo deverá ser de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período;

CONSIDERANDO que o presente procedimento preparatório tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, e sendo ainda imprescindível a realização de outras diligências para melhor instrução do feito;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.006.000019/2017-78 em Inquérito Civil com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro a presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro desta Procuradoria da República. Encaminhe-se cópia da presente à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão para ciência e publicação em diário oficial.

ANTONIO AUGUSTO CANEDO
Procurador da República

PORTARIA Nº 47, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.30.006.000038/2017-02, objetivando apurar notícia de possíveis restrições ambientais sobre os lotes 28 a 31, localizados no cordão arenoso formado entre a Praia de Itaipuaçu e o Canal da Costa, Município de Maricá.

CONSIDERANDO que, de acordo com o novo regramento do CSMPF, o prazo de tramitação do procedimento administrativo deverá ser de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período;

CONSIDERANDO que o presente procedimento preparatório tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, e sendo ainda imprescindível a realização de outras diligências para melhor instrução do feito;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.006.000038/2017-02 em Inquérito Civil com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro a presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro desta Procuradoria da República. Encaminhe-se cópia da presente à 4ª CCR do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

ANTONIO AUGUSTO CANEDO
Procurador da República

PORTARIA Nº 451, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

(Converte o Procedimento Preparatório PR-RJ nº 1.30.001.001059/2017-77 em Inquérito Civil)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL é Instituição destinada à “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, tendo, entre suas funções constitucionais, as de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” e de “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III).

Compete ainda ao Ministério Público Federal, considerados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, zelar pelo efetivo respeito, pelos Poderes da União e pelos serviços de relevância pública, aos princípios constitucionais relativos à finanças públicas e à seguridade social, bem como defender o patrimônio público e social e os direitos e interesses coletivos (Lei Complementar nº 75/93, artigo 5º, incisos I, alínea h, II, alíneas b e d, III, alíneas b e e, e V).

Os Ofícios da Área da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Rio de Janeiro têm suas atribuições fixadas no art. 29 da Portaria PR-RJ nº 578/14 (na redação dada pela Portaria nº 1320/14).

O Conselho Superior do Ministério Público Federal editou a Resolução nº 106/10 unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil antes divididas entre a Resolução nº 87/06, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A nova Resolução altera a redação do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/06 e determina que, caso não haja nos autos do procedimento elementos que permitam a adoção imediata de qualquer das medidas previstas no caput do mesmo artigo, o Procurador oficiante poderá, no prazo máximo de 180 dias, realizar diligências. Findo o prazo, impõe-se o ajuizamento de ação civil, o arquivamento do procedimento ou sua conversão em inquérito civil.

Constata-se que o Procedimento Preparatório PR-RJ nº 1.30.001.001059/2017-77 foi instaurado nesta Unidade há mais de 180 dias a partir de cópia de Notícia de Fato Criminal, para apuração da repercussões cíveis da possível prática de crime de estelionato cuja autora estaria mantendo em erro a administração pública ao receber valores de pensão por morte.

Apesar das diversas providências e diligências já empreendidas nos autos, verifica-se ainda não ser possível o ajuizamento de ação civil ou, por outro lado, a promoção de arquivamento do feito. Impõe-se, desta forma, sua regularização formal, para atendimento às determinações da Resolução CSMPF nº 106/10.

Diante disso, determino a CONVERSÃO do Procedimento Preparatório em epígrafe em Inquérito Civil, mantendo-se sua atual Ementa.

Autue-se e publique-se esta Portaria de conversão.

Comunique-se à Colenda 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a conversão do Procedimento Preparatório em epígrafe em Inquérito Civil, em obediência à Resolução CSMPF nº 106/10.

GUSTAVO MAGNO GOSKES BRIGGS DE ALBUQUERQUE
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial e a necessidade de se prosseguir na instrução do

feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

RESOLVE CONVERTER a Notícia de Fato n.º 1.28.000.000120/2017-27 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Apurar supostas irregularidades na execução de serviços de obras na Escola Estadual Santos Dumont, localizada no Município de Parnamirim/RN.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN e outros.

Autor da representação: Promotoria de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN.

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Determina, ainda, o encaminhamento dos autos à COJUD, para fins de registro e reatuação.

Atente a Secretaria do 5º Ofício para eventual necessidade de prorrogação de prazo, fazendo conclusão dos autos com 05 (cinco) dias de antecedência.

Cumpra-se.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES
Procurador da República

PORTARIA 19, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, d, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando a necessidade de realização de novas diligências;

Converte o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.28.000.00038/2017-61, em Inquérito Civil de igual numeração, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n. 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Ministério do Turismo. Suposta omissão dos órgãos públicos na fiscalização da profissão de guia turístico. Origem no encaminhamento da Notícia de Fato n.º 116.2017.000070-22PMJ do MPE/RN.

ORIGINADOR: Rogério Cezar Pessoa e Silva

REPRESENTADO: Ministério do Turismo e Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte

Determina que seja comunicada a Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Requer, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

FERNANDO ROCHA DE ANDRADE
Procurador da República

PORTARIA Nº 24, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório n.º 1.28.000.000161/2017-13 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades no procedimento licitatório n.º 006555/2016-42 (Coleta Emergencial de Preços n.º 009/2016), promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN, do qual se sagrou vencedora a empresa SEPARAR Produtos e Serviços Ltda. (CNPJ 03.184.220/0001-00), para fornecimento de gases medicinais a UPAs.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Anônimo

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 25, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000457/2017-34 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades no procedimento licitatório nº 38926/2014-1 – EMATER, que resultou na contratação, por dispensa de licitação, da empresa DUNNAS Locações e Serviços Ltda. (CNPJ 11.225.853/0001-48) para execução do Convênio nº 262/2008, celebrado entre a União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Estado do Rio Grande do Norte.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Anônimo

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 26, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000494/2017-42 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201600385 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, nos anos de 2014 e 2015.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 27, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000496/2017-31 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201600545 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Execução do Convênio nº 792967 (nº original 00349/2013), firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA

Procuradora da República

PORTARIA Nº 28, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000497/2017-86 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201601419 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Execução do Convênio nº 776409 (nº local 239/2012), firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA

Procuradora da República

PORTARIA Nº 29, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000505/2017-94 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201601359 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Execução do Contrato de Repasse nº 0374117-93 (SIAFI 766184), firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal, para construção do Centro de Parto Normal, peri-hospitalar, no Conjunto Santa Catarina no Município de Natal/RN.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 30, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000507/2017-83 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201600424 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Execução da ação de incentivo financeiro para enfrentamento estadual da dengue, zika vírus e chikungunya.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 31, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000508/2017-28 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201601357 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Execução do Contrato de Repasse nº 0399403-98 (SIAFI 775515), celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 32, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

- b) considerando a incumbência disposta no art. 6º, VII, b, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do presente procedimento extrajudicial;

Converte o Procedimento Preparatório nº 1.28.000.000509/2017-72 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Supostas irregularidades noticiadas na Ordem de Serviço nº 201601358 do Relatório nº 201601600, referente ao 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos. Execução do Contrato de Repasse nº 0389553-05 (SIAFI 771976), celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal, para reforma da porta de entrada do Pronto Socorro Clóvis Sarinho.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS: A apurar

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Controladoria Geral da União – CGU

Determina a publicação desta Portaria no sítio oficial da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

RECOMENDAÇÃO Nº 4, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Ref. Procedimento Preparatório nº 1.28.400.000006/2017-94

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições institucionais, que lhe são conferidas pela Constituição da República e pela Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis” (art. 6º, XX, da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, II); bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura a todos o direito à igualdade de oportunidades, com especial atenção à pessoa com deficiência, proibindo qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (Constituição Federal, artigo 5.º, caput e artigo 7.º XXXI).

CONSIDERANDO que compete à União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (artigo 23, II), bem como da proteção e integração social destas pessoas (artigo 24, XIV);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 227, § 1.º, II da Constituição Federal, o Estado promoverá “a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”;

CONSIDERANDO que o artigo 244, da Constituição Federal dispõe que “a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, 2º”;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 37 da Lei 13.146/2015 "constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho", bem como que "a colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes: I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho; II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho; III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada; IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais; V - realização de avaliações periódicas; VI - articulação intersetorial das políticas públicas; VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil”;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 38 da Lei 13.146/2015 "a entidade contratada para a realização de processo seletivo público ou privado para cargo, função ou emprego está obrigada à observância do disposto nesta Lei e em outras normas de acessibilidade vigentes”.

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório 1.28.400.000006/2017-94 destinado a apurar as condições de acessibilidade para a prestação de provas para o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte por portador de deficiência visual acometido pela doença de Stargadt.

RESOLVE:

RECOMENDAR, com fulcro no art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte que adote providências para disponibilizar meios, notadamente equipamentos de ampliação de imagens, que permitam a portadores de deficiência visual a realização direta das provas de certificação profissional.

Fica o recomendado intimado a, no prazo de 10 (dez) dias, informar se acata a presente recomendação e quais as providências que serão adotadas para o seu cumprimento.

Dê-se ciência à PFDC do Ministério Público Federal acerca da presente recomendação.

VICTOR ALBUQUERQUE DE QUEIROGA
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Inquérito Civil nº 1.28.200.000040.2012-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da procuradora da República subscritora, no exercício de suas funções institucionais previstas na Constituição Federal e na legislação vigente, evocando especificamente o disposto nos artigos 127, caput e 129, III, da Carta da República, bem como o que preceitua os artigos 5.º, II, “b” e “d”, III, “b” e “d”, e artigo 6.º, VII, “b” e “d”, XIV, “f” e “g” e XX da Lei Complementar 75/1993, vem expor e recomendar o que abaixo segue:

1. CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

2. CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente, bem como a defesa do patrimônio público e do meio ambiente;

3. CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CRFB, artigo 129, III), levando a efeito as medidas cíveis adequadas para a proteção dos direitos constitucionais e a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos (LC nº 75/93, artigo 6º, VII, 'b');

4. CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis”, consoante o disposto no art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93;

5. CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

6. CONSIDERANDO que o meio ambiente é bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, sendo a todos assegurado o meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao passo que a preservação deste para gerações presentes e futuras afigura-se como dever de todos (art. 225 da CR/88);

7. CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Inquérito Civil nº 1.28.200.000040.2012-19, cujo objeto, atualmente, limita-se a promover medidas que viabilizem o licenciamento ambiental dos seguintes 9 (nove) barramentos construídos no curso do Rio Espinharas, situado em Serra Negra do Norte e que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, cujas intervenções são titularizadas por associações ligadas a diferentes comunidades rurais (fls. 176/177):

Barragem	Responsável	Volume (construção)	Porte	Potencial poluidor
Curral Queimado	Associação dos Produtores Rurais do Curral Queimado	375.000	P	M
Conceição	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Conceição	450.000	P	M
Arapuá	Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Arapuá	600.000	P	M
Rolinha	Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Rolinha	450.000	P	M
Maniçoba	Conselho Comunitário da Barra Maniçoba	300.000	M	M
Torrões	Associação Comunitária dos Produtores Rurais dos Torrões	450.000	P	M
Pitombeira	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Pitombeira	240.000	M	M
Boa Vista	Associação dos Produtores Rurais da Boa Vista	860.000	P	M
Barra São Pedro	Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Barra São Pedro	480.000	P	M

8. CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Águas – ANA, por meio da nota informativa de fls. 323/323-v, informou que tais barramentos “apresentam capacidade de acumulação bastante reduzida e se prestam ao atendimento de comunidades rurais localizadas em sua proximidade (...)”, além do que “são barragens galgáveis, de reduzida capacidade de armazenamento, cuja finalidade é o atendimento das demandas hídricas das comunidades rurais situadas nas proximidades e não têm função de controle das cheias”;

9. CONSIDERANDO que, no âmbito de atuação da ANA, a situação desses nove barramentos está suficientemente regularizada (fls. 323/323-v e 325/335), dada a assinatura, em 28.07.2016, do Termo de Alocação de Água 2016/2017, por meio do qual se estabeleceu todo o planejamento referente à gestão dos recursos hídricos e regularização das citadas barragens;

10. CONSIDERANDO que persiste, assim, apenas a tutela em torno do licenciamento ambiental dessas intervenções perante o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, cuja regularização, ante a necessária Licença de Regularização de Operação, não se processou até o momento, inexistindo sequer requerimento formulado nesse sentido;

11. CONSIDERANDO que constitui infração administrativa ambiental “toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” (art. 70 da Lei 9.605/98), punível, dentre outras, com as sanções de advertência, multa, apreensão de materiais, destruição do produto, embargo de obra ou atividade e demolição (art. 72);

12. CONSIDERANDO que, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 140/2011, “compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização [IDEMA, na situação em análise], conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada”, devendo qualquer dos entes, nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la (§2º);

13. CONSIDERANDO que, embora há muito ciente da existência desses nove barramentos não licenciados no curso do Rio Espinharas (ao menos desde 24.03.2015, data em que foi pela primeira vez notificado nos autos do IC para se manifestar sobre essas intervenções, como se depreende da fl. 302), não se tem notícia de que o IDEMA, valendo-se do seu poder de polícia, tenha promovido qualquer ação educativa e/ou fiscalizatória no local;

14. CONSIDERANDO a relevância social desses barramentos, que, como bem pontuado pela ANA (fls. 323/323-v), destinam-se ao atendimento de comunidades rurais em seu entorno, há anos inseridas em um contexto de severa estiagem, bem como tendo em vista que se tratam de intervenções titularizadas por pequenas associações em sua maioria composta por trabalhadores rurais, não raras vezes de baixa instrução e sem condições de buscarem um qualificado assessoramento técnico;

15. CONSIDERANDO que a tutela ambiental deve ser compatibilizada com o interesse social, a fim de minimizar os efeitos que eventuais embargos e demolições possam gerar a quem dependa diretamente desses barramentos para subsistir;

16. CONSIDERANDO que, à luz do evidente interesse público revelado no caso concreto, espera-se, também do Município de Serra Negra do Norte (além daquele por parte do IDEMA), um auxílio técnico/operacional junto àquelas associações no enfrentamento das condições que deverão ser implementadas para que se permita o licenciamento ambiental desses empreendimentos hídricos e, por conseguinte, sua utilização;

17. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL resolve, na forma do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, RECOMENDAR ao DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE – IDEMA, sr. Rondinelle Silva Oliveira, e ao PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE, sr. Sérgio Fernandes de Medeiros, a adoção das seguintes providências:

a) no prazo de 60 (sessenta) dias, o IDEMA, por meio de técnicos especializados, realize ação educativa junto à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Conceição, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Arapuá, Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Rolinha, Conselho Comunitário da Barra Maniçoba, Associação Comunitária dos Produtores Rurais dos Torrões, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Pitombeira, Associação dos Produtores Rurais da Boa Vista e Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Barra São Pedro, no sentido de orientar-lhes acerca da necessidade e de como proceder ao licenciamento ambiental das barragens Curral Queimado, Conceição, Arapuá, Rolinha, Maniçoba, Torrões, Pitombeira, Boa Vista e Barra São Pedro, respectivamente;

b) na referida ação, o IDEMA deverá municiar os referidos entes com todas as informações e encaminhamentos necessários, desde de como requerer o licenciamento até a emissão da correspondente Licença de Regularização de Operação; além disso, conferir às associações prazo razoável para que as licenças sejam requeridas;

c) finda a ação, o IDEMA, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá encaminhar a esta Procuradoria da República relatório minudente acerca das associações visitadas (e seus responsáveis) e eventuais providências adotadas in loco;

d) caberá ao MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE prestar suporte técnico, notadamente de natureza jurídica/ambiental, às nove associações acima listadas com o propósito de auxiliá-las a adequar-se às condicionantes traçadas pelo IDEMA para viabilizar o esperado licenciamento ambiental dos barramentos;

e) em 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo concedido pelo IDEMA para que as associações formalizem seus requerimentos de licença ambiental, deverá o MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE encaminhar relatório circunstanciando explicitando o apoio prestado a cada um daqueles entes associativos;

f) caso, mesmo após as atividades educativas do IDEMA (inclusive os prazos administrativamente concedidos) e o suporte técnico do MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, as associações mantenham-se inertes, deverá o IDEMA adotar as medidas de sancionamento próprias do seu poder de polícia (a exemplo de advertência, multa, apreensão de materiais, destruição do produto, embargo de obra ou atividade e demolição).

18. Na forma do art. 6º, XX, e do art. 8º, §5º, da Lei Complementar nº 75/93, fixo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, para manifestação quanto ao atendimento da recomendação, indicando as medidas que tenham sido ou serão adotadas com a finalidade de atender o que fora recomendado.

19. A partir da data de entrega da presente recomendação, o Ministério Público Federal considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua omissão.

20. Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público Federal sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas em face dos agentes públicos a quem compete o seu cumprimento, bem como em relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

21. Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme o art. 23 da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARIA CLARA LUCENA DUTRA DE ALMEIDA BRITO
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 73, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

O Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, “e”, da Lei Complementar 75/1993; artigo 25, IV, “a”, da Lei 8.625/93; e pelo artigo 8º, § 1, da Lei 7.347/85.

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5o, III, “e”, da Lei Complementar 75/1993);

CONSIDERANDO que são princípios constitucionais da Administração Pública a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do que preconiza o art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º, inciso IX da Lei 9.394/96 (Lei das diretrizes e bases da educação nacional), que prevê ser incumbência da União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”;

CONSIDERANDO a existência de Secretaria no âmbito federal a qual cabe “a regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior; e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, e de pós-graduação lato sensu, todos na modalidade presencial ou a distância”1;

CONSIDERANDO o consubstanciado no Procedimento Preparatório 1.31.000.000215/2017-55 e que o prazo estipulado nas Resoluções 87/2006 do CSM PF e 23/2007 do CNMP já se esgotou, não tendo sido possível concluir as investigações encetadas;

RESOLVE:

CONVERTER o presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL, aproveitando-se os atos até então praticados;

NOMEAR os servidores lotados junto à Secretaria do 1º Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR as seguintes diligências:

1) Comunique-se a presente medida à 1ª CCR, encaminhando cópia desta para publicação, em atenção ao disposto no art. 5º, VI da Resolução 87/2006 do CSM PF e art. 4º, VI da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

2) Cumpra-se, imediatamente, as diligências especificadas no despacho que segue anexa a esta.

REGINALDO TRINDADE
Procurador da República
Em substituição legal ao titular

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 18, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pela Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas “a” a “d”, da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSM PF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a apuração de atos que atentem contra a probidade administrativa;

CONSIDERANDO a alteração nos artigos 4º e 5º, ambos da Resolução CSM PF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSM PF nº 106/2010;

CONSIDERANDO a notícia de eventuais desvios de recursos públicos oriundos do Ministério da Saúde destinados ao Hospital Samária, em Rio do Sul/SC ;

CONSIDERANDO que o presente procedimento foi instaurado há mais de 30 (trinta) dias (art. 3º, §5º, da Resolução nº 13 do CNMP c/c o art. 5º da Resolução nº 23 do CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

RESOLVE converter a Notícia de Fato nº 1.33.016.000033/2017-31 em inquérito civil, determinando:

1. Providencie-se os registros de praxe no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Expeça-se ofício ao Ministério da Saúde para que, em referência à resposta apresentada no Ofício Nº 444-SEI/2017/AECI/MS, informe se já houve a análise pela área competente em relação aos seguintes questionamentos:

a) se foi detectada alguma irregularidade nas verbas repassadas ao Município de Rio do Sul/SC através do Termo de Compromisso no SUS nº 72/2015;

b) se o Ministério da Saúde é responsável por analisar a prestação de contas referente aos recursos empregados pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC advindos do Termo de Compromisso citado;

c) se os recursos repassados através do Termo de Compromisso citado são condicionados para determinado fim ou de uso para custeio geral no âmbito do SUS.

3. Com a resposta, voltem conclusos.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 114, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 79 da Lei Complementar nº 75, de 02 de maio de 1993 / Lei Orgânica do Ministério Público da União, de acordo com a Resolução n.º 001/03/PJ/PRE, de 28/03/03, e com as indicações constantes das Portarias PGJ nº, 4169, 4170, 4200, 4201, 4204 e 4205, RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da designação no que respeita aos Promotores Eleitorais e períodos a seguir referidos:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR ELEITORAL
17ª/Jaraguá do Sul	Marcio André Zattar Cota (20 a 22 de setembro)
82ª/Anchieta	Rafael Fernandes Medeiros (29 de setembro)
96ª/Joinville	Wagner Pires Kuroda (28 e 29 de setembro)

DESIGNAR os Membros do Ministério Público abaixo relacionados para atuar perante a Zona Eleitoral e períodos a seguir discriminados:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR ELEITORAL
17ª/Jaraguá do Sul	Rafael Meira Luz (20 a 22 de setembro)
82ª/Anchieta	Thiago Madoenho Bernardes da Silva (29 de setembro)
96ª/Joinville	Ricardo Paladino (28 e 29 de setembro)

MARCELO DA MOTA
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

PA Nº 1.34.003.000658/2017-12

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento do cumprimento da decisão, transitada em julgado, proferida nos autos da ação civil pública nº 0004508-37.2004.4.03.6108, 1ª Vara Federal Bauru;

CONSIDERANDO que referida decisão condenou a União a remeter todos os procedimentos de lançamentos fiscais (de tributos) transitados em julgado na esfera administrativa, nos últimos cinco anos, ainda que não aplicada ou mantida a multa agravada, desde que: a) os tributos e contribuições apurados decorram de omissão (total ou parcial) da base de cálculo ou de informações prestadas pelos contribuintes; b) os tributos e contribuições apurados através da verificação de que as informações prestadas pelos contribuintes ou existentes nos documentos e livros fiscais, não tenham correspondência com a realidade dos fatos geradores quanto à base de cálculo ou outro dado que tenha propiciado a supressão total ou parcial de exações; c) os tributos e contribuições apurados decorram de lançamento por aferição em razão do contribuinte não apresentar à fiscalização documentos ou livros fiscais no prazo e na forma da lei;

CONSIDERANDO que é necessário traçar parâmetros de razoabilidade, eficiência e otimização para o cumprimento de tal decisão (v.g. valor dos lançamentos tributários, existência de parcelamento/suspensão da exigibilidade etc.), já que a sentença foi proferida em agosto/2005 (ou seja, faz mais de doze anos atrás) e, somente agora, após esgotados os recursos tornou-se exequível;

RESOLVE, em obediência ao art. 9º, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, tendo por objeto documentar o acompanhamento do cumprimento da decisão, transitada em julgado, proferida nos autos da ação civil pública nº 0004508-37.2004.4.03.6108, 1ª Vara Federal Bauru;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) a autuação da documentação em anexo, ofícios recebidos da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru (PRM-BAU-SP-00009329/2017, PRM-BAU-SP-00009989/2017 e PRM-BAU-SP-00010613/2017), com as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único;

b) o acautelamento na SUBJUR das duas caixas enviadas pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru, acompanhando os ofícios mencionados, contendo mídias CD-Rom, com a íntegra de processos administrativos fiscais;

c) a decretação de sigilo quanto à documentação autuada, considerando o que preceitua o art. 198, § 2º, do Código Tributário Nacional, bem como art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 75/93 e, ainda, art. 5º, X, da Constituição da República;

d) a publicação da presente Portaria, inclusive na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, combinado com art. 9º, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do mesmo Órgão;

e) que a SUBJUR acompanhe o vencimento do prazo fixado no art. 11, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

f) que a SUBJUR submeta ao Procurador Distribuidor Cível, para fins de distribuição, inclusive para que avalie a prevenção quanto ao 4º Ofício desta PRM-Bauru, visto que a referida ação civil pública está distribuída a tal Ofício;

Registre-se.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO
Procurador da república

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, Heloisa Maria Fontes Barreto, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, no art. 5º, I, “c”, II, “d” e V, “a” e “b”, da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, “a”, da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o apurado no Procedimento Preparatório 1.34.008.000086/2017-13, onde se apura a omissão do Banco do Brasil na fiscalização das obras do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que foram executadas no condomínio Jardim das Nações II, no município de Rio Claro/SP;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, parágrafo primeiro da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e no artigo 2º, parágrafo sétimo, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DECIDE instaurar o Inquérito Civil Público nº 1.34.008.000086/2017-13, para apurar os fatos e aquilatar a necessidade de atuação ministerial. Após os registros de praxe do Inquérito Civil Público no sistema ÚNICO, determino as seguintes providências:

1. Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da presente portaria à 1º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

2. Proceda-se como descrito no Despacho Anexo.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

HELOISA MARIA FONTES BARRETO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 28, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das funções institucionais previstas nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República, e:

a) considerando as atribuições institucionais constantes nos artigos 5º, inciso IV, 6º, inciso VII, “d”, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;

b) considerando o disposto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985;

c) considerando as disposições contidas nos artigos 1º, 2º, inciso I, e 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando as disposições contidas nos artigos 1º, 2º, inciso I, 4º, inciso II, e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal; e,

e) considerando que os presentes autos aguardam análise da Informação nº 273/2016-DPF/CZO/SP (Anexo I – 02 Volumes).

Converto o Procedimento Preparatório nº 1.34.029.000006/2017-81 em INQUÉRITO CIVIL com o seguinte objeto: “Apurar representação encaminhada a esta Procuradoria da República pelo vereador Juliano Santim Vieira, na qual são relatadas possíveis irregularidades relacionadas a obras de terraplanagem para a construção de creche municipal e do espaço multi-uso da entrada da cidade de Cruzeiro, assim como de estradas da zona rural, pelo valor de R\$ 1.340.000,00.”

Designo os servidores lotados no 2º Ofício para secretariar o feito.

Publique-se, nos termos das disposições contidas nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como nos artigos 5º, VI, e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Comunique-se a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

FLÁVIA RIGO NÓBREGA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 117, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Autos de Inquérito Civil Público nº 1.34.012.000446/2017-18

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, considerando a instauração, em 10/08/2017, do procedimento nº 1.34.012.000446/2017-18, com o objeto indicado na seguinte ementa: “Trata-se de manifestação acerca de cobrança excessiva de taxas e venda casada na prestação de serviços realizada pela empresa ASIA SHIPPING e LIBRA TERMINAIS”, com fundamento nos artigos 127 e 129, ambos da Constituição Federal, e nos artigos 6º, VII, 7º e 8º, todos da Lei Complementar nº 75/93, decide instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando: 1) a afixação de cópia desta portaria em local de costume nesta Procuradoria, pelo prazo de 15 (quinze) dias (conforme art. 126, c/c art. 232, II e III, do CPC); e 2) a remessa de cópia desta para a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para ciência e publicação em órgão oficial. Designa a Sra. Kelyne Nagliatti, servidora lotada neste gabinete, para atuar como Secretária nestes autos, sem prejuízo de outro servidor em substituição.

FELIPE JOW NAMBA
Procurador da República

PORTARIA Nº 371, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que foi autuado e distribuído, para o 34º Ofício do Grupo II – Patrimônio Público e Social desta Procuradoria da República no Estado de São Paulo, o Procedimento Preparatório n.º 1.34.001.001840/2017-01, destinado a apurar supostas irregularidades na concessão de áreas localizadas no Aeroporto de Congonhas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 1º da Lei Complementar n.º 75/1993 – Lei Orgânica do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. artigos 5º, inciso I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (artigo 1º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. artigo 1º da Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode – e deve – ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (artigos 1º, inciso IV, e 5º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, e artigos 5º e 17 da Lei n.º 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete ao juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (artigo 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (artigo 70 da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que ainda faltam diligências a serem realizadas, restando analisar a atual situação das áreas comerciais localizadas no Aeroporto de Congonhas;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a presente Portaria e o Procedimento Preparatório n.º 1.34.001.001840/2017-01 (artigo 5º, inciso III, da Resolução n.º 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços n.º 01, de 25 de março de 2014, da Divisão Cível Extrajudicial da Procuradoria da República em São Paulo);

3. Controle-se o respectivo prazo (artigo 9º da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. artigo 15 da Resolução n.º 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. artigos 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução n.º 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

ROBERTO ANTONIO DASSIÉ DIANA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 3, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

PROPAGANDA POLÍTICO PARTIDÁRIA GRATUITA - INSERÇÕES VEICULADAS PELA RÁDIO E TELEVISÃO NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio da Procuradora Regional Eleitoral signatária, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição Federal, e no art. 72, da Lei Complementar n.º 75/93, e na Portaria PGR/MPF n.º 499, de 21 de agosto de 2014, do Procurador-Geral da República

Considerando a função ministerial de garantidor da regularidade dos pleitos, como decorrência do que dispõe a Constituição Federal, art. 127, caput, acerca do zelo que incumbe à instituição em relação ao regime democrático;

Considerando que, segundo o disposto no art. 45, caput e §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.096/1996, a propaganda partidária gratuita, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada com a exclusiva finalidade de “difundir os programas partidários”, “transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido” e “divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários”, sendo vedada, entre outras práticas, “a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos”, cujo descumprimento poderá ensejar a cassação do direito de transmissão do partido no semestre seguinte ao da violação da norma;

Considerando a veiculação das inserções de propagandas político-partidárias na programação do rádio e televisão no 2º semestre de 2017, conforme as anexas planilhas de transmissão;

RESOLVE instaurar, com fulcro no art. 1º da Portaria PGR/MPF n.º 692/2016, do Procurador-Geral da República, PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL, determinando-se:

1. Registro e autuação do presente despacho pelo Setor Extrajudicial da PRSE, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Eleitoral, como “Procedimento Preparatório Eleitoral”, vinculado à Procuradoria Regional Eleitoral, registrando-se como seu objeto: “Apuração da regularidade das inserções da propaganda político-partidária gratuita veiculadas na televisão no segundo semestre de 2017”;

2. Publicação da presente portaria na imprensa oficial, nos termos do art. 5º, §1º, I, da Portaria PGR/MPF Nº 692/20161.

Como providências investigatórias iniciais, determino:

1. Oficie-se à direção da Televisão Atalaia S.A. (TV ATALAIA) requisitando cópias das inserções político-partidárias exibidas a partir de 01 de julho de 2017; e

2. Uma vez chegado aos autos as mencionadas inserções, proceda-se à análise e, se for o caso, à degravação dos programas.

Após a realização das diligências, venham os autos conclusos.

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPF nº 692/2016, da Procuradoria-Geral da República, fixo o prazo inicial de 60 (sessenta) dias para a conclusão do presente procedimento, devendo a Setor Extrajudicial da PRSE realizar o acompanhamento de tal lapso, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

EUNICE DANTAS
Procuradora Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 28, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O 1º Ofício de Combate à Corrupção do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e na Resolução 87, alterada pela Resolução 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal; Considerando a impossibilidade de conclusão do presente procedimento no prazo estabelecido no art. 4º § 1º da Resolução 87 do CSMPF e no art. 2º § 6º da Resolução 23 do CNMP.

Converto o Procedimento preparatório nº 1.35.000.000240/2017-90 em Inquérito Civil, na forma estabelecida no art. 4º § 4º da Resolução 87 do CSMPF e no art. 2º § 7º da Resolução 23 do CNMP, tendo por objeto a apuração do (s) fato (s) abaixo especificado (s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO (S) FATO (S) INVESTIGADO (S): Apurar supostas irregularidades envolvendo a licitação para contratação de agência de turismo para a Confederação Brasileira de Handebol – Pregão Eletrônico nº 006/2016.

POSSÍVEL (IS) RESPONSÁVEL (IS) PELO (S) FATO (S) INVESTIGADO (S): A apurar.

AUTOR (ES) DA REPRESENTAÇÃO: David Sanchez

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil, os seguintes servidores, não sendo necessário a colheita de termo de compromisso: Igor José Oliveira Pereira e Josilene de Oliveira.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, outrossim, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo “Inquérito Civil”.

EUNICE DANTAS
Procuradora da República
1º Ofício de Combate à Corrupção

EXPEDIENTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO**

**Diário do Ministério Público Federal - Eletrônico Nº 178/2017
Divulgação: quarta-feira, 20 de setembro de 2017 - Publicação: quinta-feira, 21 de setembro de 2017**

**SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 – Brasília/DF**

**Telefone: (61) 3105.5913
E-mail: pgr-publica@ mpf.mp.br**

Responsáveis:

**Konrad Augusto de Alvarenga Amaral
Subsecretário de Gestão Documental**

**Renata Barros Cassas
Chefe da Divisão de Editoração e Publicação**